

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Abril 2012

Volume 6 | Número 2



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Abril 2012

Volume 6 | Número 2



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 6	n. 2	abr.	2012	p. 1-114
---	----------	------	------	------	------	----------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1009

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 6, n. 2

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Secre/Comun/Cogiv
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3567
Fax: (61) 3414-3626
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil
Secre/Comun/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	21
Ceará _____	25
Pernambuco _____	31
Região Centro-Oeste	37
Região Sudeste	43
Minas Gerais _____	49
Rio de Janeiro _____	55
São Paulo _____	59
Região Sul	65
Paraná _____	71
Rio Grande do Sul _____	77
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	83
Boxes	
Economia Paranaense: estrutura produtiva e desempenho recente _____	87
Alterações na Estatística de Crédito Regional Decorrentes da Evolução do SCR _____	96
Produção Agroindustrial Brasileira _____	99
A Cobertura Previdenciária da PEA: um retrato regional _____	103
Apêndice	109

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A economia brasileira, após expansão de 0,3% no quarto trimestre de 2011, em relação ao terceiro, continuou a apresentar ritmo moderado de crescimento nos meses iniciais de 2012. Entretanto, as perspectivas apontam intensificação do ritmo de atividade ao longo de 2012. Para tanto, devem contribuir as condições favoráveis no mercado de trabalho, a confiança de consumidores e empresários em patamares elevados e a expansão moderada do mercado de crédito

A atividade econômica no Norte, evidenciando a retração da indústria da região, registrou moderação no trimestre encerrado em fevereiro, quando o Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) recuou 0,8% em relação ao trimestre finalizado em novembro, período em que crescera 0,7% na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. O comportamento da atividade industrial regional contrasta, no entanto, com o desempenho do comércio varejista e do crédito, que registraram aceleração e sinalizam maior dinamismo da demanda interna.

A economia do Nordeste registrou, em 2011, expansão mais acentuada do que a observada em âmbito nacional, evolução expressa nas taxas de crescimento anuais dos Produtos Internos Brutos (PIB) da Bahia, 2,0%, do Ceará, 4,3%, e de Pernambuco, 4,5%. A análise na margem revela, no entanto, arrefecimento do dinamismo dessas economias, processo evidenciado nas taxas de crescimento dos respectivos PIB, que atingiram 0,2%, 0,4%, e -0,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao trimestre finalizado em setembro de 2011, considerados dados dessazonalizados. Ressalte-se que a evolução dos principais indicadores econômicos da região no trimestre encerrado em fevereiro ratifica a tendência mencionada. Nesse sentido, o IBCR-NE recuou 0,5% no período, em relação ao trimestre encerrado em novembro, quando crescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação.

O dinamismo da indústria de transformação e do comércio contribuiu para a aceleração da atividade econômica na região Centro-Oeste no início de 2012. Nesse cenário, o IBCR-CO cresceu 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, quando havia aumentado 1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, a variação do indicador alcançou 4,8% em fevereiro, ante 4,7% em novembro. Vale enfatizar o aumento de 3,0% registrado nas vendas varejistas da região no trimestre encerrado em fevereiro, com ênfase na expansão de 8,0% no Mato Grosso do Sul.

A atividade econômica no Sudeste, impulsionada pela aceleração das vendas varejistas, registrou recuperação no trimestre encerrado em fevereiro, quando o IBCR-SE aumentou 0,7% em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando recuara 0,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses, evidenciando menor dinamismo da economia da região, revela que o indicador cresceu 3,3% em fevereiro, ante 4,2% em novembro de 2011. Destaque para o aumento, no trimestre encerrado em fevereiro, de 2,9% nas vendas varejistas, desempenho favorecido pela continuidade da expansão da massa salarial e das operações de crédito às famílias.

A trajetória da economia da região Sul foi favorecida, nos primeiros meses de 2012, pela recuperação do setor industrial, bem como pelo dinamismo do comércio varejista e do mercado de crédito. Nesse cenário, embora ocorressem quebras de safras em importantes culturas, com desdobramentos sobre a renda agrícola da região, o IBCR-S cresceu 1,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia aumentado 0,5%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerada a variação acumulada em doze meses, o indicador cresceu 4,2% em fevereiro, mesmo patamar observado em novembro de 2011. Ressalte-se a expansão de 6,1% registrada nas vendas varejistas no trimestre finalizado em fevereiro, com ênfase no aumento de 9,7% nas relativas a hiper e supermercados.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados

2002 = 100

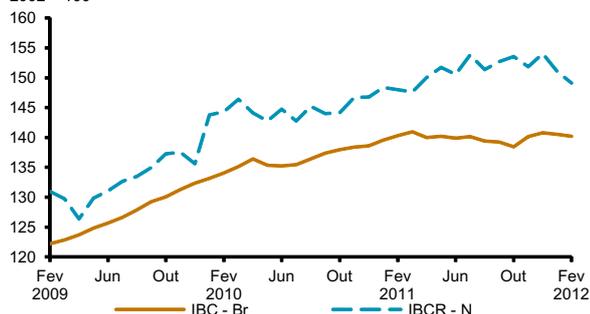
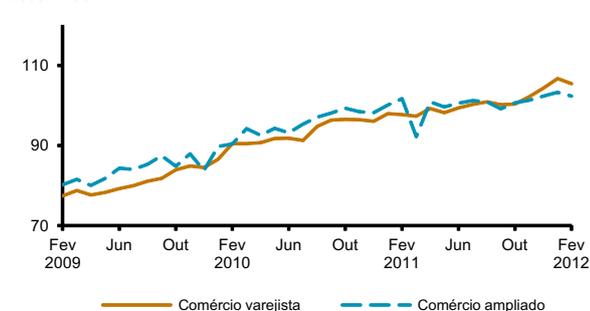


Gráfico 1.2 – Comércio varejista – Norte

Dados dessazonalizados

2003 = 100



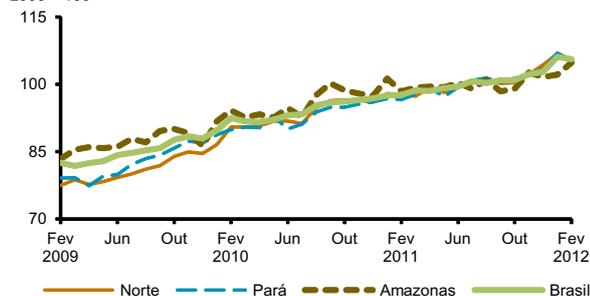
Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados

2006 = 100



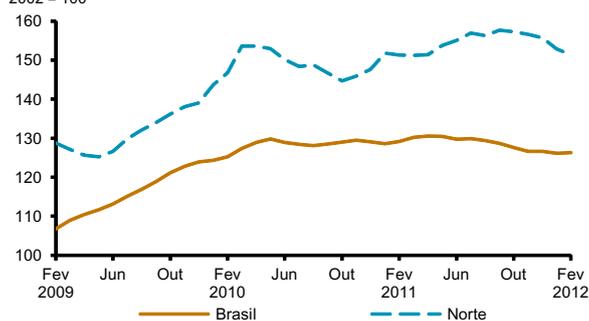
Fonte: IBGE

A atividade econômica no Norte, refletindo principalmente a retração da produção industrial da região, recuou no trimestre encerrado em fevereiro, quando o IBCR-N caiu 0,8% em relação ao trimestre finalizado em novembro, período em que crescera 0,5% na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Esse comportamento da atividade regional contrasta, no entanto, com o desempenho do comércio varejista e do crédito, que registraram aceleração e sinalizam dinamismo da demanda regional.

As vendas varejistas cresceram 4,6% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando se expandiram 0,7%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Destacaram-se, regionalmente, os aumentos de 15,4% em Roraima, 11,3% no Acre e 4% no Pará. No mesmo período, as vendas do comércio ampliado aumentaram 2,3%, ante recuo de 0,3% no trimestre encerrado em novembro, com ênfase nas expansões registradas nos estados de Tocantins, 9,6%; Acre, 7% e Pará, 3,8%. Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas elevaram-se 7,2% em fevereiro, em relação a igual período do ano anterior, ante 9% em novembro, destacando-se os aumentos nas vendas em Tocantins, 22,3%; Roraima, 12,4% e Pará, 8,1%. Nessa base de comparação, as vendas do comércio ampliado cresceram 4,1%.

A produção industrial da região recuou 3,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando se elevava 0,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM do IBGE. A indústria extrativa recuou 11,3%, resultado decorrente, em grande parte, da retração de 10,4% no Pará, enquanto a indústria de transformação retraiu 0,9%, destacando-se o decréscimo de 3,1% no estado Amazonas, com destaque para os resultados negativos nos segmentos alimentos e bebidas, 19,6% e outros equipamentos de transportes, 3,6%.

Gráfico 1.4 – Produção industrial – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.1 – Produção industrial – Amazonas

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,3	-1,7	2,6
Indústria extrativa	2,0	2,5	-1,5	-0,0
Indústria de transformação	98,0	2,0	-3,1	2,7
Material eletrônico	21,3	-6,2	4,7	3,3
Alimentos e bebidas	20,8	18,8	-19,6	-5,2
Equipamentos transporte	16,4	0,4	-3,6	9,7
Máquinas e equipamentos	9,9	-12,8	-3,2	5,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Pará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-0,8	-3,1	2,0
Indústria extrativa	48,6	-1,8	-10,4	5,3
Indústria de transformação	51,4	-2,4	4,4	-1,1
Metalurgia básica	28,9	-2,1	5,0	0,5
Alimentos e bebidas	8,9	11,6	3,0	3,8
Celulose e papel	4,7	-4,7	-3,5	2,2
Minerais não metálicos	4,8	-9,9	5,7	-2,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A indústria da região cresceu 2,3% nos últimos doze meses encerrados em fevereiro deste ano, em relação a igual período de 2011, ante 3,9% em novembro, refletindo aumentos de 4,6% na indústria extrativa e de 2,1% na de transformação. Ocorreram, no período, expansões nos segmentos outros equipamentos de transportes, 9,7%; máquinas e equipamentos, 5,6%; e material eletrônico, 3,3%, no Amazonas, e aumentos respectivos de 3,8% e 0,5% nas indústrias de alimentos e bebidas e de metalurgia básica, no Pará.

A evolução dos indicadores da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) ratificou a desaceleração da produção industrial na região medida pela variação nos últimos doze meses. Nesse sentido, o faturamento nominal das vendas da indústria, após registrar expansão de 13,7%, no período encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2010, cresceu 9,5% em fevereiro, na mesma base de comparação. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu 81,1% em fevereiro, ante 82,7% em novembro e 80,5% em igual mês de 2011.

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil¹ contratadas na região totalizou R\$73 bilhões em fevereiro, elevando-se 4,2% no trimestre e 23,7% em doze meses. As contratações no segmento de pessoas físicas somaram R\$39,3 bilhões, expandindo-se 8,8% e 27,8%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as modalidades crédito pessoal consignado, financiamento de veículos e crédito imobiliário. O total relativo ao segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$33,7 bilhões, variando -0,2% no trimestre e 19,7% em doze meses, ressaltando-se a evolução das operações contratadas pelas indústrias de informática, eletrônicos e ótica.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,1% em fevereiro, ante 3,7% em novembro, resultado de variações de -0,3 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,6 p.p. no relativo a pessoas jurídicas que registraram, na ordem, taxas de 5,7% e 2,8%.

Os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios da região registraram superávit primário de R\$2,5 bilhões em 2011, ante déficit de R\$1,2 bilhão em 2010, evolução decorrente, em especial, da reversão, de déficit de R\$1,3 bilhão para superávit de R\$2,4 bilhões, observada na esfera dos governos estaduais.

1/ A partir de janeiro de 2012, o limite das operações de crédito incluídas no Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central foi reduzido para R\$1 mil, ante limite de R\$5 mil, anteriormente a janeiro de 2012. A esse respeito, ver box “Alterações na Estatística de Crédito Regional Decorrentes da Evolução do SCR”, na página XX desse boletim.

Tabela 1.3 – Dívida líquida – Região Norte^{1/}

Composição	R\$ milhões		
	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Região Norte			
Dívida bancária	3 320	5 415	5 766
Renegociação ^{2/}	4 391	4 447	4 049
Dívida externa	1 272	1 632	1 676
Outras dívidas junto à União	80	54	32
Dívida reestruturada	314	277	286
Disponibilidades líquidas	-4 355	-3 918	-5 501
Total (A)	5 023	7 907	6 307
Brasil^{3/} (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	1,2	1,7	1,3

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	7 907	-2 479	663	-1 816	216	6 307
Governos estaduais	8 581	-2 453	661	-1 791	197	6 987
Capitais	-425	16	1	17	19	-389
Demais municípios	-249	-43	2	-41	0	-290

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.5 – Necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	1 216	-2 479	965	663
Governos estaduais	1 297	-2 453	967	661
Capitais	-62	16	-0	1
Demais municípios	-19	-43	-1	2

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$663 milhões em 2011. A retração anual de 31,3% refletiu, em especial, o impacto da redução, de 11,3% para 5,0%, na variação anual do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), indexador da maior parte dos passivos regionais renegociados com a União. O superávit nominal da região atingiu R\$1,8 bilhão em 2011, ante déficit de R\$2,1 bilhões em 2010.

A dívida líquida dos governos dos estados, da capital e dos principais municípios da região totalizou R\$6,3 bilhões em 2011. A retração anual de 20,2% refletiu, em parte, o recuo de 9% na dívida renegociada e os aumentos respectivos de 6,5% e de 2,6% nas dívidas bancária e externa. A participação da região no endividamento de todos os estados e principais municípios do país passou de 1,7% em 2010, para 1,3% em 2011.

A produção de grãos da região deverá totalizar 4,5 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de março. O acréscimo anual de 3,3% reflete, em especial, o impacto dos aumentos nas safras de milho, 7,8%, e soja, 5,2%, mitigado parcialmente pela redução de 8,1% projetada para a safra de arroz. Em relação às demais lavouras, estão estimadas aumentos para as produções de abacaxi, 14,3%; mandioca, 3,1%; e banana, 1,5%.

Os abates bovinos realizados em estabelecimentos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), na região, registraram aumento de 5,1% nos dois primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com as estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas, relativas à região, cresceram 59% no período, segundo o MDIC.

A balança comercial da região registrou déficit de US\$63 milhões nos três primeiros meses do ano, ante superávit de US\$673 milhões em igual período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações, refletindo variações de 5,2% no *quantum* e de -10,5% nos preços, decresceram 5,3%, e atingiram US\$3,7 bilhões, enquanto a expansão de 16,1% das importações, que totalizaram US\$3,8 bilhões, decorreu de variações de 5,7% na quantidade e de 9,8% nos preços.

O desempenho das exportações traduziu, em especial, a retração de 8% nas vendas de produtos básicos que, representando 68,8% do total exportado, foram

Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte

Discriminação	Em mil toneladas		
	Produção		Variação %
	2011	2012 ^{1/}	2012/2011
Grãos	4 316	4 457	3,3
Arroz (em casca)	986	906	-8,1
Milho	1 347	1 452	7,8
Soja	1 862	1 960	5,2
Outras lavouras			
Mandioca	7 575	7 807	3,1
Banana	828	841	1,5
Abacaxi	316	361	14,3

Fonte: IBGE

1/ Estimativa segundo o LSPA de Março de 2012.

Tabela 1.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 951	3 743	-5,3	7,5
Básicos	2 799	2 574	-8,0	7,6
Industrializados	1 152	1 170	1,5	6,6
Semimanufaturados	508	503	-0,8	4,0
Manufaturados ^{1/}	645	666	3,3	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 278	3 806	16,1	9,5
Bens de consumo	929	1 034	11,3	13,6
Duráveis	857	946	10,5	7,5
Não duráveis	72	87	21,2	22,1
Bens intermediários	1 347	1 572	16,7	6,0
Bens de capital	895	1 122	25,4	7,6
Combustíveis e lubrificantes	109	78	-27,8	18,7

Fonte: MDIC/Secex

impactadas pelo decréscimo de 13,8% nos embarques de minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados. Os embarques de produtos manufaturados e semimanufaturados registraram variações respectivas de 3,3% e de -0,8% no período. Os principais destinos das exportações da região foram China, Japão, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e Coreia do Sul, que adquiriram, em conjunto, 54,9% das vendas externas no período.

O aumento das importações decorreu de elevações nas aquisições em todas as categorias de uso, exceto combustíveis e lubrificantes. As compras de bens de capital cresceram 25,4%, impactadas pela elevação de 46,1% nas relativas a outras partes para aparelhos de transmissão/recepção de voz, imagem, dados. O aumento de 16,7% nas compras de matérias primas e produtos intermediários refletiu, em especial, o acréscimo de 134,6% nas relativas a conjuntos cabeça-disco de unidades de disco rígido montados, enquanto a elevação de 11,3% nas importações de bens de consumo evidenciou, em parte, o aumento de 13,4% nas referentes a outras partes para aparelhos receptores radiodifusão e televisão. As aquisições de produtos da China, EUA, Coreia do Sul, Japão e Taiwan representaram, em conjunto, 72,2% das importações da região no período, ressaltando-se que as provenientes da China elevaram-se 20,8% e as originadas do EUA, 19,1%.

O mercado formal de trabalho da região registrou, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), a eliminação de 15,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 1,5 mil postos em igual período do ano anterior, dos quais 7,4 mil na indústria de transformação, 3,6 mil na construção civil, e 3,5 mil no comércio. Excetuada a criação de 76 postos de trabalho no Amapá, ocorreram cortes de vagas em todos os estados da região, em especial, no Amazonas, 8 mil; Pará, 4,3 mil; e Rondônia, 1,7 mil.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando crescera 1%, no mesmo tipo de comparação, destacando-se os aumentos de 1,1% no Amazonas e em Tocantins, e de 1% no Pará.

2/ A partir de janeiro/2012 o IPCA, publicado pelo IBGE, passou a incorporar as estruturas de gastos geradas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 e o Banco Central também procedeu à atualização no seu sistema de classificação dos itens. Nesse sentido, a partir de janeiro/2012, as classificações de preços de serviços, bens duráveis, bens não duráveis e de bens semiduráveis passaram a seguir critérios internacionais recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e alguns subitens transitaram entre os grupos monitorados e livres, comercializáveis e não comercializáveis, conforme o texto “Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA”, publicado no Relatório de Inflação de dez/2011.

Tabela 1.9 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-1,5	17,0	39,7	27,4	-15,6
Extrativa mineral	0,8	1,3	1,1	0,4	0,6
Indústria de transformação	1,4	4,9	12,0	2,5	-7,4
Comércio	-0,8	1,8	4,7	10,3	-3,5
Serviços	3,0	9,6	6,8	13,5	-1,0
Construção civil	-5,0	-0,6	12,8	1,3	-3,6
Agropecuária	-0,4	-0,4	2,3	-0,9	-0,8
Outros ^{2/}	-0,4	0,4	0,1	0,4	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outras.

Tabela 1.10 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Região Norte	-1,5	17,0	39,7	27,4	-15,6
Acre	-0,9	-0,3	1,6	-0,2	-1,0
Amapá	-0,5	0,6	1,9	2,1	0,1
Amazonas	0,6	11,2	13,6	7,2	-8,0
Pará	-0,6	2,7	17,6	16,1	-4,3
Rondônia	1,2	3,3	3,0	-1,3	-1,7
Roraima	0,2	-0,9	0,5	1,4	-0,4
Tocantins	-1,6	0,5	1,4	2,1	-0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Tabela 1.11 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011		2012	
		Ano	IV Tri	I Tri	Ano
IPCA	100,0	4,74	1,29	1,62	1,62
Livres	78,7	5,49	1,76	1,83	1,83
Comercializáveis	45,4	4,65	2,30	-0,06	-0,06
Não comercializáveis	33,4	6,53	1,12	4,50	4,50
Monitorados	21,3	2,57	-0,05	0,84	0,84
Principais itens					
Alimentação	32,1	5,59	3,21	2,73	2,73
Habitação	12,2	0,42	-0,85	1,71	1,71
Artigos de residência	5,6	0,15	-0,72	0,17	0,17
Vestuário	9,2	7,95	1,01	-1,31	-1,31
Transportes	13,6	4,03	0,15	0,04	0,04
Saúde	10,5	4,34	1,18	1,28	1,28
Despesas pessoais	7,9	7,59	1,02	2,68	2,68
Educação	4,7	7,31	-0,14	6,81	6,81
Comunicação	4,1	-0,48	0,15	-0,19	-0,19

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

O IPCA da Região Metropolitana de Belém (RMB) variou 1,62% no trimestre finalizado em março², ante 1,29% naquele encerrado em dezembro, refletindo os aumentos nas variações dos preços livres, de 1,76% para 1,83%, e dos monitorados, de -0,05% para 0,84%, esse evidenciando, em parte, os acréscimos nos preços dos itens gás de botijão, 9,48%; passagem de ônibus intermunicipal, 2,68%; e plano de saúde, 1,84%.

No âmbito dos preços livres, ocorreram aumento, de 1,12% para 4,50%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis, ressaltando-se as elevações nos itens feijão carioca, 37,52%; pescados, 24,54% e alimentação fora do domicílio, 2,38%, e redução, de 2,30% para -0,06%, na relativa aos bens comercializáveis, com ênfase nos recuos no item carnes, 4,96%, e no grupo vestuário, 1,31%. O índice de difusão atingiu média de 55,7% no trimestre encerrado em março, ante 60% no trimestre anterior.

Considerados período de doze meses, o IPCA da região variou 4,69% em março, ante 4,74% em dezembro, trajetória decorrente do impacto da redução, de 5,49% para 4,90%, na variação dos preços livres, e do aumento, de 2,57% para 3,90%, na referente aos monitorados. Destacaram-se no período, os aumentos de preços nos grupos despesas pessoais, 6,48%; alimentação, 6%; e transportes, 4,02%.

A moderação recente da atividade econômica da região Norte reflete, em especial, a retração da produção industrial. Vale ressaltar que esta trajetória deverá ser revertida no decorrer de 2012, em cenário de manutenção do dinamismo do mercado interno, impulsionado pelos investimentos públicos e privados programados para a região, pela continuidade do crescimento do emprego e renda, e pelas condições favoráveis no mercado de crédito. Deve-se considerar, ainda, o impacto bastante incerto da evolução do mercado externo sobre as exportações, especialmente de *commodities* minerais.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste



Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

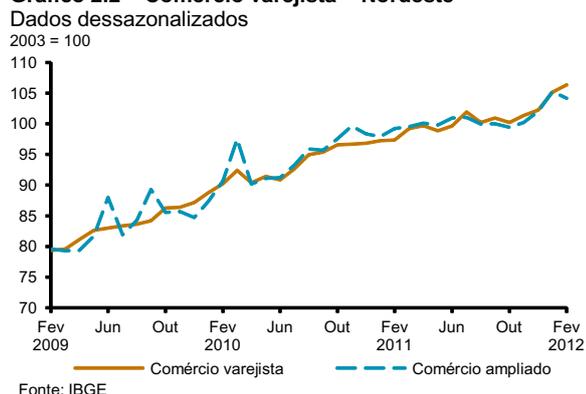


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Nov ^{1/}	Ano	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,3	7,3	3,7	6,9
Combustíveis e lubrificantes	1,1	6,5	4,1	7,0
Hiper e supermercados	-0,7	2,1	1,5	3,3
Móveis e eletrodomésticos	0,2	19,6	10,6	17,4
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	23,3	-18,3	-7,1	-17,1
Comércio ampliado	-0,7	6,1	3,9	4,7
Automóveis e motocicletas	-1,4	4,0	4,4	0,3
Material de construção	0,2	3,5	3,8	2,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

3/ Os dados relativos à região foram obtidos a partir da agregação do índice do volume de vendas de cada unidade da Federação, ponderados pela participação da variável receita bruta de revenda de cada unidade da Federação na receita bruta total da região, constante da Pesquisa Anual de Comércio do IBGE.

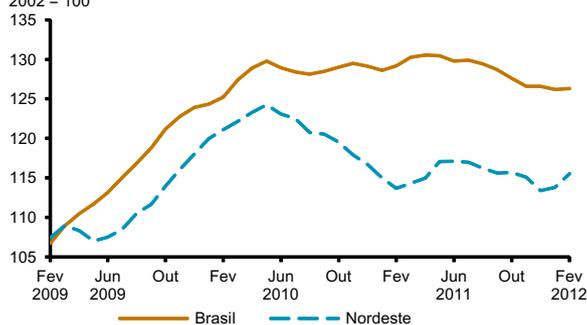
A economia do Nordeste registrou, em 2011, expansão mais acentuada do que a observada em âmbito nacional, evolução expressa nas taxas de crescimento anuais dos PIB da Bahia, 2,0%, do Ceará, 4,3%, e de Pernambuco, 4,5%. A análise na margem revela, no entanto, arrefecimento do dinamismo dessas economias, processo evidenciado nas taxas de crescimento dos respectivos PIB, que atingiram 0,2%, 0,4%, e -0,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao trimestre finalizado em setembro de 2011, considerados dados dessazonalizados.

A evolução dos principais indicadores econômicos da região no trimestre encerrado em fevereiro ratifica a tendência mencionada. Nesse sentido, o IBCR-NE recuou 0,5% no período, em relação ao trimestre encerrado em novembro, quando crescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação. Considerados intervalos de 12 meses, o indicador cresceu 3,9% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 4,7% em novembro de 2011.

As vendas varejistas no Nordeste³ cresceram 3,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam aumentado 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se, no trimestre, as variações de 10,6% nas vendas de móveis e eletrodomésticos e de -7,1% nas relacionadas a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de 4,4% e 3,8% nos segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, cresceu 3,9% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista da região cresceu 6,9% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 7,9% em novembro. Excetuado o recuo de 17,1% nas vendas de equipamentos e materiais

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

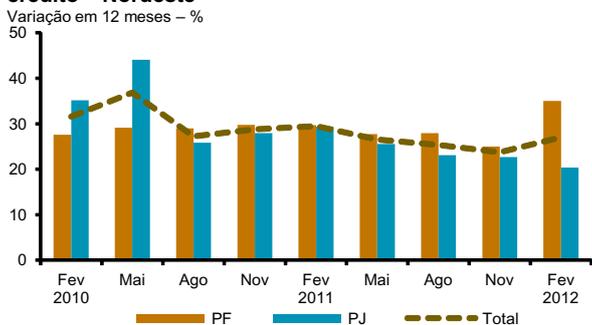
Tabela 2.2 – Produção industrial – Nordeste
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,9	0,4	-2,4
Indústria extrativa	6,7	-2,4	2,4	-2,5
Indústria de transformação	93,3	-1,8	0,2	-2,4
Alimentação e bebidas	32,1	2,7	-2,3	-0,6
Química	14,3	-1,9	-5,5	5,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

para escritório, informática e comunicação, verificaram-se elevações em todos os segmentos considerados na pesquisa, destacando-se os relativos a móveis e eletrodomésticos, 17,4%, e a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 11,8%. Incorporados os aumentos respectivos de 2,9% e 0,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, o comércio ampliado da região cresceu 4,7% no período.

A produção industrial nordestina aumentou 0,4% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2011, quando recuara 0,9%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Verificaram-se, no trimestre, aumentos em seis das onze atividades pesquisadas, com destaque para os registrados nos setores calçados e artigos de couro, 8,6%; têxtil, 7,5%; e refino de petróleo e álcool, 2,6%.

A análise em doze meses revela que a produção industrial da região recuou 2,4% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 4,8% em novembro de 2011, resultado de retrações de 2,5% na indústria extrativa e de 2,4% na de transformação.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$243 bilhões em fevereiro, elevando-se 7,6% no trimestre e 27,1% em doze meses, maior percentual entre as regiões do país nessa base de comparação. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$125 bilhões, expandindo-se 2,8% e 20,4%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, com ênfase nas contratações das atividades transmissão e distribuição de energia elétrica, indústria química e construção. Os créditos destinados às pessoas físicas totalizaram R\$118 bilhões, aumentando 13,1% no trimestre e 35% em doze meses, com destaque para o dinamismo das modalidades crédito consignado, financiamento a veículos e financiamentos habitacionais.

A inadimplência relacionada às operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu 4,19% em fevereiro, ante 3,89% em novembro, evolução decorrente de variações respectivas de -0,08 p.p. e 0,25 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 6,08% e 2,42%.

Os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste registraram superávit primário de R\$4,4 bilhões em 2011, elevação anual de 418,6%.

Tabela 2.3 – Dívida líquida – Região Nordeste^{1/}
Composição

Região Nordeste	R\$ milhões		
	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	5 383	8 262	10 309
Renegociação ^{2/}	25 147	25 303	23 313
Dívida externa	4 197	4 159	5 080
Outras dívidas junto à União	238	169	101
Dívida reestruturada	885	781	805
Disponibilidades líquidas	-8 608	-7 051	-6 759
Total (A)	27 243	31 624	32 848
Brasil^{3/} (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	6,5	6,7	6,7

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		2011
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	31 624	-4 397	2 878	-1 519	2 743	32 848
Governos estaduais	30 370	-3 201	2 609	-592	2 398	32 176
Capitais	563	-838	116	-722	342	183
Demais municípios	691	-357	152	-205	2	489

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.5 – Necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-848	-4 397	4 516	2 878
Governos estaduais	-1 111	-3 201	4 251	2 609
Capitais	-491	-838	135	116
Demais municípios	753	-357	130	152

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Ocorreram aumentos no superávit dos governos estaduais, 188,2%, favorecidos pelo crescimento de 3,4% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e das capitais, 70,8%, e reversão, de déficit de R\$753 milhões para superávit de R\$357 milhões, no resultado dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,9 bilhões em 2011, reduzindo-se 36,3% em relação ao ano anterior, com ênfase nos recuos nas esferas dos governos estaduais, 38,6%, e das capitais, 14,2%.

O resultado nominal totalizou superávit anual de R\$1,5 bilhão em 2011, ante déficit de R\$3,7 bilhões no ano anterior, evolução decorrente das reversões, de déficit de R\$3,1 bilhões para superávit de R\$0,6 bilhão, no âmbito dos governos estaduais e, de déficit de R\$883 milhões para superávit de R\$205 milhões, na esfera dos demais municípios; e do crescimento de 103,2% no superávit nominal das capitais.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$32,8 bilhões em dezembro de 2011, aumentando 3,9% no ano e representando 6,7% do endividamento regional total. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 73,4% do endividamento líquido em 2011, e as dívidas bancária e externa, 31,4% e 15,5%, respectivamente.

A safra de grãos da região deverá totalizar, de acordo com o LSPA de março do IBGE, 16,4 milhões de toneladas em 2012, registrando aumento anual de 12,5% – maior variação entre todas as regiões do país – e passando a representar 10,4% da produção total nacional ante 9,1% em 2011. Estão projetadas expansões respectivas de 27,3%, 19,1% e 7,7% para as colheitas de milho, feijão e soja, responsáveis, na ordem, por 39,1%, 5,9% e 40,8% da safra de grãos da região. Entre as outras lavouras, ressaltem-se as estimativas de aumentos para as produções de mandioca, 5,5%, e de uva, 6,1%.

A balança comercial da região apresentou déficit de US\$1,4 bilhão nos três primeiros meses do ano, ante US\$443 milhões no período correspondente de 2011, de acordo com estatísticas do MDIC. Ocorreram aumentos de 23,5% nas exportações e de 44% nas importações, que somaram, na ordem, US\$4,8 bilhões e US\$6,3 bilhões. A corrente de comércio cresceu 34,3% no trimestre, atingindo US\$11,1 bilhões.

Tabela 2.6 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2012/2011
		2011	2012	
Produção de grãos		14 599	16 425	12,5
Soja	13,5	6 228	6 705	7,7
Milho	6,8	5 040	6 416	27,3
Feijão	4,5	818	975	19,1
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	18,0	72 956	73 106	0,2
Mandioca	6,7	7 905	8 341	5,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 925	4 847	23,5	7,5
Básicos	577	708	22,8	7,6
Industrializados	3 348	4 139	23,6	6,6
Semimanufaturados	1 592	1 475	-7,4	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 755	2 664	51,7	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2010	2011	Var. %	Var. %
Total	4 367	6 287	44,0	9,5
Bens de consumo	409	645	57,6	13,6
Duráveis	264	472	78,7	7,5
Não duráveis	145	173	19,3	22,1
Bens intermediários	2 250	2 539	12,8	6,0
Bens de capital	791	701	-11,3	7,6
Combustíveis e lubrificantes	917	2 402	161,9	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.9 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-28,9	-1,9	127,0	139,4	-44,9
Indústria de transformação	-25,7	-51,2	34,6	59,5	-31,2
Serv. ind. de utilidade pública	0,8	1,1	1,6	0,2	0,1
Construção civil	-13,7	10,2	17,0	13,7	-7,3
Comércio	7,5	6,9	13,8	34,1	-3,1
Serviços	21,6	27,0	30,9	36,8	17,8
Agropecuária	-19,5	3,5	28,1	-5,5	-21,2
Outros ^{2/}	-0,1	0,7	1,0	0,6	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

4/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

O crescimento das exportações resultou de variações de 18,4% no *quantum* e de 4,3% nos preços. Ocorreram aumentos de 51,7% nas vendas de produtos manufaturados, sensibilizadas pelo acréscimo de 69,7% nas relativas a óleos combustíveis, pela Bahia, e 22,8% nas exportações de produtos básicos. Em oposição, os embarques de bens semimanufaturados recuaram 7,4%, impactados pela retração de 78,1% nas vendas de açúcar de cana em bruto para a Rússia. Holanda, EUA, Antilhas Holandesas, China e Argentina adquiriram, em conjunto, 51,8% das vendas externas da região no trimestre.

O comportamento das importações, resultante de elevações de 38,5% no *quantum* e de 3,9% nos preços, refletiu, em especial, as expansões de 161,9% nas compras de combustíveis e lubrificantes, impulsionadas pelo aumento de 102,6% nas relativas a óleo diesel e pelas compras de US\$781,5 milhões referentes a outras gasolinas, sem correspondência no mesmo período em 2011, e de 57,6% nas aquisições de bens de consumo. Em oposição, as aquisições de bens de capital, evidenciando as retrações nas relativas a trilhos de aço e a caminhões guindastes, decresceram 11,3% no trimestre. As importações provenientes dos EUA, Índia, Argentina, China e Holanda representaram, em conjunto, 51,2% do total adquirido pela região, no período.

Indicadores do mercado de trabalho revelam a eliminação de 44,9 mil empregos formais no Nordeste no trimestre encerrado em fevereiro, ante 28,9 mil em igual período de 2011, de acordo com o Caged/MTE. Essa trajetória refletiu, em especial, o menor dinamismo dos setores comércio e indústria de transformação, responsáveis, em conjunto, pela eliminação de 34,3 mil postos, ante 18,1 mil no trimestre finalizado em fevereiro de 2011.

Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal da região cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011. Registraram-se aumentos em todas as oito atividades pesquisadas, com ênfase nos assinalados na construção civil, 1,7%, e na atividade extrativa mineral, 1,5%.

A inflação, medida pelo IPCA⁴, atingiu 1,27% na região Nordeste no trimestre encerrado em março, ante 1,63% naquele encerrado em dezembro, reflexo de desaceleração, de 2,02% para 1,32%, nos preços livres, e de aceleração, de 0,66% para 1,10%, nos preços monitorados. A variação dos preços livres refletiu a redução, de 1,91% para -0,47%, na

Tabela 2.10 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,35	1,27	5,44
Livres	71,3	6,65	1,32	5,81
Comercializáveis	37,5	4,49	-0,47	3,53
Não comercializáveis	33,8	9,07	3,32	8,38
Monitorados	28,7	5,62	1,10	4,48
Principais itens				
Alimentação	25,8	6,51	1,02	5,68
Habitação	11,9	6,71	2,03	7,92
Artigos de residência	3,8	2,55	-0,36	1,96
Vestuário	8,2	10,39	-1,14	7,73
Transportes	16,6	4,78	0,84	2,43
Saúde	12,4	4,91	1,39	5,06
Despesas pessoais	9,2	9,98	2,82	9,65
Educação	6,9	7,99	6,88	7,94
Comunicação	5,2	1,51	-0,36	0,40

Fonte: IBGE

^{1/}Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

variação dos preços dos bens comercializáveis, e a elevação de 1,17 p.p., para 3,32%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis, pressionados pelos aumentos nos grupos educação, 6,88%, e despesas pessoais, 2,82%.

O desempenho dos preços monitorados esteve associado, fundamentalmente, às elevações respectivas de 3,79% e 1,54% nos itens transporte intermunicipal, reflexo de reajustes nas capitais cearense e pernambucana, e taxa de água e esgoto. O índice médio de difusão do IPCA, sinalizando menor disseminação da inflação, atingiu 55,4% no trimestre encerrado em março, ante 58,3% naquele finalizado em dezembro de 2011.

A economia nordestina tende a registrar, no decorrer de 2012, dinamismo mais acentuado do que o observado em âmbito nacional. Essa perspectiva é consistente com o desempenho favorável da atividade varejista, em cenário de manutenção dos programas sociais de transferência de renda do governo federal; de expansão da massa salarial ampliada, favorecida pelo aumento real do salário mínimo, que impacta fortemente a massa salarial da região; de continuidade de investimentos importantes, de caráter público e privado; de expansão do crédito; e de ocorrência de condições climáticas mais favoráveis, que deverão beneficiar a renda agrícola da região.

Bahia

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

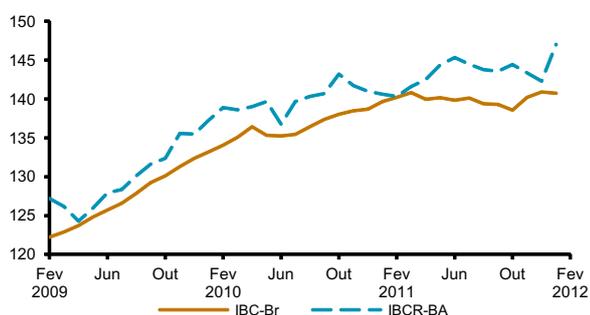
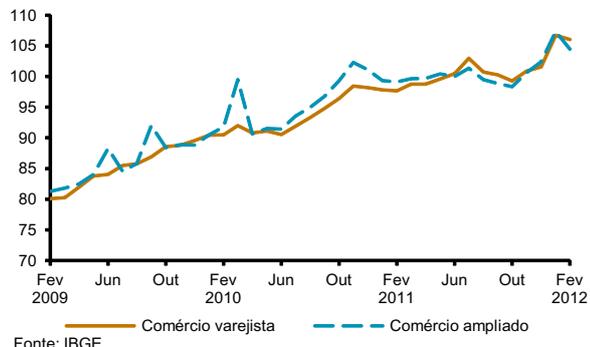


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.11 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,4	-1,3	4,6	7,0
Combustíveis e lubrificantes	4,1	-1,2	5,0	6,7
Hiper e supermercados	2,1	-0,2	3,8	4,0
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	-2,5	3,6	7,1
Móveis e eletrodomésticos	4,3	-2,7	11,4	15,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,7	0,6	0,0	5,0
Comércio ampliado	0,4	-1,0	5,5	3,8
Automóveis e motocicletas	-4,1	-1,2	9,1	-3,3
Material de construção	0,9	-2,0	3,4	-0,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do estado registrou crescimento anual de 2,0% em 2011, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), resultado de expansões de 9,8% na agropecuária, impulsionada pela produção de grãos, especialmente, algodão e soja, e de 3,6% no setor de serviços, destacando-se o desempenho do comércio varejista, e de retração de 2,9% na indústria. O IBCR-BA, evidenciando na margem o dinamismo da atividade no estado, aumentou 0,8% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2011, quando havia recuado 0,7%, no mesmo tipo de comparação.

As vendas do comércio varejista baiano cresceram 4,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam decrescido 1,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Excetuada a estabilidade nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, verificaram-se elevações em todos os setores pesquisados, com destaque para as relativas a móveis e eletrodomésticos, 11,4%, e combustíveis e lubrificantes, 5%. Incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 9,1%, e material de construção, 3,4%, o comércio ampliado cresceu 5,5% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas no estado aumentaram 7% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 7,8% em novembro, com ênfase nos aumentos nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 15,1%; tecidos, vestuário e calçados, 7,1%; e combustíveis e lubrificantes, 6,7%. O comércio ampliado, incorporadas as retrações respectivas de 3,3% e 0,5% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 3,8% no período.

A atividade industrial baiana recuou 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 3,3%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se, no período, as reduções de 7% na indústria química e de 6,4% na produção de celulose e papel, contrastando com as expansões de 88% na indústria automobilística, resultado influenciado pela reduzida base de comparação em razão da paralisação parcial das atividades em setembro, e de 7,5% na produção de borracha e plástico.

Gráfico 2.7 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

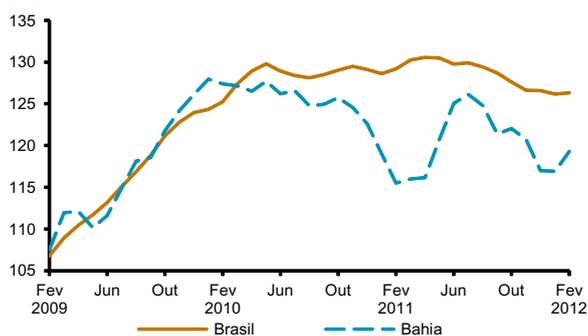


Tabela 2.12 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

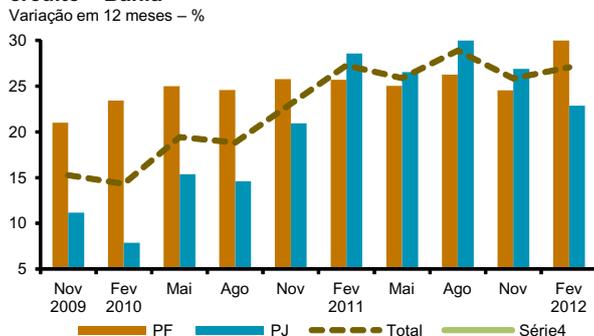
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	Acumulado
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,3	-1,2	-0,6
Indústria extrativa	5,8	-4,1	2,5	-4,7
Indústria de transformação	94,2	-3,4	-0,7	-0,4
Produtos químicos	22,8	-2,2	-7,0	5,2
Ref. petróleo e prod. álcool	23,7	-9,5	2,8	-7,2
Alimentos e bebidas	17,3	2,3	2,9	6,9
Celulose e papel	12,7	3,9	-6,4	-3,2
Metalurgia básica	8,8	12,1	1,2	-8,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.13 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		2011
		Dez	Primário	Juros		Total ^{3/}
Total	10 532	-1 070	1 110	41	-75	10 498
Governo estadual	8 671	-629	863	235	-78	8 828
Capital	1 150	-455	134	-320	0	830
Demais municípios	710	14	113	126	2	839

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 0,6% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante retração de 4,9% em novembro. Ressaltem-se, no período, os decréscimos respectivos de 12,5%, 8,7% e 7,2% nos segmentos veículos automotores, metalurgia básica e refino de petróleo e produção de álcool, e as expansões nas indústrias de alimentos e bebidas, 6,9%, e de produtos químicos, 5,2%.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), estimado pela SEI, situou-se em 139,6 pontos em fevereiro, elevando-se 34,1 p.p. no trimestre e permanecendo na zona definida como otimismo moderado.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somou R\$68,7 bilhões em fevereiro, registrando expansões de 6,3% no trimestre e de 27,1% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$31,6 bilhões, aumentando 10,3% e 32,4% nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as modalidades crédito consignado, aquisição de veículos e financiamento habitacional. A carteira do segmento de pessoas jurídicas somou R\$37,1 bilhões, elevando-se 3% no trimestre e 22,9% em doze meses, com ênfase nas contratações nos segmentos indústria química, construção civil, geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás, e comércio atacadista, exceto veículos.

A inadimplência relativa às operações de crédito no estado atingiu 4,43% em fevereiro, ante 4% em novembro. A elevação trimestral refletiu as variações respectivas de 0,06 p.p. e 0,42 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 6,07% e 3,04%.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia registraram superávit primário de R\$1,1 bilhão em 2011, mesmo patamar assinalado no ano anterior. Ocorreram, no ano, recuos respectivos 94,7% e 46% nos superávits dos demais municípios e do governo do estado, e aumento de 157% no relativo à capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$1,1 bilhão em 2011, recuando 24,8% no ano e contribuindo para que o déficit nominal do estado decrescesse de R\$285,4 milhões, em 2010, para R\$40,1 milhões.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia manteve-se estável em R\$10,5 bilhões em 2011, ocorrendo aumentos respectivos de 18,2% e 1,8% nas esferas dos demais municípios e do governo estadual, e redução de 27,8% no âmbito da capital.

Tabela 2.14 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-1 078	-1 070	1 364	1 110
Governo estadual	-1 165	-629	1 149	863
Capital	-177	-455	137	134
Demais municípios	264	14	78	113

1/ Inclui informações do estados e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 2.15 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2011	2012 ^{2/}	
Grãos				
Soja	15,6	3 513	3 501	-0,3
Algodão herbáceo	9,0	1 575	1 606	2,0
Milho	7,4	2 053	2 565	24,9
Feijão	5,4	223	340	52,3
Outros grãos ^{3/}	1,2	296	251	-15,2
Outras lavouras				
Cacau	7,4	156	141	-10,0
Banana	5,8	1 221	1 086	-11,1
Café	5,3	152	163	7,3
Mandioca	5,3	2 977	3 367	13,1
Cana-de-açúcar	3,5	6 981	6 847	-1,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Segundo o LSPA de março de 2012.

3/ Amendoim, arroz, mamona, sorgo.

Tabela 2.16 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	2 041	2 556	25,2	7,5
Básicos	226	345	52,5	7,6
Industrializados	1 815	2 211	21,8	6,6
Semimanufaturados	728	681	-6,4	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 087	1 530	40,8	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.17 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	1 472	1 972	34,0	9,5
Bens de capital	217	262	21,0	7,6
Bens intermediários	1 021	1 290	26,4	6,0
Bens de consumo	188	385	105,3	13,6
Duráveis	164	356	116,5	7,5
Não duráveis	23	30	26,9	22,1
Combustíveis e lubrificantes	46	34	-27,2	18,7

Fonte: MDIC/Secex

A produção de grãos da Bahia deverá totalizar 8,3 milhões de toneladas em 2012, de acordo com LSPA realizado pelo IBGE em março, equivalendo a 47% da produção nordestina. A estimativa, representando expansão anual de 7,9%, reflete, em especial, as projeções de aumentos para as safras de feijão, 52,3%, ressaltando-se os crescimentos respectivos de 19,8% e 18,6% previstos para os rendimentos médios da primeira e da segunda safras; milho, 24,9%; e algodão, 2%. Em relação às demais lavouras, ressaltam-se as elevações nas estimativas para a produção de mandioca, 13,1%, e de café, 7,3%, contrastando com os recuos projetados para as culturas de banana, 11,1%, e de cacau, 10%.

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$584 milhões no primeiro trimestre do ano. O aumento de 2,7% em relação a igual intervalo de 2010 refletiu os crescimentos de 25,2% nas exportações e de 34% nas importações, que somaram US\$2,6 bilhões e US\$2 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações decorreu de acréscimos de 4,2% nos preços e de 20,2% no *quantum*, ressaltando-se os aumentos de 52,5% nos embarques de produtos básicos, com destaque para algodão em bruto, representando 33,5% desta pauta, e de 40,8% nas vendas de produtos manufaturados, concentradas em óleos combustíveis, 41,3% do total da categoria. Em sentido oposto, as vendas de produtos semimanufaturados recuaram 6,4% no período, com ênfase na redução de 50,4% nos embarques de catodos de cobre. Antilhas Holandesas, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 42,2% das vendas externas do estado no trimestre.

A trajetória das importações refletiu os aumentos respectivos de 3,2% e 29,8% registrados nos preços e nas quantidades importadas. Destacaram-se, no período, as elevações de 105,3% nas aquisições de bens de consumo, impactadas pelo aumento de 159,7% nas relativas a automóveis, que corresponderam a 77,3% da pauta da categoria, e de 26,4% nas compras de bens intermediários, que responderam por 65,4% das importações do estado no trimestre. As importações do estado originaram-se, em especial, da Argentina, 16,5% do total; Argélia, 10,2%; e Chile, 9,4%.

O mercado de trabalho do estado registrou, de acordo com o Caged/MTE, a eliminação de 9,8 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante corte de 6,7 mil postos em igual período de 2011, registrando-se reduções respectivas de 5,3 mil, 4,2 mil e 2,3 mil vagas na construção civil, na indústria de transformação e na agricultura.

Tabela 2.18 – Evolução do emprego formal – Bahia

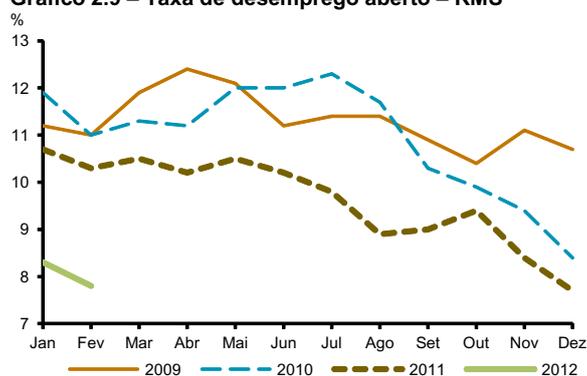
Novos postos de trabalho

Discriminação	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-6,7	25,1	20,9	6,7	-9,8
Indústria de transformação	-3,0	2,9	4,8	-0,5	-4,2
Comércio	2,2	0,8	2,4	6,3	-1,5
Serviços	3,6	6,8	8,7	7,3	3,5
Construção civil	-8,7	6,8	-1,5	1,3	-5,3
Agropecuária	-1,0	7,1	5,4	-7,9	-2,3
Serviço industrial de utilidade pública	0,1	0,2	0,8	-0,1	-0,1
Outros ^{2/}	0,1	0,5	0,3	0,4	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – RMS

Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,00	6,50	1,03	5,51
Livres	77,12	6,45	1,17	6,07
Comercializáveis	37,82	3,34	-0,84	2,76
Não comercializáveis	39,31	9,73	3,17	9,36
Monitorados	22,88	6,61	0,54	3,14
Principais itens				
Alimentação	25,39	6,71	0,79	6,04
Habitação	14,27	8,60	2,08	10,38
Artigos de residência	5,01	3,57	-0,10	2,88
Vestuário	7,33	7,71	-0,91	6,10
Transportes	20,89	5,51	0,03	1,65
Saúde	10,16	3,92	1,65	4,89
Despesas pessoais	8,08	11,01	2,72	11,36
Educação	4,21	7,92	5,55	6,04
Comunicação	4,67	0,90	-0,16	0,76

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

Considerados períodos de doze meses, a economia baiana gerou 42,9 mil empregos em fevereiro, ante 81,5 mil em igual mês de 2011, ressaltando-se a redução de 14,1 mil para 1,3 mil nas vagas criadas na construção civil.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa média de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) atingiu 7,9% no trimestre terminado em fevereiro, menor valor da série iniciada em 2002, ressaltando-se que o recuo de 1,9 p.p. em relação a igual intervalo de 2011 decorreu de recuos de 0,6% na população ocupada e de 2,6% na População Economicamente Ativa (PEA). Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 15,8% no trimestre e 7,4% em doze meses, enquanto a taxa de desemprego, considerados dados dessazonalizados, atingiu 8,1%, reduzindo-se 1,2 p.p. em relação a novembro de 2011.

O IPCA da RMS aumentou 1,03% no trimestre encerrado em março, ante 1,70% naquele finalizado em dezembro de 2011. Os preços livres variaram 1,17%, reflexo de recuo de 0,84% no segmento de bens comercializáveis e de expansão de 3,17% no relativo a bens não comercializáveis, com ênfase nos aumentos registrados nos grupos alimentos *in natura*, 7,01%, e serviços, 3,06%, destacando-se os itens empregados domésticos, 3,64%, e serviços de saúde, 2,25%. Os preços monitorados desaceleraram de 0,64% para 0,54%, no período, com ênfase nas retrações nos itens emplacamento e licenciamento de veículos, 1,3%, e gasolina, 0,33%.

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA atingiu 5,51% em fevereiro, ante 5,69% em dezembro de 2011, resultado de desaceleração, de 5,14% para 3,14%, nos preços monitorados, e aceleração, de 5,91% para 6,07%, nos preços livres.

A trajetória recente da atividade econômica do estado, expressa na evolução, na margem do IBCR-BA deverá persistir nos próximos meses, favorecida pelo ambiente de flexibilização da política monetária e pelo dinamismo da atividade varejista, em cenário de ganhos reais do salário mínimo e de manutenção dos programas sociais de transferência de renda. No mesmo sentido, deverão contribuir os desembolsos relacionados aos investimentos públicos e privados para a realização dos eventos esportivos internacionais previstos para 2013 e 2014.

Ceará

Gráfico 2.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

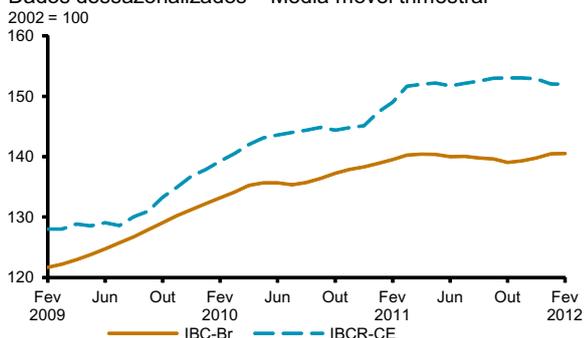
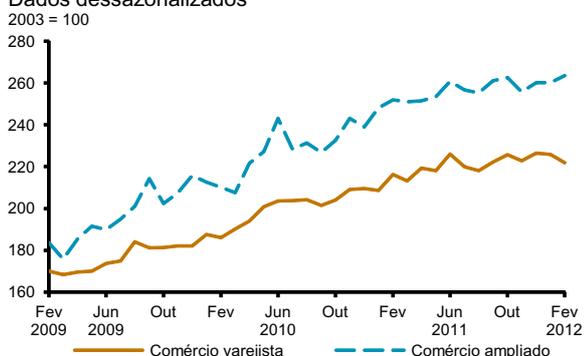


Gráfico 2.11 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 2.20 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		12 meses
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	8,0	0,5	0,6	6,8
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	2,0	8,6	1,2
Hiper e supermercados	7,2	-2,1	-1,5	5,5
Móveis e eletrodomésticos	15,6	2,2	7,5	16,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	16,8	-0,8	-4,3	0,1
Comércio ampliado	8,6	0,3	0,9	6,5
Automóveis e motocicletas	10,6	1,9	0,8	6,4
Material de construção	2,2	-0,5	-0,9	3,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A economia do Ceará cresceu 4,3% em 2011, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), reflexo de expansões de 33,9% na agropecuária, 4,9% no setor de serviços e 0,5% na indústria. A análise na margem revela desaceleração da economia cearense, expressa no recuo de 0,7% registrado pelo IBCR-CE no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando o indicador havia crescido 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Esse comportamento refletiu, sobretudo, o desempenho negativo da indústria no período. Considerados períodos de 12 meses, o IBCR-CE aumentou 3,6% em fevereiro, ante 4,6% em novembro.

O comércio varejista do estado cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia aumentado 0,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Registraram-se, no período, aumentos nas vendas em quatro dos nove segmentos considerados na pesquisa, com destaque para os referentes a combustíveis e lubrificantes, 8,6%, e móveis e eletrodomésticos, 7,5%. Incorporadas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 0,8%, e de material de construção, -0,9%, o comércio ampliado cearense apresentou elevação trimestral de 0,9%.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado cresceram 6,8% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 8,8% em novembro de 2011, com ênfase nos aumentos nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 17,8%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 16,6%. A expansão do comércio ampliado, refletindo as elevações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 6,4%, e de material de construção, 3,5%, atingiu 6,5% no período, ante 10,3% em novembro de 2011.

A produção industrial do Ceará recuou 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, quando crescera 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram recuos em cinco das dez atividades pesquisadas, destacando-se os relativos a minerais não metálicos, 19,9%; produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 9,1%; e alimentos e bebidas, 8,3%.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria cearense decresceu 11,4% em fevereiro, em relação

Gráfico 2.12 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

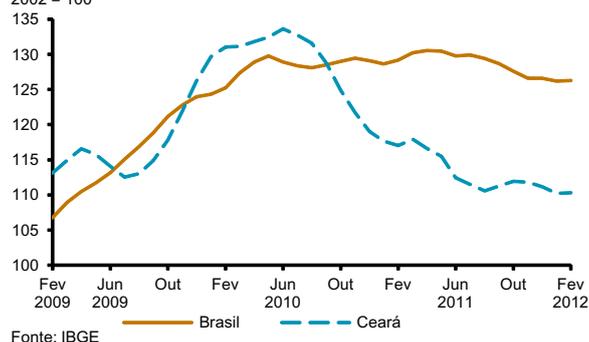


Tabela 2.21 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011		2012
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,1	-1,3	-11,4
Alimentação e bebidas	34,9	17,7	-8,3	-3,4
Têxtil	16,9	-16,6	7,4	-24,1
Calçados e artigos de couro	14,6	-11,6	8,5	-18,6
Química	11,5	-7,2	-4,0	7,8
Minerais não metálicos	5,1	8,6	-19,9	-5,1
Vestuário e acessórios	4,7	2,9	-4,2	-14,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

a igual intervalo do ano anterior, ante 11,9% em novembro de 2011, ressaltando-se as retrações assinaladas nos segmentos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 30,3%; produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 25,6%; e têxtil, 24,1%.

Mantida a mesma base de comparação, o faturamento real da indústria de transformação reduziu-se 3,1% em fevereiro, ante 3,6% em novembro de 2011, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Ocorreram reduções na remuneração real, 3%; no pessoal empregado, 5,7%; e nas horas trabalhadas, 3,2%. O Nuci médio atingiu 84,9% em fevereiro, ante 85,2% em novembro e 87,7% em igual mês de 2011.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil somou 36 bilhões em fevereiro, aumentando 6,2% no trimestre e 26,5% em doze meses. A carteira do segmento pessoas jurídicas totalizou R\$19 bilhões, registrando variações respectivas de -0,9% e 17,2% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações nos setores de geração e transmissão de energia elétrica, indústrias de moda, comércio e construção civil. O saldo das operações pactuadas no segmento de pessoas físicas atingiu R\$16 bilhões, elevando-se 16% no trimestre e 39,5% em doze meses, ressaltando-se sua concentração nas modalidades crédito consignado e financiamentos habitacionais e de automóveis.

A inadimplência relacionada às operações de crédito mencionadas atingiu 4,20% em fevereiro, ante 3,71% em novembro, evolução decorrente de variações respectivas de -0,09 p.p. e 0,48 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 5,95% e 2,71%.

Tabela 2.22 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2010	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		Dez	Nominal Primário	Juros	Outros ^{4/}	2011 Dez
			Total ^{3/}			
Estado do Ceará	1 931	-390	256	-135	424	2 220
Governo estadual	2 056	-205	257	52	323	2 432
Capital	-76	-8	0	-8	100	17
Demais municípios	-49	-177	-2	-179	0	-228

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram superávit primário de R\$390 milhões em 2011, ante déficit de R\$929 milhões no ano anterior, com ênfase nas reversões nos resultados dos governos estadual e dos demais municípios, de déficits respectivos de R\$909 milhões e R\$52 milhões, em 2010, para superávits respectivos de R\$205 milhões e R\$177 milhões, em 2011. Em oposição, o superávit do governo da capital recuou 74,7% no ano. A arrecadação de ICMS registrou aumento real de 1,9% em 2011.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$256 milhões, reduzindo-se 10,6% no ano

Tabela 2.23 – Necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do Ceará	929	-390	286	256
Governo estadual	909	-205	285	257
Capital	-32	-8	-3	0
Demais municípios	52	-177	4	-2

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 2.24 – Produção agrícola – Ceará

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2011	2012	2012/2011
Produção de grãos		1 301	1 440	10,7
Feijão	13,59	264	286	8,1
Milho	6,49	915	1 032	12,7
Arroz (em casca)	2,55	93	91	-2,2
Outras lavouras selecionadas				
Banana	14,57	494	486	-1,6
Mandioca	7,23	837	923	10,3
Castanha-de-caju	3,72	112	169	51,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.25 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	316	329	4,1	7,5
Básicos	87	82	-5,7	7,6
Industrializados	229	247	7,8	6,6
Semimanufaturados	68	83	22,6	4,0
Manufaturados ^{1/}	161	164	1,6	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.26 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	440	608	38,1	9,5
Bens de consumo	31	40	29,9	13,6
Duráveis	15	19	30,4	7,5
Não duráveis	16	21	29,5	22,1
Bens intermediários	296	356	20,1	6,0
Bens de capital	93	136	46,0	7,6
Combustíveis e lubrificantes	20	76	283,4	18,7

Fonte: MDIC/Secex

e contribuindo para que o resultado nominal registrasse superávit de R\$135 milhões em 2011, ante déficit de R\$1,2 bilhão no ano anterior.

A dívida líquida do estado e de seus principais municípios aumentou 15% no ano, totalizando R\$2,2 bilhões em dezembro de 2011, com ênfase na expansão de 18,3% registrada na esfera do governo do estado. A participação do estado no endividamento regional aumentou de 0,7 p.p., para 6,8%, no ano.

A safra de grãos do Ceará deverá aumentar 10,7% em 2012, atingindo o recorde de 1,4 milhão de toneladas, de acordo com o LSPA de março do IBGE. Essa estimativa reflete, em especial, as projeções de aumentos respectivos de 12,7% e 8,1% para as safras de milho, responsável por 71,7% da produção de cereais e oleaginosas do Ceará, e de feijão. Dentre as demais lavouras, assinalem-se as estimativas de crescimentos para as safras de mandioca, 10,3%, e de castanha-de-caju, 51,1%.

O déficit da balança comercial do Ceará atingiu US\$279 milhões no primeiro trimestre de 2012, elevando-se 124,7% em relação a igual período do ano anterior, de acordo com dados do MDIC. As exportações totalizaram US\$328,8 milhões e as importações, US\$607,7 milhões, registrando aumentos respectivos de 4,1% e 38,1% no período.

A trajetória das vendas externas cearenses, decorrente de variações de 8,9% nos preços e de -4,4% no *quantum*, refletiu as elevações registradas nos embarques de produtos semimanufaturados, 22,6%, impulsionados pelos relacionados a ceras vegetais, 108,2%, e a couros e peles, 10,2%, e de bens manufaturados, 1,6%, e a retração de 5,7% experimentada pelas exportações de bens básicos. As participações das categorias nas exportações do estado, no período, atingiram 25,3%, 49,8% e 24,9%, respectivamente. EUA, Argentina, Holanda, China e Alemanha adquiriram, em conjunto, 50,3% das vendas externas cearenses no trimestre.

O crescimento das importações, refletindo variações de 44,3% nos preços e de -4,3% no *quantum*, decorreu de expansões nas aquisições em todas as categorias de uso. Destacaram-se, no período, os aumentos nas compras externas de combustíveis e lubrificantes, 283,4%, estimuladas pelo crescimento de 308,3% nas relativas a gás natural liquefeito, e de bens de capital, 46%, sensibilizadas pela expansão de 1.681% no fornecimento de eletrogeradores de energia eólica pela Itália para instalação de parques eólicos

Tabela 2.27 – Evolução do emprego formal – Ceará
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	4,5	8,6	19,9	19,2	-5,6
Indústria de transformação	-3,1	-0,9	2,7	2,6	-5,5
Serv. ind. de utilidade pública	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Construção civil	-0,2	1,0	3,8	1,8	-2,0
Comércio	2,5	1,9	4,0	7,5	1,2
Serviços	7,6	6,7	6,3	5,3	4,2
Agropecuária	-2,0	-0,3	2,9	1,8	-3,4
Outros ^{2/}	-0,2	0,2	0,2	0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Tabela 2.28 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,46	1,03	5,05
Livres	72,2	7,27	1,16	5,80
Comercializáveis	38,1	6,11	-0,07	4,58
Não comercializáveis	34,1	5,58	2,78	7,40
Monitorados	27,8	4,36	0,52	2,94
Principais itens				
Alimentação	25,8	6,14	1,14	5,04
Habitação	13,5	3,69	0,96	3,67
Artigos de residência	3,3	1,70	-0,17	2,23
Vestuário	8,6	16,14	-2,06	10,15
Transportes	15,7	4,48	1,47	3,10
Saúde	12,1	5,69	1,25	5,00
Despesas pessoais	8,8	10,33	0,97	7,50
Educação	7,1	8,90	7,42	10,12
Comunicação	5,1	1,28	-0,42	0,40

Fonte: IBGE

1/Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

na região costeira do estado. As importações provenientes da China, Itália, Argentina, EUA e Turquia corresponderam, em conjunto, a 61,1% das compras externas do estado no período.

Segundo o Caged/MTE, foram eliminados 5,6 mil empregos no mercado de trabalho formal do estado no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, ante criação de 4,5 mil postos em igual período do ano anterior. A reversão do saldo de novas vagas no período refletiu, em especial, o desempenho dos setores serviços e indústria de transformação, responsáveis em conjunto pela eliminação de 1,3 mil postos, ante a criação de 4,5 mil no trimestre finalizado em fevereiro de 2011.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 0,9 % no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, registrando-se aumentos em sete das oito atividades pesquisadas, com destaque para os relativos à atividade extrativa mineral, 2,1%, e ao comércio, 1,4%.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 1,03%, no trimestre encerrado em março, ante 1,71% naquele finalizado em dezembro de 2011, redução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 1,99% para 1,16%, e dos monitorados, de 0,97% para 0,52%.

No âmbito dos preços livres, a variação dos itens comercializáveis recuou 2,09 p.p., atingindo -0,07%, com ênfase nas reduções nos itens passagens aéreas, 3,37%, e açúcares e derivados, 1,13%. Os preços dos itens não comercializáveis elevaram-se 2,78%, ante 1,95% no trimestre encerrado em dezembro, ressaltando-se os aumentos nos itens feijão carioca, 26,39%; feijão mulatinho, 23,19%; hortaliças e verduras, 8,88%; cursos diversos, 6,70%; e aluguel residencial, 4,04%. A evolução dos preços monitorados refletiu, em parte, os aumentos nos itens ônibus intermunicipal, 3,16%, e plano de saúde, 1,79%, e a redução de 3,12% no item energia elétrica residencial. O índice de difusão do IPCA, sugerindo menor disseminação do processo inflacionário no estado, atingiu 55,5% no trimestre finalizado em março, ante 57,5% naquele encerrado em dezembro de 2011.

A trajetória dos principais indicadores da economia cearense corrobora as expectativas favoráveis em relação ao seu desempenho em 2012. Nesse sentido, muito embora a indústria tenha registrado retração na margem, o dinamismo

do mercado de trabalho e a continuidade dos programas de distribuição de renda do governo federal deverão contribuir para a continuidade do fortalecimento do mercado interno e, conseqüentemente, do comércio varejista. As perspectivas de que a economia repita, em 2012, taxa de crescimento superior à média nacional estão ancoradas, adicionalmente, na trajetória da indústria de turismo, estimulada por incentivos governamentais, e pela intensificação de obras de infraestrutura relacionadas à copa do mundo de 2012.

Pernambuco

Gráfico 2.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2002 = 100

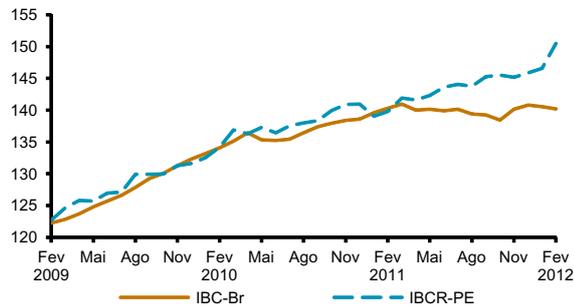
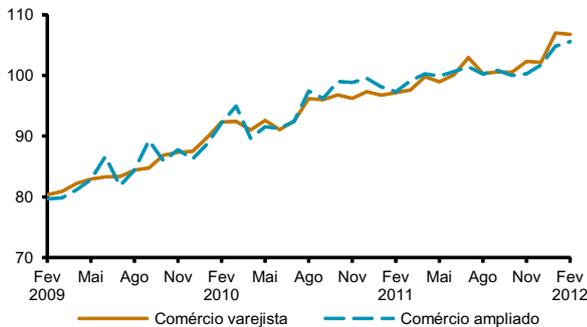


Gráfico 2.15 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,4	0,0	4,1	7,0
Combustíveis e lubrificantes	2,4	2,4	-0,6	11,8
Hiper e supermercados	1,5	-0,9	2,3	-0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,0	-2,7	9,2	6,5
Móveis e eletrodomésticos	2,1	1,6	11,2	23,1
Comércio ampliado	1,0	-0,4	3,7	4,6
Automóveis e motocicletas	-1,3	-1,0	1,3	-0,5
Material de construção	6,1	4,8	2,3	8,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB de Pernambuco cresceu 4,5% em 2011, de acordo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), resultado de expansões de 5,2% na indústria, impulsionada pelo crescimento de 15,6% da construção civil; de 4,3% no setor de serviços; e de 3,7% na agropecuária.

A análise na margem revela sinais de manutenção da expansão da atividade no estado, após perda de dinamismo no final do ano anterior. Nesse sentido, embora o PIB tenha recuado 0,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, o IBCR-PE aumentou 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando havia crescido 1,1%, no mesmo tipo de análise, considerados dados dessazonalizados.

As vendas varejistas em Pernambuco cresceram 4,1% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando se mantiveram estáveis, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as expansões nas vendas de móveis e eletrodomésticos, 11,2%, e de tecidos, vestuário e calçados, 9,2%, contrastando com o recuo de 0,6% nas relativas a combustíveis e lubrificantes, único resultado negativo no período. O comércio ampliado, incorporadas as elevações respectivas de 2,3% e 1,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motocicletas, partes e peças, cresceu 3,7%, comparativamente a queda de 0,4% no trimestre encerrado em novembro de 2011.

A análise em doze meses indica que o comércio varejista e o comércio ampliado de Pernambuco cresceram, na ordem, 7,0% e 4,6%, em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 7,3% e 6,9%, respectivamente, em novembro.

A produção da indústria de Pernambuco decresceu 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Verificaram-se desempenhos negativos nas indústrias química, 6,0%, e de alimentos e bebidas, 5,0%, e expansões respectivas de 9,6% e 9,3% nas atividades produtos de metal e minerais não metálicos. Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria aumentou 2,0% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante recuo de 0,3% em novembro de 2011, com

Tabela 2.30 – Produção industrial – Pernambuco
 Geral e setores selecionados

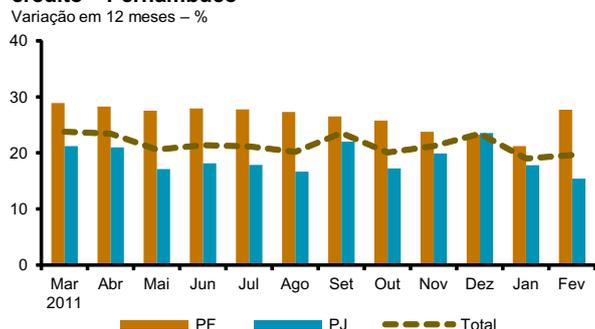
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,3	-0,2	2,0
Alimentação e bebidas	44,8	-4,0	-5,0	-2,9
Química	13,3	1,1	-6,0	8,0
Metalurgia básica	11,7	8,4	6,1	2,8
Minerais não metálicos	6,4	-2,1	9,3	8,7
Produtos de metal	6,3	13,7	9,6	17,8
Borracha e plástico	5,3	-3,1	7,0	2,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}
 Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.31 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2010 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2011 Dez	
		Nominal	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Estado de Pernambu	3 366	-417	320	-97	709	3 978
Governo estadual	3 315	-78	323	245	470	4 030
Capital	202	-200	-2	-202	239	239
Demais municípios	-151	-139	-1	-140	0	-291

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.32 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado de Pernambuco	-761	-417	581	320
Governo estadual	-715	-78	575	323
Capital	-30	-200	-3	-2
Demais municípios	-16	-139	8	-1

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

ênfase nas elevações respectivas de 17,8% e 8,7% nos segmentos produtos de metal e minerais não metálicos.

As operações de crédito, superiores a R\$1 mil, realizadas no estado, totalizaram R\$55,3 bilhões em fevereiro, elevando-se 3,1% no trimestre e 19,6% em doze meses, destacando-se as operações contratadas nos setores indústria química e serviços públicos, exceto saúde e educação. O saldo relativo ao segmento de pessoas físicas atingiu R\$20,2 bilhões, aumentando 8,4% no trimestre e 27,7% em doze meses, ressaltando-se a elevação trimestral de 45,9% na modalidade crédito consignado. As operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$35,1 bilhões, elevando-se 0,3% no trimestre e 15,4% em doze meses.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito atingiu 3,2% em fevereiro, ante 3,0% em novembro, reflexo de variações de 0,05 p.p., para 1,5%, no segmento de pessoas jurídicas, e de -0,02 p.p., para 6,3%, no de pessoas físicas.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos registraram superávit primário de R\$417 milhões em 2011, ante R\$761 milhões no ano anterior, recuo condicionado, em especial, pela retração de R\$637 milhões no resultado do governo estadual, decorrente, em parte, de elevações de 10,5% nas despesas com pessoal e de 20,7% nas transferências correntes. As receitas primárias estaduais aumentaram 9,6% no ano, destacando-se a expansão de 17,2% na arrecadação de ICMS. Vale ressaltar que os superávits primários da capital e dos principais municípios experimentaram elevações anuais respectivas de R\$30 milhões para R\$200 milhões, e de R\$16 milhões para R\$139 milhões.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$320 milhões em 2011. O recuo anual de 44,9% traduziu, em especial, a redução na variação do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União. O resultado nominal registrou superávit de R\$97 milhões no ano, ante R\$180 milhões em 2010.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos atingiu R\$3,98 bilhões em 2011. O crescimento anual de 18,2% decorreu de expansões respectivas de 21,6% e 18,5% nas esferas dos governos do estado e da capital, parcialmente neutralizadas pelo aumento de 92,7% no crédito líquido dos demais principais municípios.

Tabela 2.33 – Produção agrícola – Pernambuco

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2012/2011
		2011	2012 ^{1/}	
Grãos				
Feijão	4,3	107	101	-6,3
Milho	1,0	124	137	10,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	44,3	17 517	17 089	-2,4
Uva	18,8	209	225	7,7
Banana	7,2	487	558	14,7
Mandioca	4,5	514	401	-22,0
Tomate	3,7	115,1	60,0	-47,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.34 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	296	645	118,1	7,5
Básicos	8	10	23,3	7,6
Industrializados	288	635	120,7	6,6
Semimanufaturados	118	91	-22,8	4,0
Manufaturados ^{1/}	170	544	220,5	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.35 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	1 059	1 455	37,4	9,5
Bens de consumo	145	162	11,3	13,6
Duráveis	72	79	9,9	7,5
Não duráveis	74	83	12,7	22,1
Bens intermediários	519	485	-6,7	6,0
Bens de capital	206	187	-9,6	7,6
Combustíveis e lubrificantes	189	623	229,9	18,7

Fonte: MDIC/Secex

A produção de grãos do estado deverá totalizar 254 mil toneladas em 2011, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. O aumento anual de 3,9% reflete, em especial, as projeções de crescimento de 10,6% para a produção de milho, e de recuo de 6,3% na relativa a feijão, sensibilizada pela redução de 24% na área colhida. A safra de cana de açúcar para o ano está estimada em 17,1 milhões de toneladas, ressaltando-se que o recuo anual, projetado em 2,4%, resulta de decréscimos de 2,2% na área colhida e de 0,2% no rendimento médio. As produções de banana e de uva deverão aumentar 14,7% e 7,7%, respectivamente, no ano.

A balança comercial de Pernambuco acumulou déficit de US\$810,3 milhões no primeiro trimestre de 2011, ante US\$763,6 milhões em igual período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$645,1 milhões e as importações, US\$1,5 bilhão, registrando aumentos respectivos de 118,1% e 37,4% no período.

A evolução das vendas externas, decorrente de aumentos de 1,1% nos preços e de 114% no *quantum*, traduziu, fundamentalmente, a elevação de 220,5% nos embarques de produtos manufaturados, favorecidos pela exportação de uma plataforma do Estaleiro Atlântico Sul, no valor de US\$404,9 milhões. Em oposição, ocorreram recuos nas vendas de semimanufaturados, 22,8%, com ênfase nas reduções respectivas de 93,2% e 19,4% nas relativas a borracha e a açúcar em bruto, e de 23,3% nas exportações de produtos básicos. Holanda, Espanha, Rússia, Portugal e Argentina adquiriram, em conjunto, 78% das vendas externas do estado no trimestre.

O crescimento das importações refletiu as variações respectivas de 6,54% e 28,9% registradas nos preços e no *quantum*. Ressaltem-se, no período, a elevação de 229,9% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, decorrente de compras de US\$418,3 milhões de óleo diesel e gasolina, sem contrapartida no primeiro trimestre de 2011, e a retração de 6,7% nas importações de bens intermediários. As aquisições provenientes da Holanda, EUA, Argentina, China, México, Índia e Reino Unido representaram, em conjunto, 72,6% das importações do estado no trimestre.

O mercado de trabalho do estado registrou, de acordo com Caged/MTE, a eliminação de 7,5 mil postos formais no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, ante 8,5 mil cortes em igual período do ano anterior, com ênfase nas demissões líquidas registradas na indústria de transformação, 9,2 mil, e na agropecuária, 6,1 mil, essas associadas aos efeitos sazonais do ciclo da produção de cana-de-açúcar.

Tabela 2.36 – Evolução do emprego formal – Pernambuco
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-8,5	0,7	38,0	40,3	-7,5
Indústria de transformação	-10,4	-14,8	12,7	19,2	-9,2
Comércio	0,2	2,1	3,0	7,5	-1,8
Serviços	6,3	7,9	6,5	13,0	7,2
Construção civil	2,3	3,5	6,5	6,1	2,3
Agropecuária	-7,3	1,1	8,8	-5,4	-6,1
Serv. ind. de util. pública	0,4	0,9	0,4	0,1	0,1
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.17 – Taxa de desemprego aberto – Recife

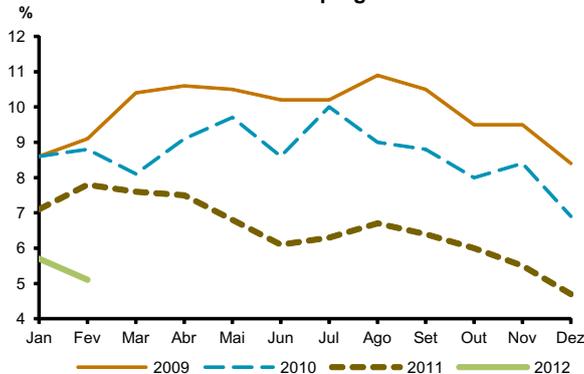


Tabela 2.37 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011			2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,63	0,65	1,45	1,76
Livres	72,7	1,62	0,59	1,85	1,59
Comercializáveis	38,9	1,26	1,01	1,50	0,90
Não comercializáveis	33,8	2,00	0,11	0,30	3,11
Monitorados	27,3	1,65	0,81	0,61	2,35
Principais itens					
Alimentação	24,9	1,63	-0,07	2,70	1,26
Habitação	13,6	3,34	1,77	0,43	2,71
Artigos de residência	5,5	0,24	0,60	0,46	-0,81
Vestuário	8,2	3,23	3,04	2,32	-0,78
Transportes	16,4	0,76	0,44	0,20	1,92
Saúde	12,7	1,83	0,76	1,63	1,16
Despesas pessoais	9,4	1,33	0,13	2,34	4,10
Educação	4,8	0,05	0,37	0,03	8,26
Comunicação	4,5	0,66	-0,11	-0,09	-0,61

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

Na margem, considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal em Pernambuco cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011.

A taxa média de desemprego da Região Metropolitana do Recife (RMR) atingiu 5,2% no trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com a PME/IBGE, registrando pela primeira vez, desde o início da série, em março de 2002, percentual trimestral inferior à média nacional. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego recuou 0,5 p.p. em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2011, resultado de variações de 2,9% na PEA e de 3,5% na população ocupada. Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 2,8% no trimestre e 0,9% em doze meses.

O IPCA da RMR cresceu 1,76% no trimestre encerrado em março, ante 1,45% naquele finalizado em dezembro de 2011. Essa trajetória refletiu as elevações respectivas 1,59% e 2,35% nos preços livres e nos monitorados, que haviam variado, na ordem 1,85% e 0,61% de setembro a dezembro de 2011.

A evolução dos preços livres decorreu de aceleração, de 0,30% para 3,11%, nos preços dos bens não comercializáveis, ressaltando-se as elevações nos itens cursos regulares, 10,68%, empregado doméstico, 9,56% e aluguel residencial, 3,96%; e de desaceleração, de 1,50% para 0,90%, nos preços dos bens comercializáveis, condicionada, em parte, por recuos nos itens carnes, 4,72%, e vestuário, 0,64%. A variação dos preços monitorados refletiu, em grande parte, os aumentos nos preços dos itens ônibus intermunicipal, 16,58%; gás de botijão 7,54%; e ônibus urbanos, 7,52%.

O índice de difusão do IPCA apresentou, sugerindo maior disseminação nos reajustes de preços no estado, atingiu 74,4% no trimestre encerrado em março, ante 64,6% naquele finalizado em dezembro de 2011.

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA da RMR atingiu 5,60% em março, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 6,43% em dezembro. A variação dos preços livres totalizou 5,57%, com destaque para os aumentos nos itens empregados domésticos, 13,67%; alimentação fora do domicílio, 12,36%; e vestuário, 8,14%; e a dos preços monitorados, 5,52%, com ênfase nas elevações registradas nos itens energia elétrica residencial, 7,99%, e planos de saúde, 7,68%.

O ritmo da atividade econômica do estado vem registrado, no período recente, dinamismo mais acentuado do que o assinalado em âmbito nacional. Esse desempenho, expresso na evolução dos respectivos PIBs, encontra sustentação na atividade varejista, favorecida pelo fortalecimento do mercado interno, em ambiente de ganhos reais do salário mínimo. A evolução da economia pernambucana no médio e longo prazos deverá refletir o impacto favorável da consolidação de investimentos importantes nos setores petroquímico, naval, de hemoderivados e de alimentos, que deverão exercer desdobramentos relevante sobre a trajetória do PIB e do mercado de trabalho do estado.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

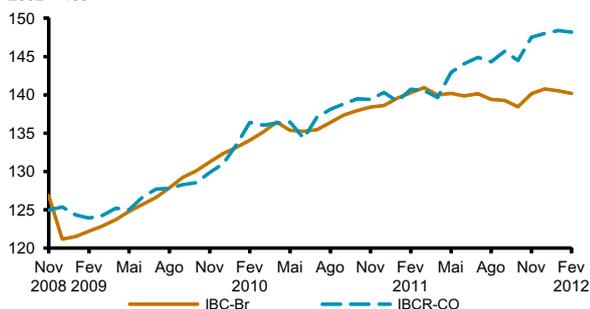
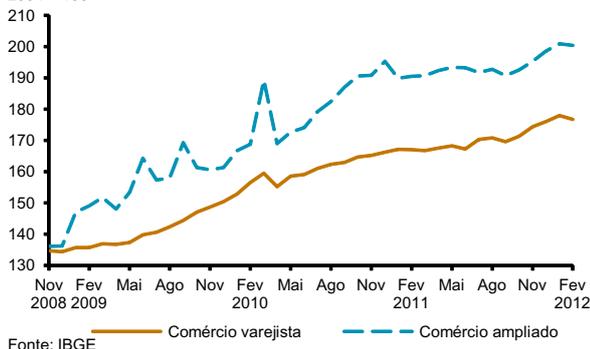


Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	2011 Ano	Variação % no período		
		2012		
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,4	1,3	2,0	5,4
Combustíveis e lubrificantes	0,5	0,2	2,2	-1,6
Hiper e supermercados	4,4	2,2	-0,7	4,7
Tecidos, vestuário e calçados	2,9	-3,0	0,4	0,3
Móveis e eletrodomésticos	12,3	3,0	7,9	11,6
Comércio varejista ampliado	5,5	-0,3	2,1	4,1
Veículos e motos, partes e peças	3,9	0,2	2,0	1,8
Material de construção	8,4	0,2	2,1	7,7

Fonte: IBGE

^{1/} Goiás e DF são os únicos entes federados da região com dados estratificados pelo IBGE.

^{2/} Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica na região, evidenciando dinamismo da indústria de transformação e do comércio, acelerou no início de 2012. Nesse cenário, o IBCR-CO cresceu 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, quando havia aumentado 1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, a variação do indicador alcançou 4,8% em fevereiro, ante 4,7% em novembro.

As vendas varejistas na região registraram crescimento de 3% no trimestre encerrado em fevereiro em relação ao terminado em novembro, quando aumentaram 1,4%, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ressalte-se a elevação nas vendas no Mato Grosso do Sul, 8%, seguindo-se as observadas no Mato Grosso, 2,8%; Goiás, 2,5%; e Distrito Federal, 1,2%. O comércio ampliado cresceu 3,7%, ante 0,1% no trimestre encerrado em novembro de 2011, ressaltando-se os aumentos de 6,3% no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso.

A segmentação, por ramos do comércio, no Distrito Federal e em Goiás, únicos entes federados da região com esse tipo de estratificação, revela expansões trimestrais respectivas de 7,9% e 6,4% nas vendas relativas a móveis e eletrodomésticos, e a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. Adicionalmente, ocorreram elevações de 2,1% nas vendas de material de construção e de 2% nas referentes a veículos, motos, partes e peças.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 5,4% em fevereiro, ante 6,4% em novembro, destacando-se os aumentos respectivos de 7,3% e 6,4% no Mato Grosso do Sul e em Goiás. A análise segmentada, para Goiás e Distrito Federal, revela que as vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação aumentaram 56,2% no período, seguindo-se as elevações nas relativas a artigos

Tabela 3.2 – Produção industrial – Goiás

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2011	Variação % trimestral		
		2012		Ac. 12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	1,5	2,6	9,3
Indústria extrativa	7,7	6,5	1,0	2,7
Indústria de transformação	92,3	0,8	6,1	9,8
Alimentos e bebidas	57,3	5,8	-6,8	-4,4
Produtos químicos	24,0	-9,2	29,8	53,7
Minerais não metálicos	5,7	-3,0	5,2	1,9
Metalurgia básica	5,3	12,6	-10,5	-2,1

Fonte: IBGE

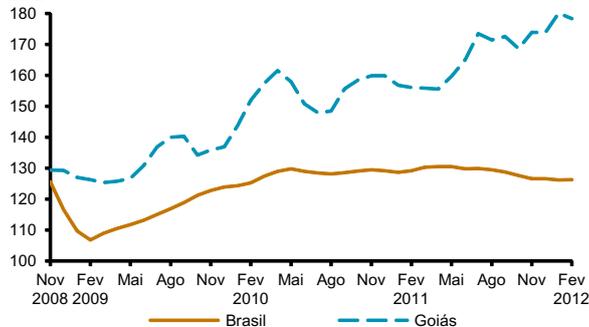
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

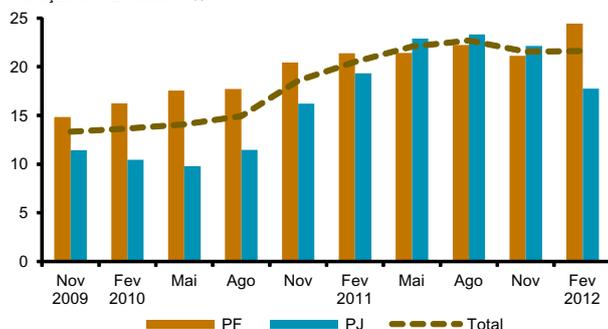
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 12,6%; a móveis e eletrodomésticos, 11,6%; e a hiper e supermercados, 4,7%. O comércio ampliado cresceu 5,2%, ante 8% no período de doze meses finalizado em novembro de 2011.

A produção industrial de Goiás, único estado da região incluído na PIM-PF do IBGE, cresceu 2,6% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando havia aumentado 1,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. A indústria de transformação cresceu 6,1%, com ênfase nos aumentos nos segmentos produtos químicos, 29,8%, influenciado pelo setor de medicamentos, e minerais não metálicos, 5,2%, impulsionado pelas indústrias de cimento. A indústria extrativa cresceu 1% no trimestre, favorecida pelo aumento da produção de amianto.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial de Goiás aumentou 9,3% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 6,4% em novembro. As indústrias extrativa mineral e de transformação registraram expansões respectivas de 2,7% e 9,8%, ressaltando-se a elevação de 53,7% no segmento produtos químicos e o recuo de 4,4% na produção de alimentos e bebidas, setor com 57% de representatividade na estrutura industrial goiana.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei/GO), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 59,9 pontos em março, ante 59,4 pontos em dezembro e 65,5 pontos em março do ano anterior. A evolução trimestral decorreu de crescimento de 1 ponto no Indicador de Expectativas, que avalia o sentimento dos empresários em relação aos próximos seis meses, e de retração de 0,5 ponto no Indicador de Condições Atuais, que avalia a situação no momento da pesquisa.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Centro-Oeste totalizaram R\$174,8 bilhões em fevereiro, aumentando 4,4% no trimestre e 21,6% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$102 bilhões, registrando elevações respectivas de 7,1% e 24,4%, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$73 bilhões, elevando-se 0,8% no trimestre, com ênfase nas contratações de governos estaduais e municipais, comércio varejista e agricultura; e 17,7% em doze meses. A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,61% em fevereiro, ressaltando-se que o aumento trimestral de

Tabela 3.3 – Dívida líquida – Região Centro-Oeste^{1/}
Composição

Região Centro-Oeste	R\$ milhões		
	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	796	1 562	3 530
Renegociação ^{2/}	21 962	22 589	22 216
Dívida externa	608	761	1 136
Outras dívidas junto à União	7	5	2
Dívida reestruturada	645	569	585
Disponibilidades líquidas	-2 502	-1 420	-2 601
Total (A)	21 516	24 066	24 868
Brasil^{3/} (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	5,1	5,1	5,1

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 3.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		2011
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	24 066	-2 203	2 622	418	384	24 868
Governos estaduais	24 297	-1 885	2 570	685	327	25 310
Capitais	17	-154	40	-115	57	-41
Demais municípios	-248	-164	12	-152	0	-401

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 3.5 – Necessidades de financiamento – Região Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-941	-2 203	3 188	2 622
Governos estaduais	-1 009	-1 885	3 136	2 570
Capitais	100	-154	38	40
Demais municípios	-32	-164	13	12

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

0,25 p.p. traduziu as variações registradas nos segmentos de pessoas físicas, 0,18 p.p. e de pessoas jurídicas, 0,21 p.p. que registraram taxas de 4,5% e 2,4%, respectivamente.

O superávit primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região Centro-Oeste totalizou R\$2,2 bilhões em 2011. O aumento anual de 134% refletiu as elevações respectivas de 87% e 408% registradas nas esferas dos governos estaduais e demais municípios, e a inversão, de déficit de R\$100 milhões para superávit de R\$154 milhões, no resultado das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$2,6 bilhões em 2011, redução anual de 18% decorrente, em grande parte, do recuo de 6,3 p.p. na variação anual do IGP-DI, indexador da maior parte dos passivos regionais renegociados com a União. O resultado nominal registrou déficit de R\$418 milhões, ante déficit de R\$2,2 bilhões em 2010.

A dívida líquida da região Centro-Oeste, mantendo participação de 5,1% na dívida total das regiões, totalizou R\$24,9 bilhões em dezembro de 2011, elevando-se 3,3% em relação a igual período do ano anterior. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 91,7% do endividamento líquido ao final do ano, as dívidas bancária e externa, 14,2% e 4,6% respectivamente, e as disponibilidades líquidas, -10,5%.

A safra de grãos da região deverá registrar acréscimo anual de 12% em 2012, totalizando 62,8 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. Esse resultado reflete, em especial, a estimativa de aumento de 34,3% para a safra de milho, responsável por 89% do crescimento da colheita de grãos, com expansões de 25,8% na área plantada e de 5,8% na produtividade. A projeção para o crescimento anual da produção de soja, principal cultura da região, atinge 3,7%, enquanto no âmbito das demais culturas, ressalte-se a estimativa de elevação anual de 9,6% para a produção de cana-de-açúcar.

Os abatimentos de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF cresceram 6,8% no primeiro bimestre de 2012, em relação a igual período de 2011, ocorrendo aumentos respectivos de 14,3% e 6,4% no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, e retração de 5,3% em Goiás. A cotação média do boi gordo decresceu 2,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao trimestre finalizado em novembro. Os abatimentos de aves e de suínos variaram, na ordem, -3,4% e 7,3%, no período.

Tabela 3.6 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	80,0	56 090	62 825	12,0
Algodão (caroço)	9,8	1 944	1 964	1,0
Arroz (em casca)	1,7	1 013	746	-26,4
Feijão	3,1	589	621	5,6
Milho	11,4	17 400	23 370	34,3
Soja	53,0	33 768	35 021	3,7
Sorgo	0,6	1 213	906	-25,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,1	104 322	114 334	9,6
Mandioca	1,7	1 268	1 268	0,0
Tomate	1,7	1 496	1 470	-1,7

Fonte: IBGE

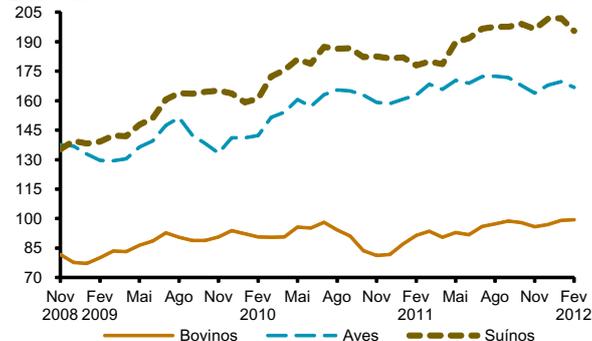
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 3.7 – Exportação por fator agregado

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 965	5 081	28,1	7,5
Básicos	3 157	4 194	32,9	7,6
Industrializados	809	887	9,7	6,6
Semimanufaturados	515	743	44,2	4,0
Manufaturados ^{1/}	293	144	-51,1	7,6

Fontes: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.8 – Importação por categoria de uso

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	2 647	2 918	10,2	9,5
Bens de consumo	834	814	-2,4	13,6
Duráveis	533	381	-28,6	7,5
Não duráveis	301	433	43,9	22,1
Bens intermediários	1 018	1 074	5,6	6,0
Bens de capital	238	320	34,4	7,6
Combustíveis e lubrificantes	557	710	27,3	18,7

Fontes: MDIC/Secex

O superávit da balança comercial do Centro-Oeste atingiu US\$2,2 bilhões no primeiro trimestre de 2012, elevando-se 64,1% em relação a igual período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$5,1 bilhões e as importações, US\$2,9 bilhões, aumentando, na ordem, 28,1% e 10,2%.

O desempenho das exportações refletiu as variações assinaladas no *quantum*, 31,2%, nos preços, -2,4%. Ocorreram aumentos nas vendas de produtos semimanufaturados, 44,2%, impulsionadas pelas relativas a ferroligas, 273%, e a açúcar de cana, 39,9%, e de produtos básicos, 32,9%, com ênfase na expansão de 95,2% nos embarques de soja. Em oposição, as exportações de manufaturados decresceram 51,1% no período, ressaltando-se o recuo de 93,2% nas relativas a energia elétrica para a Argentina, consequência, em parte, da elevada base de comparação. China, Holanda, Espanha, Tailândia, Rússia e Hong Kong, em conjunto, absorveram 55% das exportações do Centro-Oeste, no período.

A elevação das importações repercutiu aumento de 18,8% nas cotações internacionais e decréscimo de 7,2% no *quantum*. As aquisições de bens de capital ampliaram-se 34,4%, estimuladas pelas relativas a máquinas e ferramentas, 584%, e a maquinaria industrial, 21,1%; as compras de combustíveis e lubrificantes cresceram 27,3%, consequência do aumento de 28% nas compras de gás natural proveniente da Bolívia; e as importações de bens intermediários elevaram-se 5,6%, com ênfase nos aumentos nas referentes a produtos químicos e farmacêuticos, 26,6%, e a insumos agrícolas, 20,4%. As aquisições de bens de consumo recuaram 2,4% no trimestre, destacando-se a redução de 31,1% nas relativas a automóveis. As importações provenientes da Bolívia, EUA, Coreia do Sul, Japão, China e Alemanha foram responsáveis, em conjunto, por 64% das compras externas da região, no período.

A economia do Centro-Oeste registrou, segundo o Caged do MTE, a eliminação de 6,3 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em fevereiro, ante criação de 14,5 mil empregos formais em igual período do ano anterior, dos quais 6,5 mil na construção civil, 3 mil na indústria de transformação e 2,6 mil no comércio. Em oposição, foram gerados, no trimestre, 3,1 mil empregos formais no setor de serviços e 2,4 mil na agropecuária. A análise por unidades da federação revela a eliminação de 5,5 mil postos de trabalho no Mato Grosso do Sul, 2,8 mil em Goiás, e de 1 mil no Distrito Federal, contrastando com a geração de 3 mil vagas no Mato Grosso.

Tabela 3.9 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	14,5	53,6	50,7	-8,9	-6,3
Indústria de transformação	2,5	16,5	7,4	-14,1	-3,0
Comércio	5,1	4,0	5,8	12,4	-2,6
Serviços	5,2	20,2	13,6	8,6	3,1
Construção civil	-1,6	7,1	13,1	-3,9	-6,5
Agropecuária	5,3	4,7	9,6	-12,1	2,4
Indústria extrativa mineral	0,2	0,8	0,7	-0,2	0,2
Outros ^{2/}	-2,3	0,4	0,5	0,4	0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

Tabela 3.10 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral				
		2011				2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	
IPCA	100,0	1,07	1,36	1,67	0,90	
Livres	76,1	1,03	1,40	1,86	1,09	
Comercializáveis	33,1	0,61	1,12	1,60	-0,37	
Não comercializáveis	43,0	1,36	1,61	2,05	2,24	
Monitorados	23,9	1,15	1,28	1,25	0,29	
Principais itens						
Alimentos e bebidas	21,7	0,62	1,76	2,74	1,32	
Habitação	15,1	2,01	1,62	1,20	1,83	
Artigos de residência	4,8	-1,24	1,38	1,00	-0,96	
Vestuário	6,2	3,60	0,10	2,56	-0,35	
Transportes	21,9	-0,07	1,60	1,28	-0,55	
Saúde	10,1	2,20	1,71	1,34	1,00	
Despesas pessoais	10,3	2,05	1,90	2,52	1,85	
Educação	4,6	0,13	0,24	0,09	5,24	
Comunicação	5,2	0,10	-0,05	1,27	0,07	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

O IPCA da região Centro-Oeste, considerando-se Brasília e Goiânia, variou 0,90% no trimestre encerrado em março, ante 1,67% naquele finalizado em dezembro de 2011. Os preços livres desaceleraram de 1,86% para 1,09% e os monitorados de 1,25% para 0,29%, na mesma base de comparação.

A variação dos preços dos itens comercializáveis recuou de 1,60%, no trimestre finalizado em dezembro, para -0,37%, destacando-se as reduções nos itens açúcar cristal, 6,81%; carne, 5,44%; e automóvel novo, 1,06%. A variação dos preços de itens não comercializáveis aumentou de 2,05% para 2,24%, destacando-se as elevações nos itens cursos regulares, 6,96%; empregado doméstico, 3,82%; e refeição fora do domicílio, 2,41%. Dentre os itens monitorados, destacaram-se as elevações nos itens taxa de água e esgoto, 5,11%; planos de saúde, 1,84%; e energia elétrica residencial, 0,56%. O índice de difusão atingiu 51,2% em março, ante 60,7% em dezembro de 2011.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região Centro-Oeste registrou variação de 5,10% em março, ante 6,58% em dezembro de 2011, resultado de desacelerações, de 6,81% para 5,49%, nos preços livres e, de 6,04% para 4,03%, nos preços monitorados. No âmbito dos preços livres, ocorreram desacelerações nos preços de itens comercializáveis, de 3,65% para 2,98%, e dos itens não comercializáveis, de 9,36% para 7,46%.

O dinamismo da atividade da região, no trimestre encerrado em fevereiro, refletiu o desempenho favorável da indústria de transformação em Goiás, bem como da atividade varejista e do mercado de crédito regionais. A expectativa de crescimento da safra agrícola na região, em cenário de aumento nas cotações, favorece as perspectivas para a renda agrícola da região, com efeitos positivos sobre o desempenho dos demais setores.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Sudeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

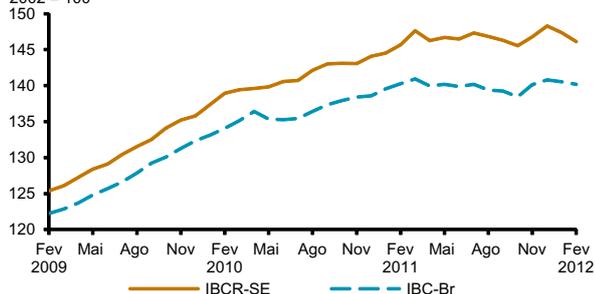
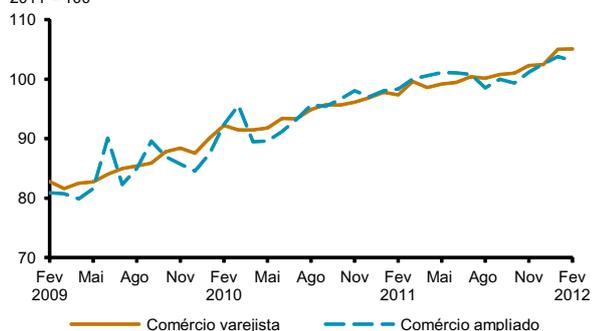


Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		
		Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}
Comércio varejista	6,8	1,4	2,9	6,7
Combustíveis e lubrificantes	0,5	-0,7	0,7	-0,9
Hiper e supermercados	4,1	1,0	3,5	5,0
Tecidos, vestuário e calçados	4,8	-2,1	2,0	2,6
Móveis e eletrodomésticos	17,0	3,2	2,6	15,7
Comércio ampliado	6,8	0,1	3,0	5,6
Automóveis e motocicletas	6,1	-2,5	3,9	2,8
Material de construção	8,9	1,2	7,0	8,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Sudeste, impulsionada pela aceleração das vendas varejistas, registrou relativa recuperação no trimestre encerrado em fevereiro, quando o IBCR-SE aumentou 0,7% em relação ao trimestre finalizado em novembro, período em que recuara 0,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses, evidenciando menor dinamismo da economia da região, revela que o indicador cresceu 3,3% em fevereiro, ante 4,2% em novembro de 2011.

As vendas varejistas da região aumentaram 2,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam expandido 1,4%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Esse desempenho, favorecido pela continuidade da expansão da massa salarial e das operações de crédito às famílias, decorreu, em parte, do dinamismo dos segmentos hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 3,5%, e móveis e eletrodomésticos, 2,6%. O comércio ampliado, incluídas as variações nas vendas de veículos, 3,9%, e de material de construção, 7,0%, cresceu 3,0% no período, ante 0,1% no trimestre encerrado em novembro.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 6,7% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 7,3% em novembro. Incorporadas as elevações respectivas de 2,8% e 8,3% nas vendas de veículos e de material de construção, o comércio ampliado cresceu 5,6%.

A produção industrial da região recuou 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando declinara 3,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A indústria extrativa cresceu 0,1% e a de transformação recuou 0,2%, ressaltando-se que treze das vinte e três atividades pesquisadas registraram resultados positivos no período, com

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,6	-0,8	-1,2
Indústria extrativa	7,8	1,8	0,1	3,4
Indústria da transformação	92,2	-4,1	-0,2	-1,4
Veículos automotores	13,3	-7,8	-11,6	-6,5
Metalurgia básica	8,0	-2,8	-6,0	-4,7
Alimentos	8,0	-3,0	1,0	-0,3
Outros produtos químicos	7,8	0,2	5,4	1,2
Refino de petróleo e álcool	7,2	7,6	0,9	1,1

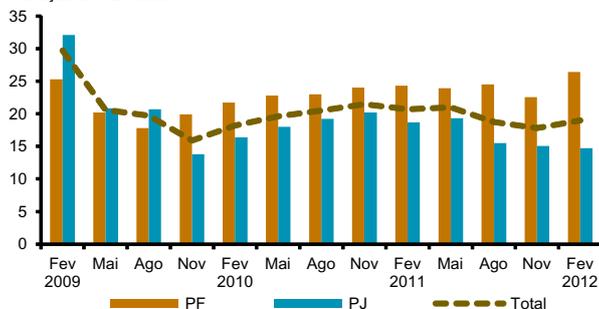
Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2012 ^{1/}	
	2009	2010	2011	2012 ^{1/}	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	40,5	36,7	-30,0	-29,0	68 243	50
Brasil	50,0	23,5	-18,0	-19,0	136 888	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até fevereiro.

Tabela 4.4 – Dívida líquida – Região Sudeste^{1/}

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2009		2010
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	6 647	7 994	9 484
Renegociação ^{2/}	283 864	315 998	334 203
Dívida externa	7 179	12 752	15 654
Outras dívidas junto à União	17 593	17 677	16 903
Dívida reestruturada	931	810	825
Disponibilidades líquidas	-12 315	-14 726	-19 157
Total (A)	303 900	340 504	357 911
Brasil (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	72,5	72,2	72,9

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2185/2000.

ênfase nos observados nas indústrias farmacêutica, 9,5%; de produtos de metal, 7,9%; e de outros produtos químicos, 5,4%. Em oposição, ocorreram retrações nas atividades vestuários e acessórios, 16,2%; material eletrônico, 12%; e veículos automotores, 11,6%.

Considerados períodos de doze meses, a indústria do Sudeste registrou retração de 1,2% em fevereiro, ante expansão de 0,8% em novembro. Ocorreram recuos de 12,8% no setor têxtil e de 12% nos segmentos vestuário e acessórios, e máquinas para escritório e equipamentos de informática, contrastando com as elevações respectivas de 13,0% e 6,7% nas indústrias de alimentos e bebidas, e de fumo.

A carteira de operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região atingiu R\$1.060,1 bilhões em fevereiro, aumentando 3,6% no trimestre e 19,0% em doze meses. Os empréstimos a pessoas físicas totalizaram R\$411,9 bilhões, elevando-se 7,4% e 26,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com ênfase no dinamismo das modalidades crédito pessoal e financiamento de veículos. O saldo das operações no segmento de pessoas jurídicas, com destaque para a modalidade capital de giro, somou R\$648,3 bilhões, elevando-se 1,4% no trimestre e 14,7% em doze meses.

A inadimplência das operações de crédito contratadas na região atingiu 3,1% em fevereiro, aumentando 0,2 p.p. no trimestre. As taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas registraram aumentos de 0,1 p.p. no trimestre, situando-se, na ordem, em 4,9% e 2%.

Os desembolsos do BNDES para a região Sudeste registraram redução de 29% no período de doze meses finalizado em fevereiro, representando 50% das operações realizadas no país.

Os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste apuraram superávit primário de R\$22,7 bilhões em 2011. O aumento anual de 23,3% refletiu os crescimentos observados nos superávits dos governos estaduais, 37,7%, com destaque para o aumento de 156% no Rio de Janeiro, e dos principais municípios, 161,7%, e a retração de 31,2% registrada no âmbito das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$41,6 bilhões no ano, ante R\$53,3 bilhões em 2010, contribuindo para que o déficit nominal recuasse 46,0% no ano, para R\$18,9 bilhões.

Tabela 4.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2011 Dez
	Dívida 2010 Dez	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
		Nominal		Total ^{3/}		
		Primário	Juros			
Total	340 504	-22 741	41 607	18 866	-1 459	357 911
Gov. estaduais	280 281	-16 007	31 815	15 809	-3 661	292 428
Capitais	59 926	-3 957	9 005	5 048	2 168	67 142
Demais mun.	298	-2 777	786	-1 991	34	-1 659

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.6 – Necessidades de financiamento – Região Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-18 440	-22 741	53 349	41 607
Governos estaduais	-11 628	-16 007	42 859	31 815
Capitais	-5 751	-3 957	9 704	9 005
Demais municípios	-1 061	-2 777	787	786

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.7 – Produção agrícola – Sudeste
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas			Var. %
		Produção ^{2/}		2012/2011	
		2011	2012		
Grãos		17 201	18 431	7,1	
Arroz (em casca)	0,3	174	150	-13,7	
Feijão	2,8	878	838	-4,5	
Milho	7,1	10 637	12 022	13,0	
Soja	5,2	4 446	4 385	-1,4	
Outras lavouras					
Café	19,9	2 260	2 585	14,4	
Banana	3,0	2 253	2 232	-1,0	
Cana-de-açúcar	36,8	484 030	499 841	3,3	
Laranja	9,8	16 237	16 112	-0,8	
Tomate	3,0	1 330	1 442	8,4	

Fonte: IBGE

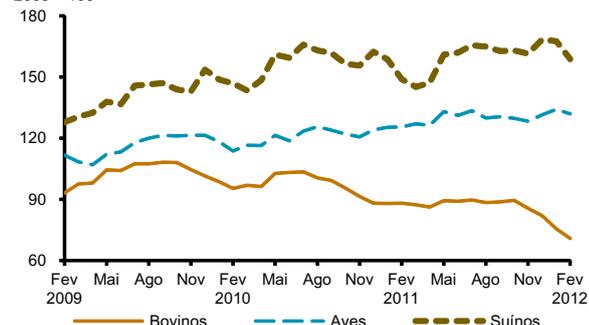
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012

Gráfico 4.4 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região somou R\$357,9 bilhões em 2011, elevando-se 5,1% no ano e passando a corresponder a 72,9% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país.

A safra de grãos do Sudeste deverá totalizar 18,4 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o LSPA de março do IBGE, aumentando 7,1% no ano e correspondendo a 11,6% da produção nacional. Estão projetados aumento de 13% para a safra de milho, favorecida por elevações na área plantada, 7,3%, e na produtividade, 4,7%, e retrações para as relativas a arroz, 13,7%; feijão, 4,5%; e soja, 1,4%. Em relação às demais lavouras, ressaltam-se as estimativas de crescimento para as produções de café, 14,4%, em ciclo bianual de alta produtividade, e de cana-de-açúcar, 3,3%, resultado da melhora no rendimento, e de recuos para as relacionadas a laranja, 0,8%, e banana, 1,0%.

Os abates de bovinos, aves e suínos efetuados na região, em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, registraram variações respectivas de -22,4%, 3,8% e 8,7% nos dois primeiros meses de 2012, em relação a igual período de 2011, de acordo com estatísticas do Mapa. A redução dos abates de bovinos refletiu, em parte, as incertezas em relação a restrições de ordem sanitária no mercado externo, com desdobramentos sobre as exportações regionais, que recuaram 13,5% no período. Os embarques de carne de frango recuaram 14,2% e os relativos a carne de suínos, refletindo a fraca base de comparação do primeiro bimestre de 2011, expandiram 57%.

O superávit comercial da região atingiu US\$2,5 bilhões no primeiro trimestre de 2012, ante US\$2,3 bilhões em igual período do ano anterior, resultado de acréscimos de 4,5% nas exportações e de 4,2% nas importações, que somaram, na ordem, US\$31,1 bilhões e US\$28,6 bilhões.

O desempenho das exportações, resultante de variações de -2% no *quantum* e de 6,7% nos preços, decorreu de aumentos nas vendas em todas as classes de produtos, em especial de manufaturados, 7,4%. Os principais destinos dos embarques da região foram EUA, China, Argentina, Holanda e Índia, que adquiriram, em conjunto, 48,3% das vendas externas no período.

O crescimento das importações, decorrente da redução de 1,2% no *quantum* e aumento de 5,5% nos preços, refletiu, fundamentalmente, a elevação de 16,6% nas compras de bens de consumo não duráveis. As

Tabela 4.8 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	29 761	31 106	4,5	7,5
Básicos	12 593	12 751	1,3	7,6
Industrializados	17 169	18 354	6,9	6,6
Semimanufaturados	3 860	4 062	5,2	4,0
Manufaturados ^{1/}	13 308	14 292	7,4	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.9 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	27 443	28 582	4,2	9,5
Bens de consumo	4 669	5 237	12,2	13,6
Duráveis	2 293	2 466	7,6	7,5
Não duráveis	2 377	2 771	16,6	22,1
Bens intermediários	11 856	12 505	5,5	6,0
Bens de capital	6 883	7 336	6,6	7,6
Combustíveis e lubrificantes	4 035	3 504	-13,2	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.10 – Evolução do emprego formal – Sudeste

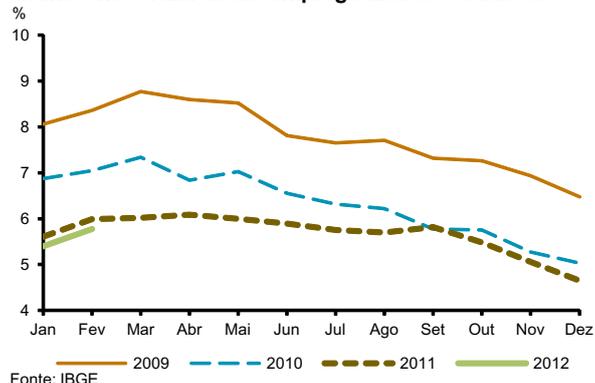
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	8,5	440,1	268,4	118,2	-73,5
Indústria de transformação	-22,1	95,6	22,1	-34,8	-36,1
Comércio	-1,9	30,8	63,0	107,8	-32,0
Serviços	79,6	149,6	113,9	126,0	28,3
Construção civil	1,9	33,5	35,6	-3,1	9,4
Agropecuária	-48,5	119,6	30,4	-82,0	-43,0
Serviços ind. de utilidade pública	3,1	2,1	-1,3	-0,0	-0,0
Outros ^{2/}	-3,6	8,9	4,7	4,4	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.5 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

aquisições de bens de capital aumentaram 6,6% e as de bens intermediários, 5,5%, contrastando com a redução de 13,2% nas relativas a combustíveis e lubrificantes. As importações provenientes dos EUA, China, Alemanha, Argentina e Japão representaram 50,3% das aquisições externas do Sudeste, no trimestre.

O mercado de trabalho da região registrou, de acordo com estatísticas do Caged/MTE, a eliminação de 73,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante criação de 118,2 mil naquele finalizado em novembro e de 8,5 mil em igual período de 2011. Ocorreram 43 mil demissões líquidas na agropecuária, 36,1 mil na indústria, e 32 mil no comércio, contrastando com a criação de 28,3 mil empregos formais no setor de serviços. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 1% no trimestre terminado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando havia aumentado 0,9%, no mesmo tipo de análise.

A taxa média de desemprego do Sudeste, considerada a PME realizada pelo IBGE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 5,3% no trimestre encerrado em fevereiro. A retração de 0,2 p.p. em relação a igual período de 2011 decorreu de elevações de 1,7% no pessoal ocupado e de 1,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, respectivamente, 2,6% e 4,4%, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 5,5% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 5,7% naquele finalizado em novembro.

A inflação na região Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas RMSP, RMRJ e RMBH, atingiu 1,32% no trimestre encerrado em março, ante 1,36% naquele finalizado em dezembro. O resultado refletiu a desaceleração, de 1,55% para 1,42%, nos preços livres, e a aceleração, de 0,93% para 1,07%, nos preços monitorados.

A evolução dos preços livres decorreu, em grande parte, da variação negativa de 0,33% registrada nos preços dos produtos comercializáveis, que haviam aumentado 1,28% no trimestre encerrado em dezembro de 2011, destacando-se as retrações nos preços dos itens carnes, 5,73%, e vestuário, 0,61%. A variação trimestral dos preços dos produtos não comercializáveis aumentou 1,08 p.p., para 2,85%, com ênfase na pressão exercida pelo reajuste das mensalidades escolares.

Tabela 4.11 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2011	2012		
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,57	1,36	1,32	5,23
Livres	74,4	6,64	1,55	1,42	5,46
Comercializáveis	33,2	4,55	1,28	-0,33	3,60
Não comercializáveis	41,2	8,38	1,77	2,85	7,00
Monitorados	25,6	6,38	0,93	1,07	4,65
Principais itens					
Alimentação	21,8	7,24	2,86	1,30	6,30
Habitação	14,9	6,74	1,72	1,35	6,86
Artigos de residência	4,4	-0,59	-1,48	0,09	-1,70
Vestuário	5,9	8,38	2,01	-0,60	7,47
Transportes	21,1	6,47	0,25	0,93	3,27
Saúde	11,3	6,76	1,41	1,59	7,11
Despesas pessoais	10,6	8,16	1,75	2,13	7,10
Educação	4,8	8,25	0,13	6,81	7,51
Comunicação	5,2	1,50	0,52	-0,42	-0,01

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a março de 2012.

A aceleração dos preços monitorados traduziu, em especial, as elevações sazonais dos preços das passagens dos ônibus intermunicipais, 6,14%, e dos ônibus urbanos, 3,89%. O índice de difusão médio, evidenciando menor disseminação dos reajustes de preços na região recuou 2,6 p.p. no trimestre encerrado em março, atingindo 55,9%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região variou 5,23% em março, ante 6,57% em dezembro de 2011, refletindo os efeitos das desacelerações nos preços livres, de 6,64% para 5,46%, e nos preços monitorados, de 6,38% para 4,65%.

A recuperação da atividade econômica no Sudeste refletiu, fundamentalmente, o dinamismo das vendas do comércio varejista, impulsionadas pela continuidade do crescimento da massa salarial e do crédito às famílias. O cenário de redução consistente da inflação e das taxas de juros, aliado ao impacto esperado de medidas de incentivo à indústria, implementadas recentemente pelo governo, sinalizam perspectivas favoráveis para a economia regional nos próximos meses.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais (IBCR-MG)

Dados desazonalizados

2002 = 100

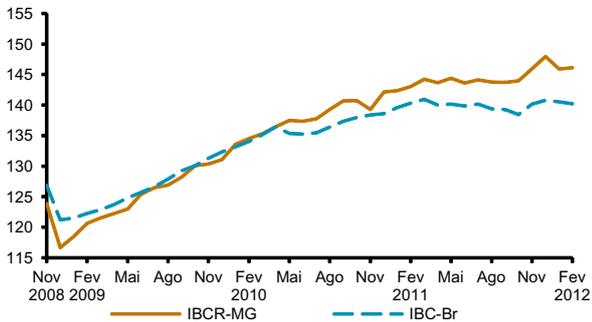


Tabela 4.12 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Ano	2012		
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	10,0	2,4	2,9	8,9
Combustíveis e lubrificantes	0,0	0,7	7,8	-1,3
Hiper e supermercados	5,6	1,6	2,8	5,7
Tecidos, vestuário e calçados	5,8	-0,7	2,7	4,3
Móveis e eletrodomésticos	31,1	7,5	8,2	28,5
Comércio ampliado	9,0	0,0	2,9	6,7
Veículos e motos, partes e peças	7,3	-4,0	2,3	2,9
Material de construção	8,8	-0,2	-1,1	6,2

Fonte: IBGE

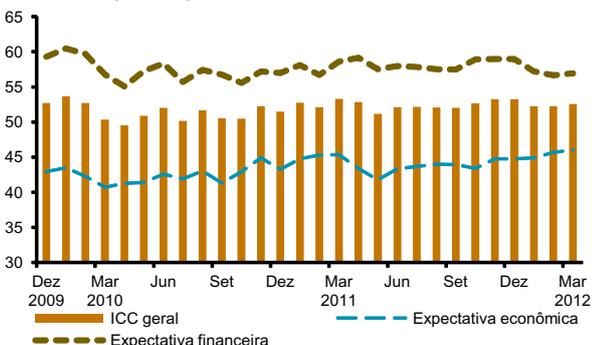
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A economia de Minas Gerais, evidenciando a recuperação das indústrias de transformação e construção civil, bem como o desempenho favorável do comércio, registrou maior dinamismo no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, quando o IBCR-MG cresceu 1,5%, em relação ao trimestre finalizado em novembro de 2011, período em que expandira 0,5%, no mesmo tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-MG cresceu 3,8% em fevereiro de 2012, em relação a igual intervalo de 2011, ante 4,9% em novembro de 2011.

As vendas varejistas aumentaram 2,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando haviam crescido 2,4%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC do IBGE, destacando-se as elevações nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 8,2%; combustíveis e lubrificantes, 7,8%; e hiper e supermercados, 2,8%. O comércio ampliado, refletindo variações respectivas de 2,3% e -1,1% nas vendas de veículos motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 2,9%, ante estabilidade no trimestre finalizado em novembro de 2011. Ressalte-se que os indicadores nacionais de vendas varejistas e de comércio ampliado registraram, ambos, variação de 3,4% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 8,9% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, com ênfase no dinamismo das vendas de móveis e eletrodomésticos, 28,5%. O comércio ampliado registrou expansão de 6,7% no período, ocorrendo elevações de 6,2% nas vendas de material de construção e de 2,9% nas relativas a veículos, motos, partes e peças. Os indicadores nacionais de vendas varejistas e comércio ampliado experimentaram variações respectivas de 6,7% e 5,5%, no período.

Gráfico 4.7 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH)



Fonte: Fecomércio Minas e Ipead/UFMG

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) e pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (Fecomércio Minas), atingiu 52,6 pontos em março, recuando 0,7 p.p. em relação a dezembro. O componente que avalia a expectativa financeira, refletindo piora nos itens pretensão de compra, disponibilidade de recursos e situação financeira da família em relação ao passado, decresceu 2 p.p., e o relacionado à expectativa econômica, impactado pela melhora no item avaliação sobre emprego, aumentou 1,3 p.p.

Tabela 4.13 – Produção industrial – Minas Gerais
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,3	0,6	-0,9
Indústria extrativa	15,3	4,4	-5,3	-1,5
Indústria de transformação	84,7	-2,4	2,1	-0,8
Metalurgia básica	18,3	0,5	-7,1	-1,5
Veículos automotores	14,9	-7,8	4,1	-1,6
Alimentos	14,5	1,0	2,4	-0,8
Outros produtos químicos	7,1	-0,5	19,2	8,8
Minerais não metálicos	6,8	-1,1	2,1	3,0

Fonte: IBGE

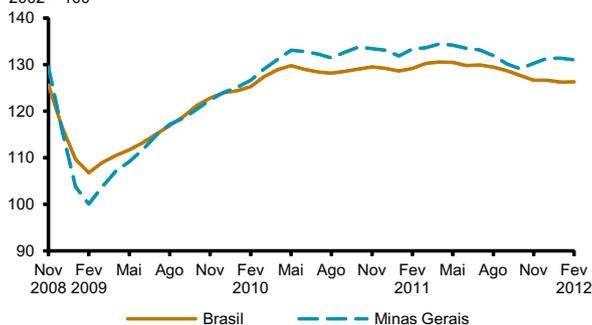
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE referente ao último mês disponível.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.8 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

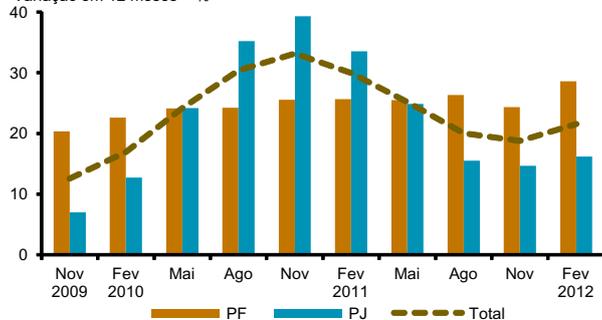
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.14 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões						
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal		Outros ^{4/}		2011
		Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Dez
Est. Minas Gerais	59 750	-3 111	7 809	4 698	782	65 230	
Governo Estadual	58 315	-2 739	7 554	4 815	418	63 548	
Capital	896	26	120	145	357	1 398	
Demais Municípios	539	-397	135	-262	7	284	

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

A produção industrial de Minas Gerais cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia recuado 1,3%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. O desempenho trimestral decorreu de expansão de 2,1% na indústria de transformação, estimulada pelos crescimentos nas atividades outros produtos químicos, 19,2%, e veículos automotores, 4,1%, e de retração de 5,3% na indústria extrativa mineral.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria mineira decresceu 0,9% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante expansão de 1% em novembro, resultado de recuos respectivos de 1,5% e 0,8% nas indústrias extrativa e de transformação, esta evidenciando a moderação nas atividades metalurgia básica, veículos automotores e alimentos.

O Icei/MG, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), atingiu 57,4 pontos em março, ante 53,3 pontos em dezembro e 58,2 pontos em março do ano anterior. O aumento trimestral decorreu de elevações respectivas de 3,2 e 4,3 pontos no Índice de Condições Atuais e no Índice de Expectativas para os próximos seis meses.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais totalizaram R\$175,5 bilhões em fevereiro, aumentando 4,3% no trimestre e 21,6% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas, evidenciando o dinamismo das modalidades crédito consignado e financiamento de veículos, atingiram R\$80,4 bilhões, elevando-se 8,1% e 28,6%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação. O crédito concedido ao segmento de pessoas jurídicas somou R\$95 bilhões, elevando-se 1,3% no trimestre, com ênfase nas contratações do comércio varejista, indústria de açúcar em bruto e metalurgia, e 16,2% em doze meses. A taxa de inadimplência situou-se em 3,16% em fevereiro, aumentando 0,26 p.p. no trimestre e 0,97 p.p. em doze meses.

O superávit primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$3,1 bilhões em 2011. A elevação anual de 94,9% decorreu de expansão de 45% no superávit do governo estadual e de reversões, de déficit de R\$360 milhões para superávit de R\$397 milhões, no âmbito dos demais municípios, e de superávit de R\$67 milhões para déficit de R\$26 milhões, no resultado da capital.

Tabela 4.15 – Necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
Estado de Minas Gerais	-1 596	-3 111	9 734	7 809
Governo Estadual	-1 888	-2 739	9 478	7 554
Capital	-67	26	101	120
Demais Municípios	360	-397	156	135

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.16 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2012/2011
		2011	2012	
Grãos	28,3	10 697	11 812	10,4
Feijão	5,5	583	606	4,0
Milho	11,8	6 535	7 519	15,1
Soja	9,4	2 941	3 032	3,1
Outras lavouras				
Caná-de-açúcar	13,1	67 725	68 651	1,4
Café	38,4	1 336	1 545	15,7

Fonte: IBGE

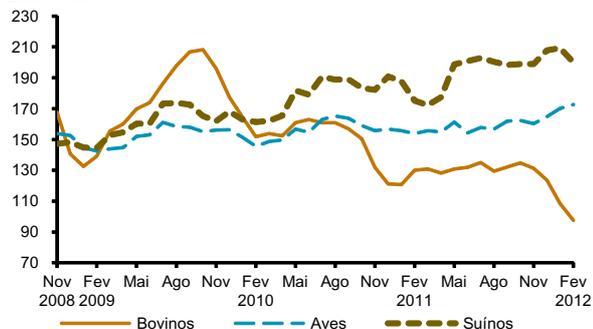
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.17 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 515	7 801	-8,4	7,5
Básicos	5 303	4 571	-13,8	7,6
Industrializados	3 212	3 230	0,6	6,6
Semimanufaturados	1 860	1 787	-3,9	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 352	1 443	6,7	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$7,8 bilhões em 2011. A retração anual de 19,8% refletiu o recuo de 6,3 p.p. na variação do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União, e contribuiu para que o déficit nominal totalizasse R\$4,7 bilhões.

A dívida líquida do estado somou R\$65,2 bilhões em dezembro de 2011, elevando-se 9,2% no ano. O aumento da dívida líquida no governo estadual respondeu por 95% do crescimento mencionado.

A safra de grãos do estado deverá somar 11,8 milhões de toneladas em 2012, aumentando 10,4% no ano, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. Esse desempenho reflete, particularmente, a projeção de crescimento de 15,1% para a safra de milho, principal cultura do estado, decorrente de elevações de 8,2% na área plantada e de 6,4% na produtividade. As culturas de feijão e soja deverão registrar acréscimos anuais respectivos de 4% e 3,1%, enquanto, em relação às demais culturas, ressaltam-se as perspectivas de crescimento de 15,7% para a safra de café, em ciclo bienal de alta produtividade, e de 1,4% para a relativa à cana-de-açúcar.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, cerca de 70% dos realizados no estado, decresceram 33% no primeiro bimestre do ano, em relação a igual período de 2011, enquanto os relativos a aves e a suínos cresceram, na ordem, 13,9% e 17,5%. A média das cotações do boi gordo recuou 2,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao trimestre encerrado em novembro.

A balança comercial de Minas Gerais apresentou superávit de US\$5 bilhões no trimestre encerrado em março, resultado 15,5% inferior ao registrado em igual período do ano anterior, conforme dados do MDIC. As exportações totalizaram US\$7,8 bilhões e as importações, US\$2,8 bilhões, registrando variações respectivas de -8,4% e 7,6%, no período.

O desempenho das exportações decorreu de recuos de 0,7% nos preços e de 7,8% no *quantum* embarcado, com ênfase nas retrações respectivas de 13,8% e 3,9% nos embarques de produtos básicos, em especial de minérios de ferro e em café, e de semimanufaturados. As vendas de manufaturados, estimuladas pelas relativas a aviões e tubos de ferro ou aço fundidos, aumentaram 6,7% no período. China, EUA, Argentina, Japão, Holanda e Alemanha

adquiriram, em conjunto, 61% das exportações do estado no trimestre.

Tabela 4.18 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	2 630	2 828	7,6	9,5
Bens de consumo	453	684	50,9	13,6
Duráveis	382	590	54,5	7,5
Não duráveis	72	94	31,3	22,1
Bens intermediários	1 171	1 221	4,2	6,0
Bens de capital	680	837	23,1	7,6
Combustíveis e lubrificantes	325	87	-73,2	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.19 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais
Novos postos de trabalho

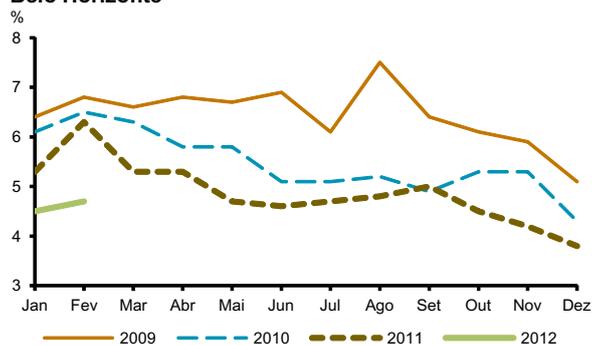
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-0,9	104,9	52,2	16,6	-13,9
Indústria de transformação	-6,9	18,6	6,6	2,0	-10,0
Comércio	-0,1	5,1	8,3	27,4	-3,6
Serviços	15,6	25,2	21,4	29,6	10,5
Construção civil	-5,7	8,9	9,3	-3,4	-5,1
Agropecuária	-5,1	44,5	4,9	-40,3	-6,9
Indústria extrativa mineral	0,9	1,6	1,4	1,1	0,8
Outros ^{2/}	0,4	1,1	0,2	0,1	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

Gráfico 4.11 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte



Fonte: IBGE

A evolução das importações resultou de aumentos de 5% nos preços e de 2,4% no *quantum*. Destacaram-se, no trimestre, as elevações nas compras de bens de consumo duráveis, 54,5%, impulsionadas pelas relativas a veículos; e de bens de capital, 23,1%, com destaque para maquinaria industrial, contrastando com o recuo de 73,2% nas importações de combustíveis e lubrificantes. As aquisições de produtos originários da China, México, EUA, Argentina, Alemanha e Itália corresponderam, em conjunto, a 68% das importações do estado no período.

O mercado de trabalho do estado registrou a eliminação de 13,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 0,9 mil no mesmo período em 2011, dos quais 10 mil na indústria de transformação, 6,9 mil na agropecuária, 5,1 mil na construção e 3,6 mil no comércio. Em oposição, o setor de serviços criou 10,5 mil vagas no trimestre.

A taxa de desemprego média na RMBH atingiu 4,3% no trimestre finalizado em fevereiro, recuando 1 p.p. em relação a igual trimestre de 2011, enquanto a massa salarial real registrou crescimento de 9,1%, conforme a PME do IBGE. Na margem, a massa de rendimento real habitual aumentou 1,1% em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2011, resultado de variações de 1,5% no rendimento médio real habitual e de -0,4% na população ocupada remunerada.

O IPCA da RMBH aumentou 1,65% no trimestre finalizado em março, ante 1,26% naquele encerrado em dezembro de 2011. Verificaram-se aumentos nas variações dos preços dos itens monitorados, de 0,80% para 0,95%, com ênfase nos acréscimos nos itens ônibus urbano, 8,17%, ônibus intermunicipal, 7,36%, e plano de saúde, 1,80%; e dos preços livres, de 1,47% para 1,87%. Nesse segmento, os preços dos itens não comercializáveis aceleraram de 1,91% para 3,37%, ressaltando-se os aumentos nos itens cursos regulares, 9,54%, empregado doméstico, 5,86%, e aluguel residencial, 3,94%, e os dos itens comercializáveis desaceleraram de 0,95% para 0,23%, destacando-se as menores variações nos itens calçados e acessórios, de 1,35% para -1,21%, e carnes, de 2,13% para 0,04%. O índice de difusão atingiu 57,1% em março, ante 47,7% em dezembro.

Considerados períodos de doze meses, a inflação na RMBH atingiu 5,63% em março, ante 6,79% em dezembro

Tabela 4.20 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011	2012		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,45	1,16	1,26	1,65
Livres	75,8	0,94	1,30	1,47	1,87
Comercializáveis	35,7	1,05	1,14	0,95	0,23
Não comercializáveis	40,1	0,85	1,44	1,91	3,37
Monitorados	24,2	2,59	0,86	0,80	0,95
Principais itens					
Alimentos e bebidas	20,9	-0,26	1,15	2,67	1,73
Habitação	15,3	4,98	1,53	0,89	1,37
Artigos de residência	5,3	-0,26	0,46	-1,85	-0,10
Vestuário	6,8	2,62	1,42	2,33	-0,58
Transportes	20,6	0,67	1,30	0,58	1,36
Saúde	10,8	2,64	1,51	1,34	1,13
Despesas pessoais	11,0	2,33	1,29	1,43	3,86
Educação	4,5	0,14	0,66	-0,01	7,44
Comunicação	4,9	0,75	-0,20	0,53	-0,22

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

de 2011, trajetória resultante de desacelerações nos preços livres, de 6,58% para 5,70%, e nos preços monitorados, de 7,27% para 5,30%, destacando-se, nesse segmento, as elevações nos itens água e esgoto, 10,43%, planos de saúde, 7,67%, e gasolina, 6,45%. No âmbito dos preços livres, a variação em doze meses dos itens comercializáveis atingiu 3,42% em março, ante 4% em dezembro, ressaltando-se o aumento de 30,83% no item café moído; e a relativa aos itens não comercializáveis recuou de 8,89% para 7,77%, destacando-se a elevação de 15,49% no item aluguel residencial. Vale ressaltar que a desaceleração observada no âmbito dos preços livres foi influenciada pelo recuo nos preços dos itens tomate e açúcar cristal, e pela menor elevação nos itens passagem aérea e refeição, enquanto a registrada nos preços monitorados evidenciou a moderação no aumento do item gasolina.

A evolução recente da economia mineira esteve ancorada no crescimento da massa salarial e do crédito, que contribuiu para o aumento das vendas do comércio e para a recuperação da indústria de transformação. Em oposição, a desaceleração na demanda externa por minério de ferro impactou o *quantum* exportado da *commoditie*, reduzindo a dinâmica de uma das principais atividades econômicas do estado, responsável, em grande parte, pelo dinamismo da economia local nos últimos dois anos.

Rio de Janeiro

A atividade econômica do estado registrou acomodação, na margem, no trimestre finalizado em fevereiro, quando a indústria de transformação, evidenciando o desempenho negativo da atividade veículos automotores, experimentou recuo significativo, enquanto o comércio varejista, mesmo em cenário de expansão do crédito às pessoas físicas e da massa de rendimentos, apresentou menor dinamismo. Nesse contexto, o IBCR-RJ registrou estabilidade em relação ao trimestre encerrado em novembro, quando havia crescido 1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador cresceu 2,8% em fevereiro, em relação ao período equivalente do ano anterior, ante 3,8% em novembro. A inflação acelerou no trimestre, refletindo, em grande parte, a evolução dos preços dos itens não comercializáveis.

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados
2002 = 100

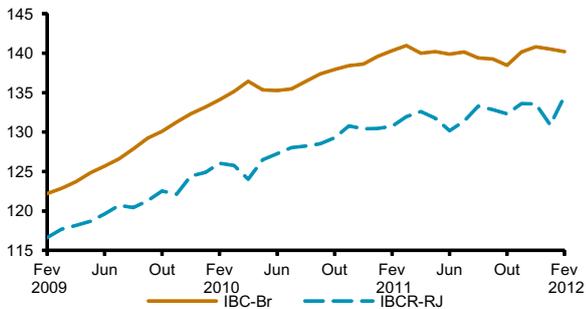


Tabela 4.21 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,8	1,3	0,3	5,5
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	0,7	4,3	0,0
Hiper e supermercados	2,7	1,0	-1,1	2,2
Tecidos, vestuário e calçados	6,4	3,3	0,5	3,9
Móveis e eletrodomésticos	19,3	0,9	5,0	17,4
Comércio ampliado	6,6	-0,3	0,6	4,2
Veículos e motos, partes e peças	4,2	-3,5	1,2	-1,0
Material de construção	17,2	-0,2	0,8	11,7

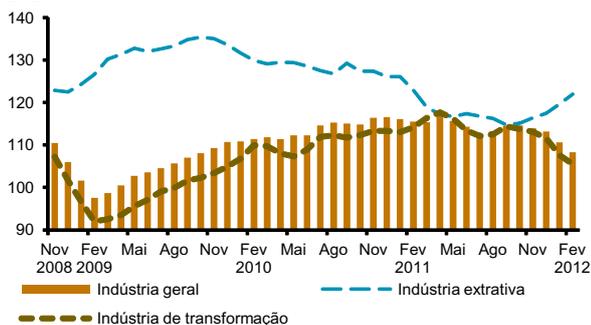
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

As vendas do comércio varejista cresceram 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando aumentaram 1,3%, nesse tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se, no período, os aumentos nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 13,1%; móveis e eletrodomésticos, 5,0%; e combustíveis e lubrificantes, 4,3%. Incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 1,2%, e de material de construção, 0,8%, o comércio ampliado cresceu 0,6% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista do estado cresceu 5,5% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, e o comércio ampliado, 4,2%, ante elevações respectivas de 7,8% e 7,9% em novembro. O Índice de Expectativas do Consumidor do estado, divulgado pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), retraiu 2,0% em fevereiro, em relação a igual mês do ano anterior, após decréscimo de 3,3% em janeiro.

Gráfico 4.13 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

O setor industrial do estado recuou 5,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, período em que crescera 0,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A produção da indústria de transformação retraiu 6,7% no período, com ênfase nos decréscimos nos segmentos veículos automotores, 32,9%; refino de petróleo e produção de álcool, 9,7%; e metalurgia básica, 8,2%, enquanto a indústria extrativa, favorecida por um aumento na

Tabela 4.22 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

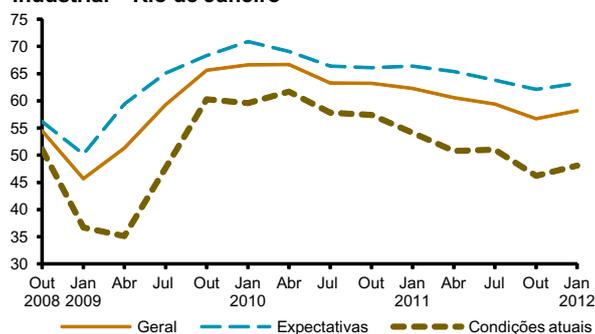
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,6	-5,0	-1,8
Indústria extrativa	18,8	0,1	4,8	-6,9
Indústria de transformação	81,2	0,5	-6,7	-0,6
Refino de petróleo e álcool	14,3	20,6	-9,7	-1,6
Metalurgia básica	11,4	-2,3	-8,2	2,9
Veículos automotores	9,3	3,4	-32,9	3,4
Bebidas	8,1	-1,1	-4,3	-5,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

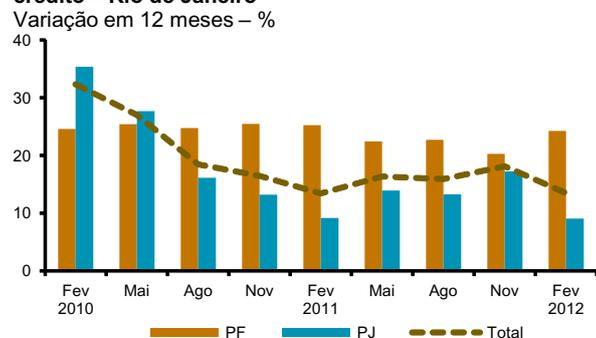
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.14 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro



Fonte: Firjan

Gráfico 4.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.23 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Estado do RJ	58 836	-3 974	6 900	2 926	1 786	63 548
Governo estadual	56 581	-2 847	6 048	3 201	54	59 835
Capital	2 541	-857	804	-54	1 728	4 216
Demais municípios	-285	-269	48	-221	3	-503

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

extração petrolífera, cresceu 4,8% no período. Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado recuou 1,8% em fevereiro, primeira taxa negativa desde janeiro de 2010, ante aumento de 0,6% em novembro, registrando-se retrações respectivas de 6,9% e 0,6% nas indústrias extrativa e de transformação.

Os indicadores da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), excetuado o recuo de 1,4% nas vendas reais, registraram desempenho favorável no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro. Considerados dados dessazonalizados, as horas trabalhadas aumentaram 4,2% no período, seguindo-se as elevações na massa salarial, 2,1%, e no pessoal ocupado, 0,3%. O Nuci médio atingiu 83,5%, mesmo patamar do trimestre terminado em novembro, mas 3,3 p.p. superior à média da série histórica.

O Icei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), interrompendo sequência de seis recuos trimestrais consecutivos, atingiu 58,2 pontos em janeiro, ante 56,7 pontos em outubro, e 62,3 pontos em igual período de 2011. A evolução trimestral decorreu de variações respectivas de 1,9 e de 1,1 ponto registradas nos componentes condições atuais e expectativas.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizou R\$228,2 bilhões em fevereiro, dos quais R\$73 bilhões no segmento de pessoas físicas e R\$155,2 bilhões no de pessoas jurídicas, variando -1,6% no trimestre e 13,5% em doze meses. O recuo trimestral decorreu de variações de 7,1% no segmento de pessoas físicas e -5,3% no relativo a pessoas jurídicas, e a expansão em doze meses, de aumentos respectivos de 24,3% e 9,1%. A inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,62% em fevereiro, ante 2,35% em novembro, registrando-se retração de 0,19 p.p. no segmento de pessoas físicas e expansão de 0,07 p.p. no segmento de pessoas jurídicas.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro registraram superávit primário de R\$3,9 bilhões em 2011. O aumento anual de 73,8% refletiu os acréscimos nos resultados do estado, 156%, e dos demais municípios, 576,1%, e a retração de 30,3% no superávit da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$6,9 bilhões, total 14,8% inferior ao registrado em 2010, dos quais 88% sob a responsabilidade do Governo do Estado. O resultado nominal registrou déficit de R\$2,9 bilhões, ante déficit de R\$5,8 bilhões em 2011.

Tabela 4.24 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
Estado do R. de Janeiro	-2 286	-3 974	8 101	6 900
Governo estadual	-1 112	-2 847	8 216	6 048
Capital	-1 230	-857	-139	804
Demais municípios	57	-269	24	48

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.25 – Produção agrícola – Rio de Janeiro
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação % 2011/2010
		2011	2012 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	1,0	3,8	3,7	-3,0
Milho	1,1	18,3	16,0	-12,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	27,2	5 138	5 711	11,2
Tomate	21,5	196	194	-0,7
Banana	9,5	152	155	1,8
Mandioca	8,9	229	219	-4,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 4.26 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	5 630	7 501	33,2	7,5
Básicos	3 630	5 073	39,8	7,6
Industrializados	2 000	2 429	21,5	6,6
Semimanufaturados	415	607	46,3	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 585	1 822	15,0	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.27 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	4 113	3 938	-4,3	9,5
Bens de consumo	757	726	-4,1	13,6
Duráveis	356	335	-5,9	7,5
Não duráveis	401	391	-2,5	22,1
Bens intermediários	1 364	1 392	2,1	6,0
Bens de capital	667	856	28,3	7,6
Combustíveis e lubrificantes	1 325	964	-27,2	18,7

Fonte: MDIC/Secex

A dívida líquida do estado atingiu R\$63,5 bilhões em dezembro de 2011, elevando-se 8% no ano e passando a representar 12,9% da dívida total dos estados e municípios brasileiros. Registraram-se, no período, crescimento de 5,8% na dívida do governo do estado e de 65,9% na da capital.

A produção de cana-de-açúcar, cultura mais importante do estado, deverá crescer 11,2% em 2012, de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em março, estimativa decorrente de crescimentos de 10,5% na área colhida e de 0,6% na produtividade. Dentre as demais culturas, estão projetadas elevação de 1,8% para a produção de banana e retrações respectivas de 4,3% e 0,7% para as culturas de mandioca e tomate.

A balança comercial do estado acumulou superávit de US\$3,6 bilhões nos três primeiros meses de 2012, ante US\$1,5 bilhão em igual período de 2011, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$7,5 bilhões e as importações, US\$3,9 bilhões, registrando variações de 33,2% e -4,3%, respectivamente, no período. As vendas externas de óleos brutos de petróleo, representando 67,3% do total dos embarques do estado no trimestre, cresceram 39,1% no período, enquanto suas importações, equivalentes a 10,2% do fluxo total, recuaram 48,7%, proporcionando superávit de US\$4,7 bilhões.

A elevação das exportações decorreu de aumentos respectivos de 16,7% e 14,1% nos preços e no *quantum* exportado, ressaltando-se o aumento de 39,8% nas vendas de produtos básicos. As vendas direcionadas aos EUA, China e Índia representaram, em conjunto, 60,2% das exportações do estado no trimestre.

O recuo das importações evidenciou o aumento de 6,2% nos preços e a redução de 9,8% no *quantum*, com ênfase na retração de 27,2% na categoria combustíveis e lubrificantes. As importações provenientes dos EUA, China e França representaram, em conjunto, 42,6% das compras do estado no período.

A economia do estado gerou, de acordo com o Caged/MTE, 2,8 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro, ante 62,0 mil naquele finalizado em novembro e 10,9 mil em igual período de 2011, dos quais 10,4 mil na construção civil e 7,0 mil no setor de serviços. O comércio, refletindo o impacto sazonal que sucede as festas do final de ano, registrou perda líquida de 11,9 mil postos no trimestre. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado cresceu 1,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro.

Tabela 4.28 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

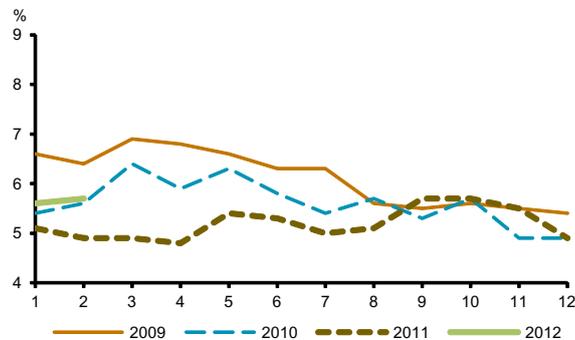
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	10,9	47,2	50,6	62,0	2,8
Indústria de transformação	0,4	4,6	4,7	5,7	0,0
Comércio	-4,8	5,0	7,9	24,5	-11,9
Serviços	18,3	24,0	21,1	27,6	7,0
Construção civil	-1,3	10,5	12,4	4,1	10,4
Agropecuária	-3,5	1,4	3,7	-1,0	-3,4
Serviços ind. utilidade pública	1,7	0,7	-0,3	0,6	0,3
Outros ^{2/}	0,1	0,9	1,1	0,5	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.16 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Tabela 4.29 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011			2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,55	1,00	1,56	2,02
Livres	71,4	1,39	1,11	1,72	1,80
Comercializáveis	27,6	1,65	1,61	1,45	-0,14
Não comercializáveis	43,8	1,17	0,70	1,94	3,06
Monitorados	28,6	1,87	0,74	1,24	2,59
Principais itens					
Alimentação	22,2	1,30	1,55	2,59	1,64
Habitação	16,3	1,65	1,13	2,52	2,11
Artigos de residência	4,0	-0,88	2,41	-0,73	0,13
Vestuário	5,1	4,27	1,58	2,57	-0,20
Transportes	19,0	2,78	0,44	0,77	3,40
Saúde	11,6	1,99	0,94	1,17	1,61
Despesas pessoais	10,9	0,48	0,63	1,94	1,87
Educação	5,0	0,14	0,56	0,08	6,54
Comunicação	6,0	-0,06	-0,02	0,26	-0,35

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

A taxa média de desemprego na RMRJ atingiu, de acordo com a PME do IBGE, 5,4% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 5,0% em igual período de 2011, evolução decorrente de crescimentos de 1,8% na população ocupada e de 2,3% na PEA. O rendimento médio habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas recuou 0,1%, enquanto a massa de rendimento elevou-se 1,1% no período. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revela que a taxa de desemprego recuou 0,1 p.p. em relação ao trimestre finalizado em novembro.

O IPCA da RMRJ aumentou 2,02% no trimestre encerrado em março, ante 1,56% naquele finalizado em dezembro de 2011, resultado de acelerações nos preços monitorados, de 1,24% para 2,59%, com ênfase no impacto do reajuste de 10% nas tarifas de ônibus urbano, e nos preços livres, de 1,72% para 1,8%. Nesse segmento, ocorreram recuo, de 1,45% para -0,14%, na variação dos preços dos itens comercializáveis, e elevação, de 1,94% para 3,06%, na relativa aos não comercializáveis, esta impactada, em especial, pelos aumentos nos itens empregado doméstico, 5,18%; aluguel, 4,13%; e alimentação fora do domicílio, 3,15%. O índice de difusão atingiu 57,5%, elevando-se 1,8 p.p. em relação ao trimestre finalizado em dezembro.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 6,27% em março, ante 6,58% em dezembro. Os preços monitorados aumentaram 6,59% e os livres, 6,16%, ante 6,1% e 6,8%, respectivamente, no intervalo de doze meses encerrado em dezembro, ocorrendo, no último grupo, desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 5,2% para 4,64%, e dos não comercializáveis, de 8,19% para 7,04%.

A moderação no ritmo da atividade econômica do estado no período refletiu, sobretudo, o movimento de ajuste de estoques no comércio e na indústria. A conclusão desse processo de ajuste e a implementação de um conjunto de medidas de política econômica – redução das taxas de juros, desoneração tributária de setores industriais selecionados, redução da tributação sobre linhas de bens de consumo, entre outros –, com o intuito de estimular a atividade devem favorecer a recuperação da economia do estado nos próximos meses.

São Paulo

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Estado de São Paulo

Dados dessazonalizados

2002 = 100

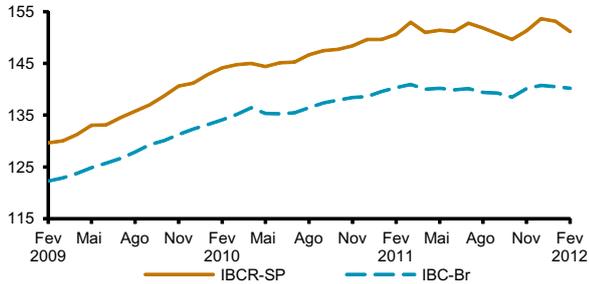


Tabela 4.30 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Ano	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	5,9	1,2	3,8	6,4
Combustíveis e lubrificantes	0,6	-1,0	-1,4	-1,3
Hiper e supermercados	4,2	1,1	5,1	5,6
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	-4,1	1,8	1,4
Móveis e eletrodomésticos	13,8	3,6	1,2	12,8
Comércio ampliado	5,8	0,7	3,3	5,5
Automóveis e motocicletas	5,5	-1,0	4,2	3,4
Material de construção	6,3	2,4	11,2	7,7

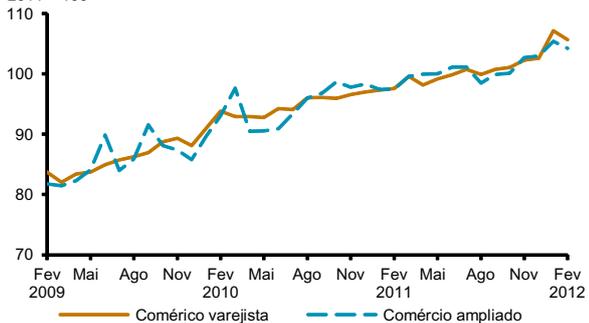
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

A atividade econômica em São Paulo, refletindo o crescimento das vendas varejistas e a reversão do processo de retração da produção industrial, iniciado em maio de 2011, registrou maior dinamismo no trimestre encerrado em fevereiro. Nesse cenário, o IBCR-SP aumentou 1,4% no período, em relação ao trimestre finalizado em novembro, quando decrescera 0,9%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador apresentou desaceleração no período, com crescimento de 3,2% em fevereiro, ante 4% em novembro de 2011.

As vendas varejistas aumentaram 3,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando cresceram 1,2%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE, com ênfase na expansão de 5,1% no segmento hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. O comércio ampliado, evidenciando variações de 11,2% nas vendas de materiais de construção e de 4,2% nas relativas a veículos, motos, partes e peças, cresceu 3,3%, ante 0,7% no trimestre encerrado em novembro.

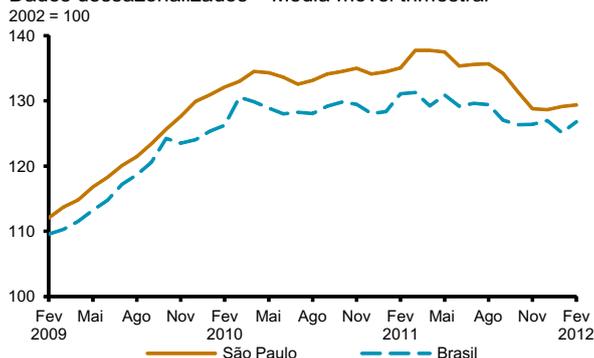
Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado aumentaram 6,4% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 6,3% em novembro, ressaltando-se as elevações nos setores móveis e eletrodomésticos, 12,8%, e hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 5,6%. O comércio ampliado, refletindo os aumentos respectivos de 7,7% e 3,4% nas vendas de materiais de construção e de veículos, motos, partes e peças, expandiu-se 5,5% nesta base de comparação.

A produção da indústria paulista cresceu 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 5,1%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram aumentos em onze dos vinte setores considerados na pesquisa, ressaltando-se os registrados nas indústrias de produtos de metal, 8,2%, e de refino de petróleo e de álcool, 5,5%. Em oposição, ocorreram recuos respectivos de 16,2%, 12,5%, e 12% nas indústrias de vestuário e acessórios, de veículos automotores, e de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações.

A análise em doze meses revela que a indústria do estado decresceu 1,5% em fevereiro, em relação ao período

Gráfico 4.19 – Produção industrial – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 4.31 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011		2012
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-5,1	0,5	-1,5
Veículos automotores	14,8	-9,5	-12,5	-10,6
Máquinas e equipamentos	9,4	-8,0	0,9	-0,3
Outros produtos químicos	8,7	-1,1	0,7	-2,2
Alimentos	7,1	-5,3	3,4	-0,2
Farmacêutica	6,3	-2,1	3,9	6,7
Refino de petróleo e álcool	6,2	6,4	5,5	7,2

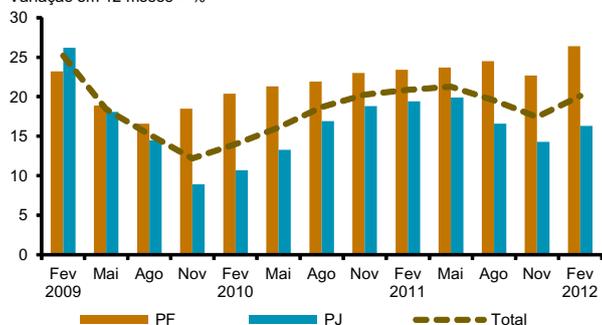
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados

Gráfico 4.20 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.32 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}	2011	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Est. de S. Pau	221 228	-15 488	26 714	11 226	-3 986	228 468
Gov. estadual	164 487	-10 283	18 053	7 770	-4 085	168 173
Capital	56 505	-3 121	8 075	4 954	75	61 535
Demais mun.	234	-2 084	585	-1 499	24	-1 240

1/ Inclui informações do estado e de seus princip. municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de var. cambial, reconhec. de dívidas e privatizações.

correspondente de 2011, contrapondo-se ao crescimento de 0,5% verificado em novembro. Ressaltem-se, no período, a retração de 10,6% na produção de veículos automotores e as expansões respectivas de 7,2% e 6,7% nas indústrias de refino de petróleo e álcool, e farmacêutica.

As vendas reais da indústria do estado decresceram 0,5% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando haviam aumentado 1,6%, nesse tipo de análise, de acordo com estatísticas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), dessazonalizadas pelo Banco Central. As horas trabalhadas na produção assinalaram variações respectivas de -0,7% e -0,9%, enquanto o Nuci passou de 81,6%, em novembro, para 81,9%, em fevereiro.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), aumentou 5,9% no trimestre encerrado em março, em relação ao finalizado em dezembro, reflexo de elevações de 4,9% no componente associado às expectativas e de 7,3% naquele que avalia as condições econômicas atuais. O ICC cresceu 1,6% em relação a igual trimestre de 2011, resultado de variações respectivas de 1,6% e 1,3% nos componentes considerados.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em São Paulo somou R\$622,3 bilhões em fevereiro, ampliando-se 5,1% no trimestre e 20,1% em doze meses. O volume relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$243,3 bilhões, elevando-se, na ordem, 7,1% e 26,4% nos períodos mencionados, destacando-se o dinamismo das modalidades crédito pessoal e financiamento de veículos. O estoque das operações contratadas por pessoas jurídicas atingiu R\$379,0 bilhões, elevando-se 3,8% no trimestre e 16,3% em doze meses, com ênfase no desempenho da modalidade capital de giro.

A inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 3,3% em fevereiro. O aumento trimestral de 0,2 p.p. decorreu de elevação de 0,2 p.p. no indicador do segmento de pessoas físicas e de estabilidade no relativo ao segmento de pessoas jurídicas, que atingiram 4,8% e 2,3%, respectivamente.

O superávit primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo atingiu R\$15,5 bilhões em 2011. O aumento anual de 3,7% resultou de crescimentos respectivos de 45,0% e 14,3% nos superávits dos demais municípios e do governo do estado, e de retração de 30,5% no relativo à capital.

Tabela 4.33 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado de São Paulo	-14 928	-15 488	35 287	26 714
Governo estadual	-9 000	-10 283	24 957	18 053
Capital	-4 492	-3 121	9 736	8 075
Demais municípios	-1 437	-2 084	593	585

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 4.34 – Produção agrícola – São Paulo
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2011	2012	
Produção de grãos		6 351	6 501	2,4
Arroz (em casca)	0,2	81	74	-7,9
Feijão	1,3	278	214	-22,9
Milho	4,9	4 001	4 400	10,0
Soja	3,3	1 505	1 353	-10,1
Outras lavouras selecionadas				
Café	3,9	199	276	38,8
Cana-de-açúcar	55,6	406 484	420 628	3,5
Laranja	16,6	15 330	15 330	0,0

Fonte: IBGE

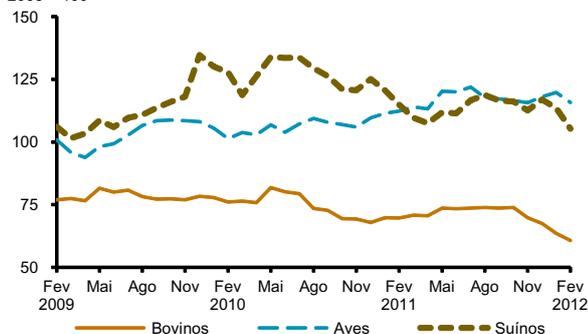
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.35 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	12 159	12 683	4,3	7,5
Básicos	1 087	976	-10,2	7,6
Industrializados	11 072	11 707	5,7	6,6
Semimanufaturados	1 098	1 131	3,0	4,0
Manufaturados ^{1/}	9 974	10 575	6,0	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$26,7 bilhões em 2011, ante R\$35,3 bilhões em 2010. Esta redução evidenciou, em especial, o decréscimo, de R\$25 bilhões em 2010 para R\$18,1 bilhões, registrado nos juros apropriados pelo governo do estado. O déficit nominal somou R\$11,2 bilhões, ante R\$20,4 bilhões em 2010.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios totalizou R\$228,5 bilhões ao final de 2011, elevando-se 3,3% no ano e passando a representar 63,8% do estoque da dívida da região Sudeste.

A produção de grãos do estado deverá totalizar 6,5 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. A perspectiva de expansão de 2,4% em relação à safra de 2011 reflete, em especial, a projeção de crescimento de 10% para a colheita do milho, favorecida por aumentos respectivos de 6,9% e 2,9% na área plantada e no rendimento médio. Adicionalmente, estão projetadas reduções anuais respectivas de 7,9%, 10,1% e 22,9% para as culturas de arroz, soja e feijão, enquanto em relação às demais lavouras selecionadas, ressaltem-se as estimativas de aumentos de 38,8% na produção de café, em ciclo bianual de alta produtividade, e de 3,5% na relativa a cana-de-açúcar.

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, apresentaram variações respectivas de -15,5%, -8,8% e 0,2% nos dois primeiros meses de 2012, em relação a igual período de 2011, segundo o Mapa. A evolução do abate de bovinos refletiu a menor oferta de boi gordo, em cenário de recuo no consumo externo e interno.

A balança comercial de São Paulo registrou déficit de US\$6,9 bilhões nos três primeiros meses de 2012, elevando-se 10,5% em relação a igual intervalo de 2011. As exportações aumentaram 4,3% e as importações, 6,4%, atingindo US\$12,7 bilhões e US\$19,6 bilhões, respectivamente.

A evolução das exportações, refletindo variações de -3,5% no *quantum* e de 8% nos preços, decorreu, em especial, da elevação de 6,0% nas vendas de produtos manufaturados. Argentina, EUA, México, Holanda e China adquiriram, em conjunto, 40,0% das vendas externas do estado no período.

A trajetória das importações, decorrente de elevações de 0,9% no *quantum* e de 5,5% nos preços, foi impactada, em especial, pelos aumentos nas aquisições de

Tabela 4.36 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	18 376	19 554	6,4	9,5
Bens de consumo	2 752	3 091	12,3	13,6
Duráveis	1 029	1 044	1,5	7,5
Não duráveis	1 723	2 046	18,8	22,1
Bens intermediários	8 619	9 104	5,6	6,0
Bens de capital	4 936	5 018	1,7	7,6
Combustíveis e lubrificantes	2 070	2 340	13,1	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.37 – Evolução do emprego formal – São Paulo

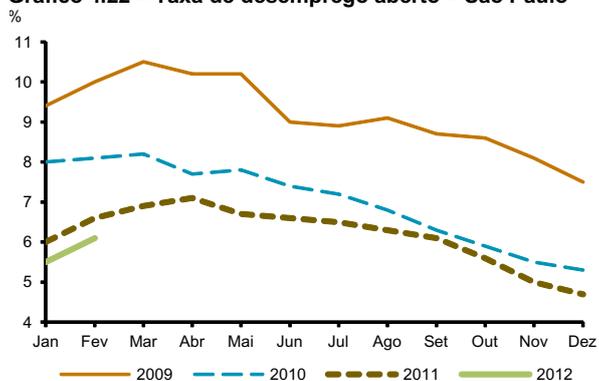
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011	2012			
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	0,6	266,9	163,5	30,1	-60,0
Indústria de transformação	-13,6	69,9	8,4	-43,1	-23,6
Comércio	3,5	20,3	44,9	49,8	-15,3
Serviços	42,6	96,0	67,8	63,5	8,7
Construção civil	10,0	12,0	11,8	-3,2	4,1
Agropecuária	-38,4	62,1	30,0	-38,6	-31,8
Serviços ind. de utilidade pública	1,2	1,3	-0,9	-0,6	-0,6
Outros ^{2/}	-4,7	5,3	1,6	2,4	-1,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.22 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo

Fonte: IBGE

bens de consumo não duráveis, 18,8%, e de combustíveis e lubrificantes, 13,1%. As compras externas provenientes dos EUA, China, Alemanha, Japão e Argentina representaram, em conjunto, 50,9% do total adquirido no estado.

A economia de São Paulo eliminou, de acordo com o Caged/MTE, 60 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante a criação de 30,1 mil naquele finalizado em novembro e 0,6 mil em igual período de 2011. Foram registradas 31,8 mil demissões líquidas na agropecuária, 23,6 mil na indústria, e 15,3 mil no comércio, contrastando com a criação de 8,7 mil vagas no setor de serviços e de 4,1 mil na construção civil. O emprego formal cresceu 1% no trimestre terminado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia registrado aumento trimestral de 0,8%, considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pela PME do IBGE, atingiu 5,4% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 6% em igual período de 2011, refletindo aumentos de 1,3% no pessoal ocupado e de 0,7% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real aumentaram 3,3% e 4,7%, respectivamente, no período analisado. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revelou que a taxa de desemprego atingiu 5,7% no trimestre finalizado em fevereiro, ante 5,9% naquele encerrado em novembro.

O IPCA da RMSP cresceu 0,93% no trimestre encerrado em março, ante 1,31% naquele finalizado em dezembro, resultado de desacelerações nos preços livres, de 1,50% para 1,10%, e nos preços monitorados, de 0,80% para 0,43%.

O desempenho dos preços livres repercutiu a redução, de 1,32% para -0,58%, na variação dos preços dos produtos comercializáveis, favorecida por recuos respectivos de 7,43% e 0,75% nos itens carnes e vestuário, e a aceleração, de 1,65% para 2,55%, nos preços dos produtos não comercializáveis, com ênfase no aumento de 6,42% nas mensalidades escolares. No âmbito dos preços monitorados, ressaltam-se as retrações nas tarifas de telefone fixo, 1,64%, e de energia elétrica residencial, 0,74%, e a estabilidade na relativa a ônibus urbanos. O índice de difusão médio, evidenciando menor disseminação dos reajustes de preços na RMSP, recuou 5,1 p.p. no trimestre, atingindo 53,8%.

O IPCA da RMSP variou 4,68% no intervalo de doze meses encerrado em março, ante 6,49% em dezembro de 2011, evolução decorrente de desacelerações nos preços

Tabela 4.38 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2011		2012	
		Ano	IV Tri	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,49	1,31	0,93	4,68
Livres	75,1	6,58	1,50	1,10	5,09
Comercializáveis	34,2	4,46	1,32	-0,58	3,23
Não comercializáveis	40,9	8,29	1,65	2,55	6,68
Monitorados	24,9	6,21	0,80	0,43	3,56
Principais itens					
Alimentação	21,9	6,98	3,04	1,01	6,2
Habitação	14,2	5,85	1,66	1,04	5,86
Artigos residência	4,2	-1,23	-1,67	0,14	-2,75
Vestuário	5,9	9,13	1,67	-0,77	7,58
Transportes	22,2	6,13	-0,08	-0,19	1,34
Saúde	11,4	6,89	1,53	1,74	7,76
Despesas pessoais	10,4	8,98	1,78	1,61	7,21
Educação	4,9	8,96	0,19	6,68	7,28
Comunicação	5,0	1,37	0,63	-0,52	-0,23

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

livres, de 6,58% para 5,09%, e nos preços monitorados, de 6,21% para 3,56%.

A atividade econômica em São Paulo apresentou sinais mais expressivos de recuperação, na margem, no trimestre encerrado em fevereiro, estimulada pelo crescimento robusto do comércio e pela retomada do setor industrial. Esse movimento, favorecido pelo ambiente macroeconômico positivo e pelas recentes medidas de incentivo à indústria nacional, deverá persistir nos próximos meses.

Região Sul

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados

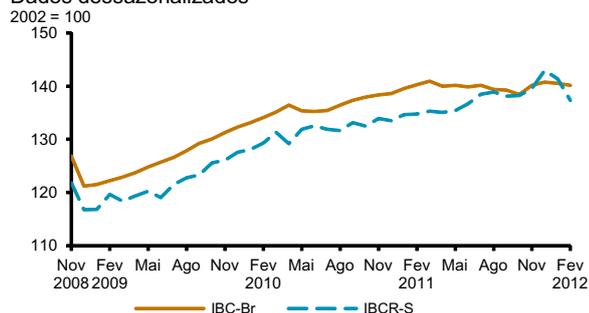


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados

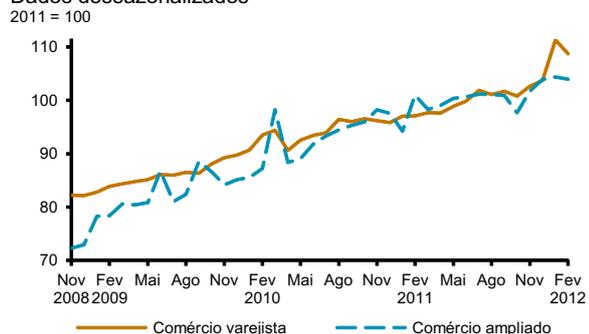


Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2011	2011		2012
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	6,4	0,8	6,1	7,6
Combustíveis e lubrificantes	0,6	1,5	-1,5	-0,7
Hiper e supermercados	4,1	0,4	9,7	6,6
Tecidos, vestuário e calçados	4,4	0,3	-0,6	3,6
Móveis e eletrodomésticos	13,9	3,5	6,1	14,2
Comércio varejista ampliado	7,5	-0,8	3,9	6,6
Automóveis e motocicletas	7,6	-1,2	1,3	5,1
Material de construção	14,6	0,7	3,6	12,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica do Sul foi favorecida, nos primeiros meses de 2012, pela recuperação do setor industrial, bem como pelo dinamismo do comércio varejista e do mercado de crédito. Nesse cenário, embora se observem quebras de safras em importantes culturas, com desdobramentos sobre a renda agrícola da região, o IBCR-S cresceu 1,4% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia aumentado 0,5%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerada a variação acumulada em doze meses, o indicador cresceu 4,2% em fevereiro, mesmo patamar observado em novembro de 2011.

As vendas varejistas cresceram 6,1% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2011, quando se expandiram 0,8%, nesse tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Sete das nove atividades consideradas na pesquisa registraram aumentos no período, com ênfase no relativo a hiper e supermercados, 9,7%. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de 3,6% e 1,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, cresceu 3,9% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, a atividade varejista cresceu 7,6% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 6,1% em novembro de 2011, destacando-se os aumentos nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 14,2%; equipamentos para escritório, informática e comunicação, 12,8%; e artigos médicos e farmacêuticos, 11,2%. Na mesma base de comparação, incluídas as elevações respectivas de 12,7% e 5,1% nas atividades material de construção e veículos, motos, partes e peças, as vendas do comércio ampliado aumentaram 6,6%.

O Índice Nacional de Confiança (INC) relativo ao Sul, divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu 183 pontos em março, ante 189 pontos

Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul

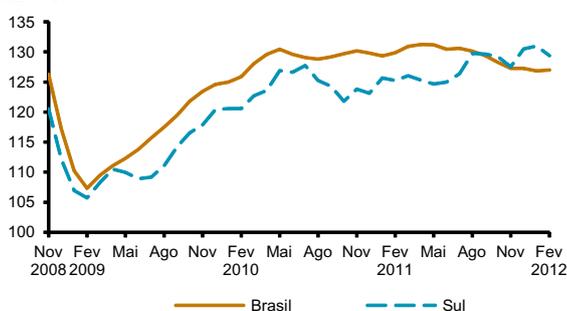
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	Pesos ^{1/}	2011		2012
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	1,5	1,8
Alimentos	18,4	0,8	-0,6	0,2
Veículos automotores	13,2	-5,1	-19,0	13,8
Máquinas e equipamentos	12,0	-2,1	20,3	4,1
Refino de petróleo e álcool	7,9	10,5	0,6	5,1
Celulose, papel e produtos de papel	7,1	3,1	2,3	0,9
Ed. impress. reprod. gravações	6,3	24,5	49,9	-2,2
Outros produtos químicos	6,1	2,0	0,0	0,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de fevereiro.

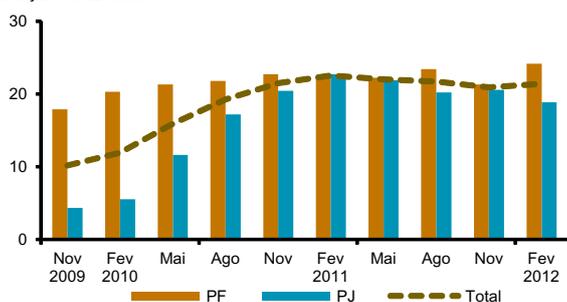
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.3 – Produção industrialDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

Gráfico 5.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

em fevereiro e 186 pontos em março de 2011. Apesar do declínio, o indicador situou-se dezanove pontos acima do patamar do índice nacional, sinalizando perspectiva favorável ao desempenho econômico regional.

A produção industrial da região aumentou 1,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 1,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados da PIM-PF Regional do IBGE, agregados e dessazonalizados pelo Banco Central. Verificaram-se resultados positivos em nove das dezanove atividades pesquisadas, com destaque para os relativos a edição, impressão e reprodução de gravações, 49,9%, e a máquinas e equipamentos, 20,3%. Considerados períodos de doze meses, a indústria da região cresceu 1,8% em fevereiro, ante 2,2% em novembro.

A folha real de pagamentos e as horas trabalhadas da indústria do Sul aumentaram, na ordem, 2,6% e 0,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, conforme dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE. As variações interanuais dos indicadores mencionados assinalaram expansão generalizada, atingindo 5,0% e 0,8%, respectivamente.

A produtividade da indústria da região Sul, compreendida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas, conforme dados do IBGE, aumentou 1,0% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses revela que o indicador variou 1,0% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011.

O Ipei, divulgado pela CNI, registrou 56,8 pontos na região Sul em março, recuando 0,7 ponto em relação ao mês anterior e 1,2 ponto comparativamente a março de 2011. A despeito da queda, indicador ainda se situa acima do intervalo de indiferença sinalizando percepção favorável dos empresários relativamente ao desempenho do setor.

As vendas de cimento na região decresceram 0,8% no primeiro trimestre de 2012, em relação ao anterior, quando haviam aumentado 6,4%, no mesmo tipo de análise, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), dessazonalizados. Considerado período de doze meses encerrado em março de 2012, as vendas aumentaram 8,8% na região e 9,0% no país.

Tabela 5.3 – Dívida líquida – Região Sul^{1/}

Composição

Região Sul	R\$ milhões		
	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	2 347	3 118	3 757
Renegociação ^{2/}	54 063	57 550	60 129
Dívida externa	3 438	3 812	4 432
Outras dívidas junto à União	2 879	3 152	3 324
Dívida reestruturada	300	264	271
Disponibilidades líquidas	-1 629	-450	-2 889
Total (A)	61 399	67 447	69 024
Brasil^{3/} (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	14,7	14,3	14,1

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	67 447	-6 779	7 926	1 147	429	69 024
Governos estaduais	67 237	-6 165	7 685	1 520	355	69 111
Capitais	254	-284	47	-237	53	69
Demais municípios	-44	-330	195	-135	22	-157

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.5 – Necessidades de financiamento – Região Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-4 410	-6 779	9 200	7 926
Governos estaduais	-3 794	-6 165	8 954	7 685
Capitais	-190	-284	53	47
Demais municípios	-427	-330	193	195

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

O Nuci da indústria do Sul⁵ atingiu média de 82,2% no trimestre terminado em fevereiro, ante 81,3% naquele finalizado em novembro de 2011, de acordo com dados dessazonalizados.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Sul totalizou R\$351,5 bilhões em fevereiro, elevando-se 4,6% no trimestre e 21,4% em doze meses. As operações contratadas no segmento de pessoas físicas atingiram R\$167,4 bilhões, aumentando 6,6% e 24,2%, respectivamente, nessas mesmas bases de comparação, com destaque para as modalidades de crédito pessoal, com e sem consignação em folha de pagamento, e financiamentos de veículos. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$184,2 bilhões, crescendo 2,8% no trimestre e 18,9% em doze meses, destacando-se o dinamismo das operações relacionadas às atividades geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás; comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas; e transporte rodoviário de carga.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 3% em fevereiro, ante 2,9% em novembro, variação decorrente de elevações de 0,1 p.p. tanto no segmento de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, que assinalaram taxas de 4% e 2,2%, respectivamente.

Os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul apresentaram superávit de R\$6,8 bilhões em 2011. O aumento anual de 53,7%, favorecido por crescimentos de 13,9% na arrecadação do ICMS e de 19,6% nas transferências da União, decorreu, em especial, da expansão de 62,5% registrada na esfera estadual.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$7,9 bilhões. A retração anual de 13,8% decorreu, em especial, da redução de 6,3 p.p. na variação anual do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada junto à União, passivo que representa a maior parcela do endividamento público regional. O déficit nominal passou de R\$5,4 bilhões em 2010 para R\$1,1 bilhão em 2011.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região registrou expansão anual de 2,3%, totalizando R\$69 bilhões. Ressalte-se que a participação da região no endividamento total recuou 0,2 p.p., situando-se em 14,1%.

5/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção da região, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Tabela 5.6 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	65,9	67 843	56 462	-16,8
Soja	33,2	28 570	18 526	-35,2
Milho	13,8	21 870	22 765	4,1
Arroz (em casca)	10,1	10 111	8 663	-14,3
Trigo	5,2	5 399	4 855	-10,1
Outras lavouras				
Fumo	10,0	935	777	-16,9
Cana-de-açúcar	4,4	50 653	52 773	4,2
Mandioca	5,0	5 991	5 843	-2,5
Maçã	2,0	1 365	1 341	-1,8
Uva	1,6	986	974	-1,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2011.

Tabela 5.7 – Indicadores da pecuária – Sul

Fevereiro de 2011

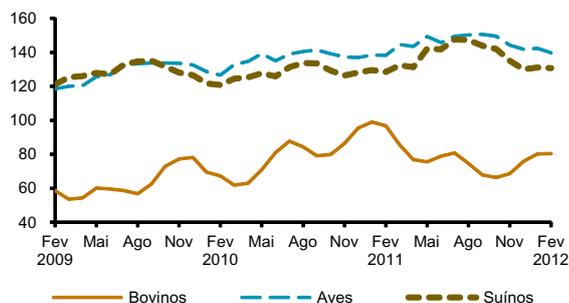
Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-17,2	-29,7	1,5
Suínos	8,4	0,5	-4,9
Aves	0,9	4,6	0,5

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR e MDIC

Gráfico 5.5 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.8 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 909	9 738	9,3	7,5
Básicos	3 605	4 176	15,8	7,6
Industrializados	5 304	5 562	4,9	6,6
Semimanufaturados	838	825	-1,5	4,0
Manufaturados ^{1/}	4466	4737	6,1	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

A safra de grãos da região deverá totalizar 56,5 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o LSPA de março do IBGE, representando 36,3% da produção nacional. A projeção de decréscimo anual de 16,8% refletiu, em grande parte, as estimativas de reduções para as produções de soja, 35,2%; feijão, 14,9%; arroz, 14,3%; e trigo, 10,1%, intensamente afetadas pela estiagem verificada na região nos meses recentes. Dentre as demais culturas, a safra de fumo deverá decrescer 16,9%.

As cotações médias dos preços de feijão, arroz, milho, soja e trigo registraram variações respectivas de 105,5%, 14,4%, 4,1%, -0,7% e -5,1% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com estatísticas da Associação Riograndense de Empreendimentos e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab/PR). Na margem, essas cotações médias variaram 50,2%, 6,2%, 3,1%, 7,3% e -2,1%, respectivamente, em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2011.

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações respectivas de -17,2%, 8,4% e 0,9% no primeiro bimestre do ano, em relação a igual período de 2011, enquanto suas cotações experimentaram, na ordem, variações de 1,5%, -4,9% e 0,5%, de acordo com a Emater/RS, o Iepe/UFRGS e a Seab/PR. Considerada a mesma base de comparação, as quantidades exportadas dos itens mencionados registraram variações respectivas de -29,7%, 0,5% e 4,6%.

A balança comercial da região Sul registrou déficit de US\$1,3 bilhão no primeiro trimestre de 2012, ante US\$1,4 bilhão no mesmo período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações, refletindo variações de 6,8% no *quantum* e de 2,3% nos preços, aumentaram 9,3%, para US\$9,7 bilhões, enquanto a expansão de 6,7% das importações, que somaram US\$11 bilhões, decorreu de variações de -8,4% na quantidade e de 16,5% nos preços.

O desempenho das exportações traduziu, em especial, o aumento de 15,8% nas vendas de produtos básicos, que, representando 42,9% do total exportado, foram impulsionadas pelas expansões nas relativas a soja, 143,4%, e fumo, 50,1%. Os embarques de produtos manufaturados, 48,6% do total, aumentaram 6,1% no trimestre, com ênfase nas expansões nos relativos a bombas e compressores, 51,1%, e a automóveis de passageiros, 45,4%, contrastando com o recuo de 1,5% nas vendas de semimanufaturados, sensibilizadas pelas retrações nas referentes a couros e peles,

Tabela 5.9 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	10 326	11 016	6,7	9,5
Bens de capital	1 897	2 025	6,7	7,6
Matérias-primas	5 495	5 587	1,7	6,0
Bens de consumo	1 864	2 159	15,9	13,6
Duráveis	1122	1 182	5,4	7,5
Não duráveis	742	977	31,7	22,1
Combustíveis e lubrificantes	1 070	1 245	16,3	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.10 – Evolução do emprego formal – Sul

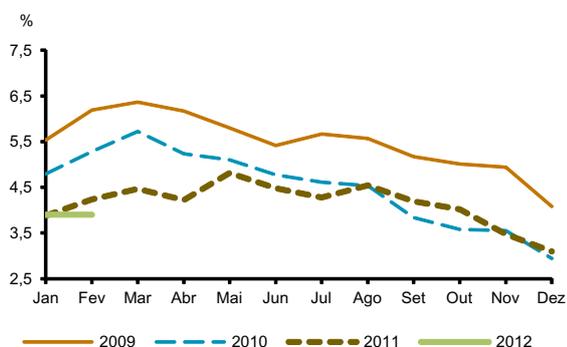
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	32,8	108,1	60,6	101,8	1,5
Indústria de transformação	4,3	42,3	6,0	4,1	-11,2
Comércio	3,8	19,6	15,6	46,5	-9,5
Serviços	23,0	39,6	28,6	38,1	22,4
Construção civil	2,8	11,9	9,4	4,6	0,5
Agropecuária	0,0	-8,3	-0,9	7,4	0,4
Serviços ind. de utilidade pública	1,0	0,5	0,7	0,7	0,1
Outros ^{2/}	-2,1	2,4	1,2	0,4	-1,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 5.6 – Taxa de desocupação – Sul

Fonte: IBGE e Ipardes

11,1%, e a óleo de soja, 5,8%. Argentina, China, EUA e Países Baixos adquiriram, em conjunto, 32,9% das vendas externas da região no trimestre.

As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários, representando 50,7% das compras externas da região, cresceram 1,7% no período, com destaque para o aumento de 30,8% nas relativas a partes e peças para veículos. As importações de bens de consumo, bens de capital, e combustíveis e lubrificantes, correspondendo, respectivamente, a 19,6%, 18,4% e 11,3% da pauta da região, experimentaram elevações respectivas de 15,9%, 6,7% e 16,3% no período. Os produtos provenientes da China, Argentina e Nigéria representaram, em conjunto, 40% das importações do Sul no período.

A economia da região Sul gerou, de acordo com o Caged/MTE, 1,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 32,8 mil em igual período do ano anterior, ocorrendo criação de 22,4 mil vagas no setor de serviços e eliminações respectivas de 11,2 mil e 9,5 mil postos na indústria de transformação e no comércio. Ressalte-se que o desempenho negativo registrado no setor industrial refletiu, principalmente, os cortes de postos nas atividades alimentos e bebidas, 5,9 mil; têxtil, 4,4 mil; e calçados, 2,3 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego da região elevou-se 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, destacando-se os aumentos respectivos de 1,4% e 1,3% registrados na construção civil e no setor de serviços.

A taxa de desemprego da região⁶ atingiu 3,9% em fevereiro, ante 3,5% em novembro e 4,2% em fevereiro de 2011, refletindo, na comparação anual, as elevações assinaladas na PEA, 1,7%, e na população ocupada, 2,0%.

A variação do IPCA da região Sul⁷ atingiu 0,90% no trimestre encerrado em março, ante 1,54% naquele finalizado em dezembro de 2011, resultado de desacelerações nos preços livres, de 1,61% para 0,99%, e nos preços monitorados, de 1,35% para 0,61%, essa refletindo, em especial, o recuo de 1,78% no preço da gasolina.

A trajetória dos preços livres refletiu a redução, de 1,39% para 0,01%, na variação dos preços dos bens comercializáveis – com ênfase no declínio de 0,88% no

6/ Calculada com base nas taxas de desocupação das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, de acordo conforme a PME do IBGE e a PME do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), respectivamente.

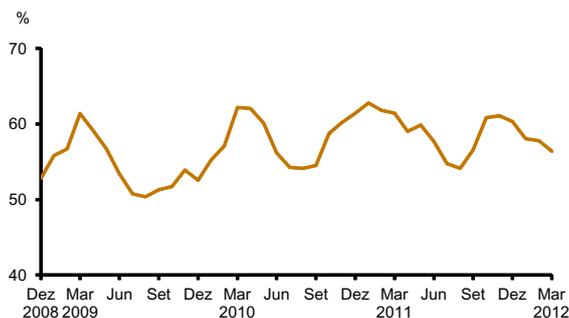
7/ Calculado com base nos pesos e variações dos subítemos que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.11 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011			2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,65	1,07	1,54	0,90
Livres	76,3	1,59	1,05	1,61	0,99
Comercializáveis	37,9	1,24	0,36	1,39	0,01
Não comercializáveis	38,4	1,92	1,67	1,80	1,97
Monitorados	23,7	1,79	1,13	1,35	0,61
Principais itens					
Alimentação	23,1	2,11	1,02	2,60	1,08
Habitação	14,7	2,08	1,03	2,02	1,95
Artigos de residência	4,8	0,55	-0,22	-1,58	-0,61
Vestuário	7,3	4,61	-0,02	2,21	-0,88
Transportes	20,9	0,00	1,52	1,12	-0,10
Saúde	11,2	2,35	1,72	1,30	0,87
Despesas pessoais	9,7	2,69	1,46	1,54	1,68
Educação	3,9	0,08	0,95	0,24	6,21
Comunicação	4,6	-0,06	0,00	0,88	-0,12

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral

Fonte: IBGE

grupo vestuário e no menor impacto exercido pelo grupo de alimentação, e a aceleração, de 1,80% para 1,97%, nos preços dos bens não comercializáveis, ressaltando-se o aumento de 7,38% no item cursos regulares. O índice de difusão, indicando menor disseminação dos reajustes de preços, atingiu 56,4% em março, ante 60,3% em dezembro.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 5,26% em março, ante 6,81% em dezembro de 2011. A variação dos preços livres recuou de 6,69% para 5,35%, reflexo de desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 4,17% para 3,03%, e dos não comercializáveis, de 9,01% para 7,56%. Os preços monitorados desaceleraram de 7,13% para 4,96%.

Apesar da recuperação sugerida pelos principais indicadores econômicos, a atividade da região Sul deverá incorporar, no decorrer do ano, os efeitos da retração na renda agrícola, decorrente de quebras das principais safras de grãos da região. Esse impacto poderá ser mitigado, no entanto, pelos efeitos das ações de política monetária e de crédito recentemente implementada em âmbito nacional.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná



Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná

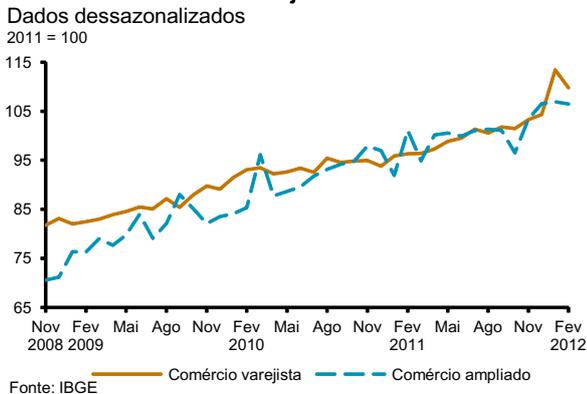


Tabela 5.12 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2011		2012
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	7,0	1,7	6,9	8,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,9	2,5	1,6	-4,3
Hiper e supermercados	6,0	1,3	10,0	9,4
Tecidos, vestuário e calçados	-1,8	1,6	0,0	-1,8
Móveis e eletrodomésticos	16,9	4,5	8,5	17,7
Comércio ampliado	8,8	-0,5	6,3	8,4
Automóveis e motocicletas	10,8	-1,0	6,4	7,6
Material de construção	12,1	2,3	1,6	11,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica paranaense, impulsionada pelo comércio varejista e pela retomada do setor industrial, seguiu registrando crescimento no início de 2012. Nesse cenário, o IBCR-PR aumentou 3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando crescera 0,4% no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O desempenho na margem refletiu, sobretudo, a expansão robusta do comércio e o crescimento da atividade fabril. A análise em doze meses revela que o indicador cresceu 5,5% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 4,9% em novembro.

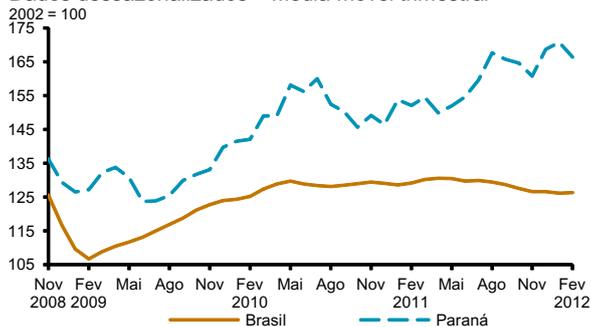
As vendas do comércio varejista paranaense elevaram-se 6,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam crescido 1,7%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Sete dos nove segmentos pesquisados registraram expansão no volume de vendas, com destaque para hiper e supermercados, 10%, e móveis e eletrodomésticos, 8,5%. O comércio ampliado, refletindo aumentos respectivos de 6,4% e 1,6% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 6,3% no trimestre.

A análise em doze meses revela que o comércio varejista estadual expandiu 8,7% em fevereiro, em relação ao período correspondente de 2011, ante 6,2% em novembro, com ênfase nos aumentos respectivos de 17,7% e 9,4% nos segmentos móveis e eletrodomésticos, e hiper e supermercados. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado registrou crescimento de 8,4%, ante 9,4% em novembro de 2011, recuo associado às desacelerações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, de 13,4% para 7,6%, e de material de construção, de 12,2% para 11,6%.

As vendas de veículos novos registraram variações respectivas de -1,7% e 1,7% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação aos trimestres encerrados em novembro e em fevereiro de 2011, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-PR) e Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

A produção industrial do estado cresceu 3,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 4,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se, no período, as elevações nas

Gráfico 5.10 – Produção industrial – Paraná
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 5.13 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011		2012
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,1	3,5	5,4
Veículos automotores	22,2	3,9	-18,8	20,7
Alimentos	15,1	2,2	-1,3	0,1
Edição e impressão	14,1	-22,6	62,8	-2,7
Máquinas e equipamentos	9,3	-3,6	13,2	-2,9
Refino de petróleo e álcool	7,8	1,1	-2,7	13,9
Celulose e papel	6,5	9,0	3,2	0,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

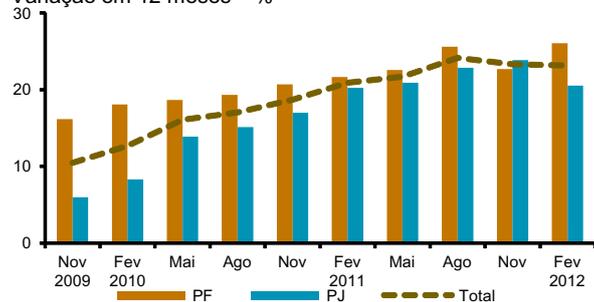
2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

indústrias de edição e impressão, 62,8%, e de máquinas e equipamentos, 13,2%, ambas revertendo resultados negativos no trimestre encerrado em novembro de 2011. Ressalte-se, por outro lado, as retrações de 18,8% no segmento veículos automotores, evidenciando o impacto da concessão de férias coletivas, em janeiro, em importante empresa do segmento, e de 1,3% na produção de alimentos. Considerados períodos de doze meses, a indústria cresceu 5,4% em fevereiro, em relação a igual período do ano anterior, ante 5,2% em novembro, destacando-se os aumentos nas atividades veículos automotores, 20,7%, e refino de petróleo e álcool, 13,9%.

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 2,5% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam aumentado 0,2%, em igual tipo de análise, consideradas estatísticas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) dessazonalizadas pelo Banco Central. Entre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as elevações nas vendas de máquinas e equipamentos, 17,5%; produtos químicos, 4,9%; e celulose e produtos de papel, 1,3%, contrastando com os recuos nas relativas a fabricação e montagem de veículos automotores, 13,1%; e coque, refino de petróleo e produção de álcool, 1,6%. O emprego e as horas trabalhadas na produção assinalaram variações respectivas de 0,8% e 3,5%, no período. O Nuci atingiu 79,4% em fevereiro, recuando 0,4 p.p. em relação a novembro. Considerados períodos de doze meses, as vendas reais da indústria aumentaram 2,5% em fevereiro, em relação a igual período do ano anterior, com destaque para o crescimento de 14,3% nas relativas a coque, refino de petróleo e produção de álcool.

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Paraná totalizou R\$128,7 bilhões em fevereiro, elevando-se 4,6% no trimestre e 23,1% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$62,2 bilhões, aumentando 7,7% e 26,1%, respectivamente, com ênfase no dinamismo das modalidades crédito pessoal em consignação e financiamentos de veículos automotores. A carteira das pessoas jurídicas atingiu R\$66,5 bilhões, registrando variações respectivas de 1,9% e 20,5% nos períodos mencionados, ressaltando-se o desempenho dos empréstimos para capital de giro.

A taxa de inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 3,17% em fevereiro, variando 0,20 p.p. no trimestre e 0,62 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de expansões de 0,18 p.p. no segmento de pessoas

Tabela 5.14 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Estado do Paraná	14 655	-1 971	1 681	-290	-218	14 146
Governo estadual	14 668	-1 695	1 567	-129	-256	14 283
Capital	144	-197	8	-189	36	-8
Demais municípios	-158	-79	106	28	2	-129

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.15 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do Paraná	-1 844	-1 971	1 108	1 681
Governo estadual	-1 188	-1 695	971	1 567
Capital	-127	-197	24	8
Demais municípios	-529	-79	113	106

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.16 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	72,3	31 821	30 641	-3,7
Feijão	4,7	815	719	-11,8
Milho	17,5	12 442	15 876	27,6
Soja	38,7	15 458	10 853	-29,8
Trigo	7,1	2 428	2 568	5,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	8,9	49 272	51 641	4,8
Fumo	4,3	172	151	-11,9
Mandioca	5,4	4 179	4 113	-1,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

físicas e de 0,12 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, nos quais as taxas situaram-se, na ordem, em 4,06% e 2,35%.

O superávit primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$2,0 bilhões em 2011. O aumento anual de 6,9%, favorecido pelo crescimento de 14,6% na arrecadação do ICMS, decorreu de expansões respectivas de 55,7% e 42,7% nas esferas da capital e do governo estadual, e de retração de 85,2% no superávit dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, atingiram R\$1,7 bilhão, ampliando-se 51,7% no ano, contribuindo para que o superávit nominal decrescesse de R\$735,4 milhões, em 2010, para R\$290 milhões.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios registrou recuo anual de 3,5% em 2011, totalizando R\$14,1 bilhões, destacando-se a reversão da posição da dívida da capital, de devedora em R\$144 milhões, ao final, em 2010, para credora em R\$8 milhões, em 2011.

A safra de grãos do Paraná deverá recuar 3,7% em 2012, totalizando 30,6 milhões de toneladas, com participação de 19,3% na produção do país, de acordo com o LSPA de março do IBGE. Esse movimento reflete, em especial, o impacto da escassez de chuvas, de novembro a fevereiro, sobre a safra de soja, que deverá decrescer 29,8% no ano, para 10,9 milhões de toneladas, resultado de reduções de 2,4% na área cultivada e de 28% na produtividade. A cultura de milho deverá registrar aumento anual de 27,6%, atingindo 15,9 milhões de toneladas, em decorrência, principalmente, da expansão de 12,7% na área cultivada na safra de inverno, beneficiada pela manutenção das cotações elevadas para o cereal, a despeito de perdas expressivas observadas na primeira safra, cujo rendimento médio recuou 16,3%.

Estimativa da Seab/Departamento de Economia Rural (Deral) para 2012, divulgada em março, ratificando a projeção do IBGE, aponta recuo anual de 4% na produção de grãos do estado, totalizando 30,7 milhões de toneladas, com estabilidade na área plantada e decréscimo de 4% na produtividade. Esse resultado reflete o impacto da estiagem sobre as safras de verão, que deverão totalizar 17,5 milhões de toneladas, ante a projeção inicial de 22,1 milhões de toneladas, resultado de quebras respectivas de 24%, 20% e 17% nas safras de soja, feijão e milho. A produção de trigo deverá ampliar-se 2%, resultado de elevação de 19% na produtividade e redução de 17% na área cultivada. A safra

anual de feijão, apesar da ampliação de 20% na área destinada à segunda safra, motivada por acentuada elevação dos preços do produto, deverá recuar 12,2% no ano, penalizada por quebra significativa na safra de verão.

O valor bruto da produção agrícola (VBP) no estado, estimado a partir do LSPA de março e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores no primeiro trimestre do ano, em relação a igual intervalo de 2011, divulgados pela Seab/Deral, deverá recuar 6,4% no ano. Esse resultado reflete, em especial, a redução da colheita de soja, o produto mais representativo na estrutura agrícola paranaense, o que, no entanto, deverá ser parcialmente compensado pela manutenção de seus preços em patamar elevado e pelo bom desempenho esperado para a safra de milho aliado à sustentação das elevadas cotações do cereal.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações anuais respectivas de -16,2%, 11,7% e 18,1% em 2011. A participação do Paraná no total dos abates realizados no país em 2011 atingiu, na ordem, 4,1%, 28,4% e 19,4%, enquanto os preços médios recebidos pelos produtores no estado registraram, de acordo com a Seab, variações anuais respectivas de 39,6%, 24,1% e 11,7%. No primeiro bimestre de 2011, os abates de bovinos, aves e suínos registraram variações, na ordem, de -13,5%, 0,8% e 7,5%, em relação a igual período do ano anterior, enquanto os preços médios recebidos pelos produtores declinaram, respectivamente, 1%, 3,8% e 0,7%.

A balança comercial do estado registrou déficit de US\$802 milhões no primeiro trimestre de 2012, ante US\$588 milhões no mesmo período do ano anterior, reflexo de elevações de 19,1% nas exportações e de 21,8% nas importações, que somaram, na ordem, US\$3,8 e US\$4,6 bilhões.

A evolução das exportações, refletindo variações de 1,8% nos preços e de 17% no *quantum*, foi impulsionada, em grande parte, pelos crescimentos de 27% nos embarques de produtos básicos, em especial de soja, 173,5%, principal produto exportado pelo estado no trimestre, e de 15,9% nos relativos a produtos manufaturados, em especial óleos combustíveis, 141,7%, e automóveis de passageiros, 32,2%. As vendas para a China, Argentina, Alemanha, Países Baixos e Paraguai representaram, em conjunto, 41% das exportações do estado no trimestre.

O crescimento das importações decorreu de elevações de 12,5% no *quantum* e de 8,3% nos preços,

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná

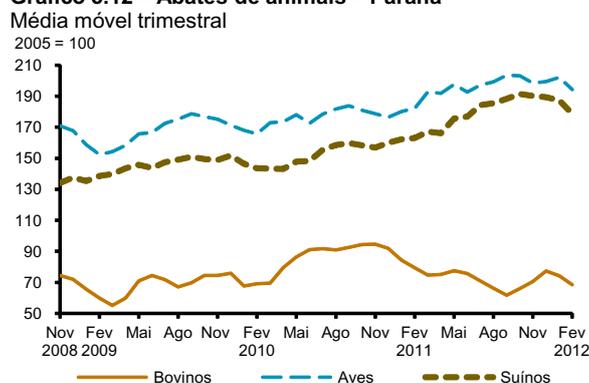


Tabela 5.17 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 219	3 835	19,1	7,5
Básicos	1 350	1 715	27,0	7,6
Industrializados	1 869	2 119	13,4	6,6
Semimanufaturados	400	417	4,3	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 469	1 702	15,9	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.18 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 807	4 637	21,8	9,5
Bens de consumo	702	853	21,5	13,6
Duráveis	489	569	16,2	7,5
Não duráveis	212	284	33,9	22,1
Bens intermediários	1 763	2 204	25,0	6,0
Bens de capital	820	883	7,7	7,6
Combustíveis e lubrificantes	522	697	33,4	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.19 – Evolução do emprego formal – Paraná

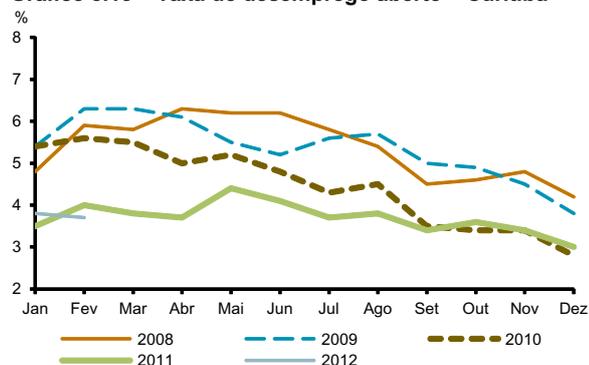
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	2,9	51,6	29,9	30,4	-5,5
Indústria de transformação	-1,8	15,3	7,5	1,5	-7,3
Comércio	0,2	7,9	6,9	17,0	-2,8
Serviços	7,7	16,5	11,9	12,2	8,1
Construção civil	1,3	5,1	2,8	0,6	460
Agropecuária	-6,0	6,0	-0,3	-2,0	-4,1
Serviços ind. de utilidade pública	0,7	0,2	0,4	0,5	0,1
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 5.13 – Taxa de desemprego aberto – Curitiba

com ênfase no aumento de 33,9% nas aquisições de bens de consumo não duráveis seguindo-se a elevação de 25% nas compras de bens intermediários, impactadas pelas expansões nas relativas a partes e peças para veículos, 39%, e a adubos e fertilizantes, 38,2%. As importações provenientes da China, Nigéria, EUA, Argentina e México corresponderam a 50,1% das compras externas do estado no trimestre.

De acordo com o Caged/MTE, foram eliminados 5,5 mil postos de trabalho no Paraná no trimestre encerrado em fevereiro, ante criação de 30,4 mil vagas naquele finalizado em novembro e 2,9 mil em igual mês de 2011, dos quais 2,8 mil no comércio e 7,3 mil na indústria de transformação. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado elevou-se 1,3% no trimestre. A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) registrou a eliminação de 273 postos de trabalho no trimestre, ocorrendo 2,1 mil cortes no comércio e 1,3 mil na indústria de transformação, e criação líquida de 3,4 mil empregos formais no setor de serviços.

A taxa de desemprego da RMC, divulgada na PME elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) em convênio com o IBGE, atingiu 3,7% em fevereiro, variando 0,3 p.p. em relação a novembro e -0,3 p.p. relativamente a fevereiro de 2011. O aumento na comparação com novembro decorreu de reduções de 1,6% na PEA e de 1,9% nos ocupados. Os rendimentos médios reais habituais cresceram 2,3% no trimestre e 2,8% em doze meses. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego reduziu de 3,8%, em novembro, para 3,4%, em fevereiro.

O IPCA da RMC variou 0,81% no primeiro trimestre de 2012, ante 1,27% naquele finalizado em dezembro, resultado de desaceleração, de 1,58% para 0,88%, nos preços livres, e de aceleração, de 0,47% para 0,58%, nos monitorados, esta refletindo, principalmente, os aumentos nos itens tarifa de ônibus intermunicipal, 7,63%; taxa de água e esgoto, 4,72%; tarifa de ônibus urbano, 3,06%; e plano de saúde, 1,85%.

A trajetória dos preços livres evidenciou, em especial, a redução, de 1,08% para -0,36%, na variação dos preços dos itens comercializáveis, com destaque para os recuos nos preços de itens dos grupos vestuário e alimentos e bebidas, especialmente carnes. Em oposição, os preços dos bens não comercializáveis registraram aceleração de 1,99% para 2,08%, no trimestre, com ênfase nas elevações nos itens ensino superior, 8,99%; aluguel residencial,

Tabela 5.20 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011			2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,58	1,33	1,27	0,81
Livres	77,4	1,49	1,09	1,58	0,88
Comercializáveis	37,7	1,04	0,09	1,08	-0,36
Não comercializáveis	39,6	1,89	1,96	1,99	2,08
Monitorados	22,6	1,81	1,96	0,47	0,58
Principais itens					
Alimentação	22,3	2,31	1,11	3,11	0,96
Habitação	15,6	2,11	1,11	2,08	2,27
Artigos de residência	4,5	1,13	-0,54	-3,10	-2,34
Vestuário	7,4	4,98	-1,55	0,20	-0,45
Transportes	21,9	-0,53	2,60	0,49	-0,63
Saúde	11,2	2,50	1,97	1,07	0,86
Despesas pessoais	9,3	2,45	2,34	1,40	2,41
Educação	3,4	0,06	0,81	0,13	6,50
Comunicação	4,4	0,20	0,40	0,89	-0,03

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a março de 2012.

4,11%; empregado doméstico, 3,82%; e refeição, 1,55%, que exerceram impacto conjunto de 0,45 p.p. na variação trimestral do IPCA. O índice de difusão atingiu 51% no trimestre encerrado em março, ante 55,1% naquele finalizado em dezembro.

A inflação da RMC acumulada em doze meses totalizou 5,09% em março, ante 7,13% em dezembro de 2011. A variação nos preços livres atingiu 5,14% e a dos monitorados 4,9%, ante 7,07% e 7,26%, respectivamente, em 2011.

As perspectivas para a economia paranaense seguem favoráveis, avaliação que encontra suporte na trajetória dos preços dos principais produtos agrícolas produzidos no estado e na recuperação da atividade industrial, favorecida por benefícios fiscais setoriais anunciados pelo governo federal. Citem-se, ainda, o processo de flexibilização da política monetária; o dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito; e os projetos de investimentos em andamento no estado.

Rio Grande do Sul

Gráfico 5.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

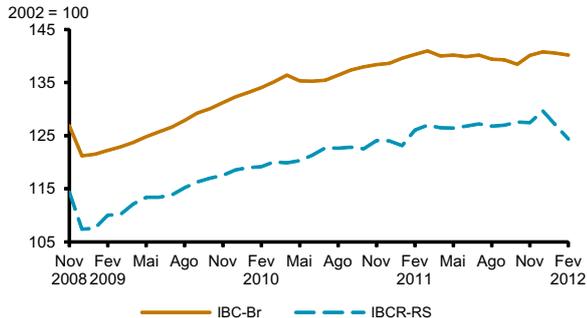
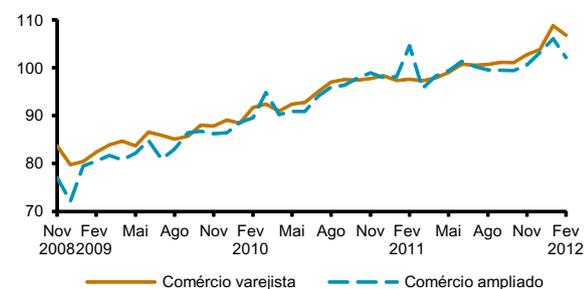


Gráfico 5.15 – Comércio varejista – RS

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.21 – Comércio varejista – RS

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2011		2012	
	Nov ^{1/}	Ano	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,0	6,1	4,8	6,4
Combustíveis e lubrificantes	2,3	5,6	-2,0	2,5
Hiper e supermercados	0,4	1,4	11,4	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	10,1	-3,5	8,4
Móveis e eletrodomésticos	1,1	15,3	2,1	13,6
Comércio varejista ampliado	-0,6	6,2	4,0	5,1
Automóveis e motocicletas	-3,0	3,2	1,0	0,6
Material de construção	-1,7	19,6	4,2	13,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade da economia gaúcha refletiu, no início de 2012, o impacto das quebras acentuadas nas safras agrícolas, a perda de dinamismo do mercado de trabalho e a persistência da moderação na atividade industrial. Nesse cenário, o IBCR-RS recuou 0,2% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando havia aumentado 0,3%, nesse tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses revela crescimento de 3,7% do indicador em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante expansão de 4,3% em novembro de 2011.

O comércio varejista cresceu 4,8% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, quando havia aumentado 1% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ressalte-se o aumento de 11,4% nas vendas do segmento hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, atividade com maior peso da pesquisa. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de 4,2% e 1,0% nas vendas de material de construção e de veículos motos, partes e peças, aumentou 4% no período, ante recuo de 0,6% no trimestre finalizado em novembro.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista cresceu 6,4% em fevereiro, em relação a igual período do ano anterior, ante 6,5% em novembro, com ênfase no dinamismo dos segmentos móveis e eletrodomésticos, 13,6%, e equipamentos para escritório, informática e comunicação, 12%, embora a retração de 5,6% nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria. O comércio ampliado, incorporando variações respectivas de 13,2% e 0,6% nas vendas de material de construção e de veículos, cresceu 5,1% no período.

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (IFC), que avalia a propensão a consumir dos agentes econômicos, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 127,4 pontos em março, ante 135,5 e 114,4 pontos em março e em dezembro de 2011. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Fecomércio-RS, 26,2% das famílias de Porto Alegre possuíam contas atrasadas em março, indicando relativa estabilidade em relação ao resultado de dezembro, 25%, e melhora em relação a março de 2011, 32,6%.

Gráfico 5.16 – Produção industrial – RS
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

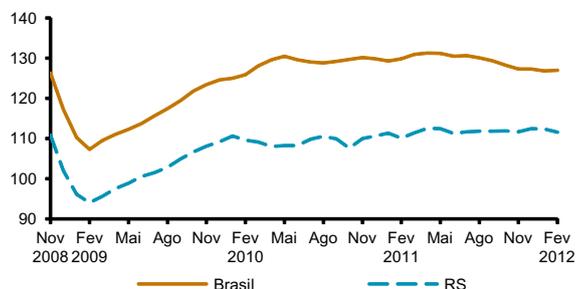


Tabela 5.22 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	12 meses
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-0,1	-0,1	2,0
Alimentos	17,5	1,5	-1,6	3,2
Refino de petróleo e álcool	12,2	16,4	0,3	-1,8
Outros produtos químicos	11,8	0,4	1,4	1,5
Máquinas e equipamentos	11,6	-4,0	27,2	14,2
Veículos automotores	11,2	0,9	-18,7	-0,7
Calçados e artigos de couro	7,5	-8,2	-5,3	-7,1
Prod. metal - excl. máquinas e equip.	7,1	-2,0	-0,9	3,8
Celulose, papel e produtos de papel	4,8	-6,2	2,5	-1,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de fevereiro.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.23 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2011	2012	12 meses
	Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	
IDI	0,5	2,0	0,7
Compras industriais	1,9	1,0	-2,8
Vendas industriais	1,2	7,7	0,1
Pessoal ocupado	0,0	0,9	1,3
Horas trabalhadas	0,1	3,7	1,2
Nuci ^{1/}	82,0	84,5	83,1

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo Banco Central.

A produção da indústria gaúcha recuou 0,1% no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, em relação ao terminado em novembro, quando registrara retração semelhante, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Das catorze atividades incluídas na pesquisa, nove assinalaram decréscimos no período, ressaltando-se os registrados nas indústrias de veículos automotores, 18,7%; calçados e artigos de couro, 5,3%; e de alimentos, 1,6%, essa responsável por 17,5% da produção do estado no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado cresceu 2,0% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 1,7% em novembro. Ressalte-se que a indústria do país registrou decréscimo de 1,0% em doze meses encerrados em fevereiro.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI), divulgado pela Fiergs, cresceu 2,0% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro, quando se elevava 0,5%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados, ressaltando-se os aumentos nas vendas industriais, 7,7%, e nas horas trabalhadas, 3,7%. O indicador cresceu 0,7% no período de doze meses encerrado em fevereiro, ante 0,6% em novembro de 2011.

A produtividade da indústria gaúcha, definida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas, dados do IBGE, recuou 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro, relativamente ao finalizado em novembro, quando decrescera 0,1% nesse tipo de análise, a partir de dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador elevou-se 0,9% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante estabilidade em novembro.

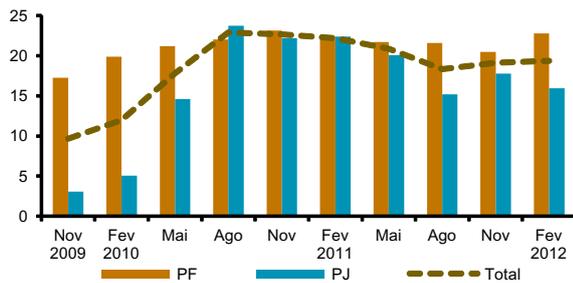
O Icei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), registrou, em fevereiro, o quarto aumento mensal consecutivo, atingindo 55,4 pontos. O aumento de 2,3 pontos em relação a janeiro decorreu de variações de 2,1 pontos no componente que avalia as expectativas dos empresários para os próximos seis meses e de -0,4 ponto no Índice das Condições Atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre⁸ atingiu 4,3% em fevereiro de 2012, conforme Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre realizada pelo Sinduscon-RS, retornando ao patamar de fevereiro de 2009, quando o mercado imobiliário evidenciava os impactos da crise financeira iniciada em meados de 2008.

8/ Corresponde à relação entre as vendas e as ofertas de imóveis novos.

Gráfico 5.17 – Evolução do saldo das operações de crédito – RS^{1/}

Variação em 12 meses - %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.24 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2011 Dez
	Dívida 2010 Dez	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/} Total ^{3/}	
		Nominal		Total ^{3/}		
		Primário	Juros			
Est. R. G. do Sul	42 326	-2 191	4 894	2 703	586	45 615
Governo estadual	42 465	-1 953	4 832	2 879	561	45 905
Capital	-54	-107	19	-88	12	-129
Demais municípios	-85	-131	43	-88	12	-161

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.25 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do R. G. do Sul	-2 194	-2 191	6 348	4 894
Governo estadual	-2 157	-1 953	6 300	4 832
Capital	-54	-107	16	19
Demais municípios	18	-131	32	43

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.26 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2012/2011
		Produção ^{2/}		
		2012	2011	
Grãos	69,7	19 898	29 613	-32,8
Soja	34,0	6 548	11 621	-43,7
Arroz (em casca)	20,7	7 476	8 942	-16,4
Milho	9,2	3 336	5 776	-42,2
Trigo	4,4	2 081	2 742	-24,1
Outras lavouras				
Fumo	10,7	388	498	-22,1
Mandioca	5,3	1 210	1 305	-7,3
Uva	2,5	839	830	1,1
Maçã	1,9	638	634	0,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado atingiu R\$128,1 bilhões em fevereiro, aumentando 4% no trimestre e 19,4% em doze meses. As operações no segmento de pessoas físicas somaram R\$65,7 bilhões, elevando-se 5,6% e 22,8%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, com ênfase no dinamismo das modalidades crédito pessoal, com e sem consignação em folha de pagamento, e financiamentos de veículos. A carteira das pessoas jurídicas totalizou R\$62,4 bilhões, crescendo 2,5% no trimestre e 16% em doze meses, ressaltando-se a evolução dos financiamentos direcionados ao comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas, comércio de outros produtos, e à agricultura.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,9% em fevereiro, ante 2,8% em novembro, aumento decorrente de variações de 0,1 p.p. tanto no segmento de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 3,6% e 2,1%, respectivamente.

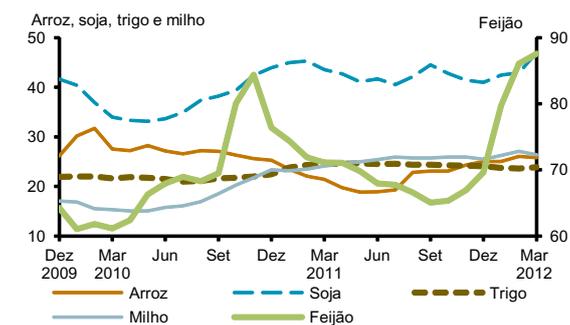
Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul apresentaram superávit primário de R\$2,2 bilhões em 2011, mesmo patamar do ano anterior. Ocorreram, no período, recuo de 9,5% no superávit do governo estadual, elevação de 97,7% no relativo à capital e reversão, de déficit de R\$18 milhões para superávit de R\$131 milhões, na esfera dos demais municípios. Ressalte-se que a arrecadação real do ICMS, considerado o IGP-DI como deflator, cresceu 0,4% no ano.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$4,9 bilhões. A redução anual de 22,9% refletiu, em especial, a queda de 6,3 p.p. na variação anual do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada junto à União e que representa a maior parcela do endividamento público regional. O déficit nominal totalizou R\$2,7 bilhões em 2011, ante R\$4,2 bilhões em 2010.

A dívida líquida atingiu R\$45,6 bilhões em dezembro de 2011, ampliando-se 7,8% em relação a igual mês do ano anterior, com ênfase no aumento de 8,1% assinalado na esfera estadual.

A safra de grãos do estado para 2012 está projetada em 19,9 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de março, do IBGE, representando 12,8% da produção nacional. A retração anual, estimada em 32,8%, traduz as perspectivas de recuos nas produções de soja, 43,7%; milho, 42,2%; feijão, 25,1%; trigo, 24,1%; e arroz, 16,4%. No âmbito das demais culturas, saliente-se a projeção de retração anual

Gráfico 5.18 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

Tabela 5.27 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Fevereiro de 2012

Discriminação	Variação % no ano		
	Produção	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates^{1/}			
Bovinos	-21,1	-28,8	2,8
Suínos	10,9	-14,4	-6,3
Aves^{2/}	2,9	0,3	2,6
Leite^{3/}	7,3 ^{4/}	-	11,6

Fonte: AGL, Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

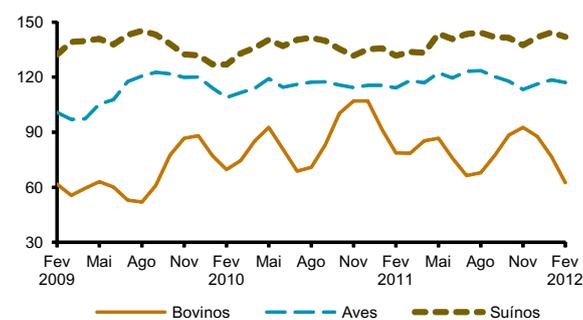
1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros.

4/ Em 2011.

Gráfico 5.19 – Abates de animais – Rio Grande do Sul
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.28 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 802	3 805	0,1	7,5
Básicos	1 456	1 562	7,3	7,6
Industrializados	2 346	2 243	-4,4	6,6
Semimanufaturados	391	343	-12,3	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 955	1 900	-2,8	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

de 22,1% para o fumo. Vale ressaltar que, de acordo com o IBGE, a área perdida, definida como a diferença entre as áreas plantada e colhida, somou 207 mil hectares em março, a maior parte de soja e milho, em função da estiagem que afeta o estado desde setembro de 2011.

As produções de carnes de bovinos, suínos e de aves registraram variações respectivas de -21,1%, 10,9% e 2,9% no primeiro bimestre de 2012, em relação a igual período de 2011, conforme o Mapa, enquanto as quantidades exportadas oscilaram, na ordem, -28,8%, -14,4% e 0,3%, de acordo com o MDIC. Os preços recebidos pelos produtores, no primeiro bimestre, registraram variações respectivas de 2,8% -6,3% e 2,6%, em relação a igual período de 2011, conforme a Emater/RS e o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os preços médios do leite cresceram 11,6% no primeiro bimestre do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com a Emater/RS. Estatísticas do IBGE revelaram que a produção de leite no estado, que representa cerca de 15% do total nacional, elevou-se 7,3% em 2011, ante crescimento de 3,8% no país.

A balança comercial do estado registrou superávit de US\$1,1 bilhão no primeiro trimestre do ano, ante US\$576,8 milhões no mesmo período de 2011, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$3,8 bilhões e as importações, US\$2,7 bilhões, assinalando variações respectivas de 0,1% e -16,3% no período.

A trajetória das vendas externas evidenciou variações de -2% nos preços e de 2,1% no *quantum*. As exportações de produtos manufaturados, responsáveis por 49,9% das vendas externas no período, declinaram 2,8%, destacando-se os recuos respectivos de 38,8% e 3,8% nas relativas a calçados e a polímeros de etileno. Os embarques de produtos básicos, 41% da pauta, elevaram-se 7,3% no trimestre, com destaque para o aumento nos referentes a fumo, 75,7%; arroz, 128,9%; e soja, 35,9%. As exportações de semimanufaturados decresceram 12,3% no período, com ênfase nas reduções nos itens óleo de soja em bruto, 9,8%, e couros e peles, 28,1%. As exportações gaúchas direcionadas à Argentina, EUA, China e Países Baixos representaram, em conjunto, 30,4% das vendas externas do estado no trimestre.

O recuo das importações, decorrente de variações de -28,5% no *quantum* e de 17% nos preços, foi provocado, em grande parte, pela retração de 27,5% nas aquisições

Tabela 5.29 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 225	2 698	-16,3	9,5
Bens de capital	555	520	-6,3	7,6
Matérias-primas	1 660	1 204	-27,5	6,0
Bens de consumo	473	442	-6,5	13,6
Duráveis	383	336	-12,3	7,5
Não duráveis	90	106	17,9	22,1
Combustíveis e lubrificantes	537	532	-0,8	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.30 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

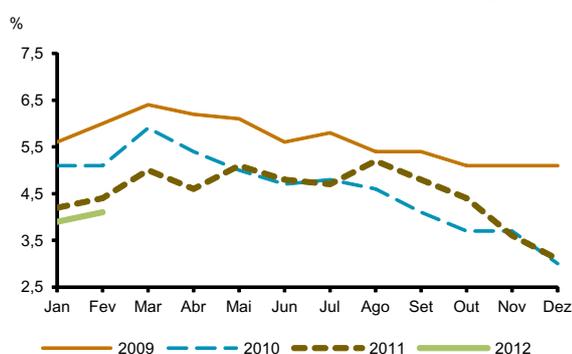
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	19,4	40,9	17,1	35,9	0,1
Indústria de transformação	6,0	18,2	-1,7	-0,8	-4,8
Comércio	2,6	8,2	5,2	15,9	-3,9
Serviços	8,3	16,9	10,5	12,8	5,9
Construção civil	0,0	3,4	2,9	3,1	0,7
Agropecuária	3,2	-6,4	-0,2	5,0	2,6
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,2	0,2	0,0	-0,2
Outros ^{2/}	-0,9	0,4	0,2	0,0	-0,2

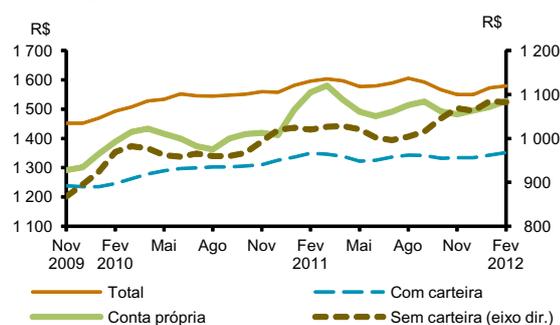
Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre

Fonte: IBGE

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre

Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de fevereiro de 2012, corrigidos pelo INPC.

de matérias-primas e produtos intermediários, que, representando 44,6% do total importado no período, evidenciaram a redução de 65,1% nas compras de naftas para petroquímica. As importações de combustíveis, bens de capital e bens de consumo apresentaram variações respectivas de -0,8%, -6,3% e -6,5%, com destaque para os recuos nas referentes a automóveis de passageiros, 16,4%, e a veículos de carga, 56,8%. As aquisições originárias da Argentina, Nigéria e China totalizaram, em conjunto, 52,7% das compras externas do estado no período.

A economia gaúcha registrou a criação de 120 empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante 19,4 mil no finalizado em igual mês de 2011, de acordo com o Caged/MTE. Ressalte-se a criação de 5,9 mil vagas no setor de serviços, resultado mitigado pela extinção de 3,9 mil postos no comércio, e de 4,8 mil na indústria de transformação, desses, 1,9 mil na indústria de calçados e 2,4 mil na de alimentos e bebidas. O nível de emprego formal aumentou 0,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando crescera 0,8% no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 4,1% em fevereiro, a menor para esse mês desde 2002, de acordo com a PME do IBGE, ante 3,6% em novembro e 4,4% em igual mês de 2011. O decréscimo registrado na comparação interanual decorreu de aumentos de 1,6% na população ocupada e de 1,2% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,9% em fevereiro, ante 4% em novembro, ocorrendo aumentos de 1,2% na população ocupada e de 1% na PEA. O rendimento médio real habitual e a massa salarial real assinalaram aumentos respectivos de 1,9% e 2,8% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro.

O IPCA da RMPA cresceu 0,98% no primeiro trimestre de 2012, ante 1,76% no período de setembro a dezembro de 2011. Os preços livres desaceleraram de 1,68% para 1,12% e os preços monitorados de 1,99% para 0,55% ressaltando-se, nesse grupo, a retração de 2,48% no preço da gasolina e a elevação de 5,55% no item tarifa de ônibus urbano.

O arrefecimento dos preços livres refletiu a redução, de 1,62% para 0,37%, na variação dos preços dos bens comercializáveis, com ênfase na desaceleração dos preços dos alimentos, e a aceleração, de 1,73% para 1,91%, assinalada

Tabela 5.31 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral				
		2011		2012		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	
IPCA	100,0	1,69	0,85	1,76	0,98	
Livres	75,3	1,74	0,94	1,68	1,12	
Comercializáveis	38,0	1,42	0,57	1,62	0,37	
Não comercializáveis	37,3	2,03	1,28	1,73	1,91	
Monitorados	24,7	1,55	0,60	1,99	0,55	
Principais itens						
Alimentação	23,8	1,94	0,95	2,19	1,18	
Habitação	13,9	2,05	0,96	1,96	1,66	
Artigos de residência	5,0	0,07	0,06	-0,31	1,00	
Vestuário	7,1	4,30	1,24	3,88	-1,28	
Transportes	20,0	0,43	0,62	1,65	0,38	
Saúde	11,1	2,22	1,50	1,49	0,90	
Despesas pessoais	10,0	2,90	0,72	1,65	0,98	
Educação	4,4	0,11	1,05	0,32	5,89	
Comunicação	4,7	-0,29	-0,33	0,87	-0,22	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

nos preços dos bens não comercializáveis, pressionados pelo aumento de 6,66% no item cursos regulares. O índice de difusão atingiu 56,8% no trimestre encerrado em março, ante 59,9% naquele terminado em dezembro de 2011.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMPA variou 5,38% em março, ante 6,53% em 2011. A desaceleração dos preços livres, de 6,45% para 5,59%, derivou de reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 4,84% para 4,03%, destacando-se o recuo de 4,48% nos preços do item aparelhos eletroeletrônicos, enquanto a dos bens não comercializáveis, de 7,96% para 7,14%, teve como ênfase a retração de 3,56% no item automóvel usado. Os preços monitorados cresceram 4,76%, ante 6,70% em 2011, ressaltando-se o arrefecimento nos preços da gasolina.

Nos próximos meses, a atividade da economia gaúcha deverá ser impactada pela retração na renda agrícola derivada da quebra acentuada das safras das principais culturas do estado. Esse impacto tende a ser mitigado pelos efeitos, sobre as atividades varejista e industrial, de medidas recentes de desoneração fiscal e incentivo à produção industrial adotadas nas esferas estadual e federal, bem como pelas ações de política monetária recentemente implementadas.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Brasil	1,2	0,6	-0,4	-0,4	0,9
Norte	1,9	1,4	1,4	0,5	-0,8
Nordeste	0,7	1,2	0,1	0,1	-0,5
Sudeste	1,2	1,5	0,0	-0,4	0,7
Sul	0,9	0,7	2,1	0,5	1,4
Centro-Oeste	0,6	0,7	2,4	1,0	1,6

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Comércio varejista					
Brasil	1,2	1,5	1,4	1,2	3,4
Norte	0,8	1,1	1,9	0,7	4,6
Nordeste	1,0	2,2	1,4	0,3	3,7
Sudeste	1,6	1,8	0,9	1,4	2,9
Sul	0,4	1,4	2,9	0,8	6,1
Centro-Oeste	1,5	0,4	1,2	1,4	3,0
Comércio ampliado					
Brasil	1,1	2,1	0,2	-0,3	3,4
Norte	1,4	-2,4	3,4	-0,5	2,3
Nordeste	0,9	1,3	0,8	-0,7	3,9
Sudeste	0,0	2,2	0,4	0,7	3,3
Sul	1,1	1,7	1,8	-0,8	3,9
Centro-Oeste	1,3	0,1	0,2	0,1	3,7

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Fevereiro de 2012

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 064	839	1 903	1,7	7,7	4,2	16,4	26,5	20,6
Norte	34	39	73	-0,2	8,8	4,2	19,7	27,8	23,7
Nordeste	125	119	244	2,7	10,2	6,2	20,3	31,3	25,4
Sudeste	648	412	1 060	1,4	7,4	3,6	14,7	26,4	19,0
Sul	184	167	352	2,8	6,6	4,6	18,9	24,2	21,4
Centro-Oeste	73	102	175	0,8	7,1	4,4	17,7	24,4	21,6

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Após registrar certa estabilidade no segundo semestre de 2011, a atividade econômica mostrou relativa recuperação no início de 2012, ressaltando-se o dinamismo da atividade varejista, consistente com a evolução dos mercados de crédito e de trabalho. As perspectivas para os próximos semestres indicam continuidade desse processo, amparado essencialmente pela robustez da demanda interna.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), após assinalar recuos trimestrais de 0,4% nos trimestres encerrados em agosto e em novembro de 2011, cresceu 0,9% naquele finalizado em fevereiro de 2012. Vale ressaltar, conforme expresso na Tabela 6.1, que o indicador registrou aumentos nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, contrastando com retrações no Norte e no Nordeste.

As vendas do comércio varejista e do comércio ampliado experimentaram elevações relevantes e generalizadas regionalmente no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com a Tabela 6.2. Destacaram-se, no comércio varejista, as elevações respectivas de 5,3 p.p. e de 3,9 p.p. nas taxas de crescimento trimestrais relativas às regiões Sul e Norte, e, no ampliado, os aumentos respectivos de 4,7 p.p. e 4,6 p.p. nas regiões Sul e Nordeste.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil, contratadas no país, apresentaram crescimento trimestral de 4,2% em fevereiro, resultado de aumentos respectivos de 7,7% e 1,7% nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas (Tabela 6.3). A análise regional revela que os aumentos mais intensos no Nordeste, 6,2%, e no Sul, 4,6%, com destaque para as expansões respectivas de 10,2% e 6,6% nos saldos das contratações no segmento de pessoas físicas. Por sua vez, a análise em doze meses revela que o estoque dessas operações aumentou 20,6% no país, em fevereiro, reflexo de expansões respectivas de 26,5% e 16,4% nos segmentos mencionados.

Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Fevereiro de 2012

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	2,1	4,9	3,3	0,1	0,1	0,2	0,4	1,2	0,8
Norte	2,8	5,7	4,1	0,6	-0,3	0,3	-0,3	1,2	0,5
Nordeste	2,4	6,1	3,9	0,3	-0,1	0,3	0,4	1,5	1,1
Sudeste	2,0	4,9	2,9	0,1	0,1	0,2	0,5	1,3	0,9
Sul	2,2	4,0	2,9	0,1	0,1	0,2	0,2	1,0	0,6
Centro-Oeste	2,4	4,5	3,4	0,2	0,2	0,3	0,5	0,7	0,7

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.5 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	2011					2012
							%
		Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	100,0	-0,2	1,0	-0,8	-2,2	-0,2	
Norte	5,9	3,7	1,6	1,6	0,2	-3,3	
Nordeste	9,5	-3,6	3,0	-0,7	-0,9	0,4	
Sudeste	62,7	-0,3	1,5	-1,3	-3,6	-0,8	
Sul	18,5	1,2	-0,4	4,1	-1,7	1,4	
Centro-Oeste	3,5	-2,3	2,3	7,3	1,5	2,6	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2007.

Tabela 6.6 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	2011					2012
						Mil
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	25,4	617,0	546,4	378,0	-138,7	
Norte	-1,5	17,0	39,7	27,4	-15,6	
Nordeste	-28,9	-1,9	127,0	139,4	-44,9	
Sudeste	8,5	440,1	268,4	118,2	-73,5	
Sul	32,8	108,1	60,6	101,8	1,5	
Centro-Oeste	14,5	53,6	50,7	-8,9	-6,3	

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.7 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	2011					2012
						%
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev	
Brasil	5,9	6,4	6,1	5,7	5,3	
Nordeste	8,7	9,0	8,1	7,6	6,6	
Sudeste	5,5	6,1	5,8	5,5	5,3	
Sul	3,6	4,5	4,4	3,9	3,5	

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

A inadimplência das operações de crédito, em trajetória crescente, atingiu 3,3% em fevereiro, ante 3,1% em novembro e 2,5% em igual período de 2011, conforme observado na Tabela 6.4. O aumento trimestral mais acentuado no segmento de pessoas físicas ocorreu no Centro-Oeste, 0,2 p.p., e a expansão mais significativa no segmento de pessoas jurídicas, 0,6 p.p., no Norte.

A indústria geral, mesmo após registrar recuos trimestrais nos trimestres encerrados agosto e em novembro de 2011, registrou retração de 0,2% no trimestre finalizado em fevereiro de 2012 (Tabela 6.5). Essa moderação das perdas refletiu, em especial, o crescimento da atividade fabril no Centro-Oeste, 2,6%, e no Sul, 1,4%, bem como menor retração na região Sudeste.

A economia brasileira, refletindo a sazonalidade do período, eliminou 138,7 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, de acordo com o Caged/MTE, ante geração de 24,3 mil postos em igual intervalo do ano anterior (Tabela 6.6). Esse movimento evidenciou, em especial, demissões líquidas no Sudeste, 73,5 mil, e no Nordeste, 44,9 mil.

A taxa média de desemprego do país atingiu 5,3% no trimestre encerrado em fevereiro, ante 5,7% no finalizado em novembro de 2011, de acordo com a PME do IBGE, (Tabela 6.7). Esse resultado reflete recuos do desemprego nas três regiões pesquisadas pelo IBGE: no Nordeste, 1,0 p.p., no Sul, 0,4 p.p., e no Sudeste, 0,2 p.p.

O superávit primário dos estados e dos principais municípios totalizou R\$38,6 bilhões em 2011, aumento de 64,8% em relação a 2010, conforme a Tabela 6.8. Esse resultado refletiu melhoras em todas as regiões do país, com ênfase nas elevações respectivas de R\$4,3 bilhões e de R\$3,6 bilhões nos superávits primários observados no Sudeste e Nordeste.

A balança comercial do país registrou superávit médio diário de US\$39,3 milhões no primeiro trimestre de 2012, ante US\$49,9 milhões em igual intervalo do ano anterior (Tabela 6.9). Note-se o aumento no déficit da região Nordeste, a reversão do superávit da região Norte e o crescimento de US\$14,0 milhões no superávit do Centro-Oeste.

A variação trimestral do IPCA atingiu 1,22% em março de 2012, ante 1,46% em dezembro de 2011 e 2,44% em março de 2011 (Tabela 6.10). A moderação na dinâmica dos preços ao consumidor, em todas as regiões do país,

Tabela 6.8 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

UF	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez
Região Norte	1 216	-2 479
Região Nordeste	-848	-4 397
Região Centro-Oeste	-941	-2 203
Região Sudeste	-18 440	-22 741
Região Sul	-4 410	-6 779
Total	-23 423	-38 599

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) superávit

(+) déficit

Tabela 6.9 – Balança comercial regional – FOB

Média diária – Janeiro-março

Região	US\$ milhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Total	813,2	888,4	763,3	849,1	49,9	39,3
Norte	62,7	60,4	52,0	61,4	10,7	-1,0
Nordeste	62,3	78,2	69,3	101,4	-7,0	-23,2
Sudeste	472,4	501,7	435,6	460,9	36,8	40,8
Sul	141,4	157,1	163,9	177,7	-22,5	-20,6
Centro-Oeste	62,9	81,9	42,0	47,1	20,9	34,9
Outros ^{1/}	11,5	9,1	0,4	0,6	11,0	8,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.10 – IPCA

Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%					
		2011				2012	
		Mar	Jun	Set	Dez	Mar	
IPCA							
Brasil	100,0	2,44	1,40	1,06	1,46	1,22	
Norte	4,2	1,67	1,19	0,50	1,29	1,62	
Nordeste	14,8	2,15	1,32	1,12	1,63	1,27	
Sudeste	57,6	2,61	1,41	1,04	1,36	1,32	
Sul	16,3	2,39	1,65	1,07	1,54	0,90	
Centro-Oeste	7,1	2,32	1,07	1,36	1,67	0,90	
Livres							
Brasil		2,42	1,27	1,11	1,68	1,33	
Norte		2,40	0,54	0,66	1,75	1,83	
Nordeste		2,12	1,27	1,08	2,02	1,32	
Sudeste		2,55	1,25	1,14	1,55	1,42	
Sul		2,28	1,59	1,05	1,61	0,99	
Centro-Oeste		2,36	1,03	1,40	1,90	1,09	
Monitorados							
Brasil		2,48	1,72	0,94	0,92	0,91	
Norte		-0,44	3,10	0,05	-0,03	0,84	
Nordeste		2,20	1,44	1,20	0,66	1,10	
Sudeste		2,74	1,75	0,83	0,93	1,07	
Sul		2,69	1,79	1,13	1,35	0,61	
Centro-Oeste		2,23	1,15	1,28	1,26	0,29	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

evidenciou, fundamentalmente, menores variações nos preços livres.

Economia Paranaense: estrutura produtiva e desempenho recente

Tabela 1 – Produto interno bruto – Paraná e Brasil

Anos	Variação real anual %		
	PIB		Participação (%) PR/Brasil
Paraná	Brasil		
2003	4,5	1,2	6,4
2004	5,0	5,7	6,3
2005	0,0	3,2	5,9
2006	2,0	4,0	5,8
2007	6,7	6,1	6,1
2008	4,3	5,2	5,9
2009	-1,3	-0,3	5,9
2010	8,3 ^{1/}	7,5 ^{2/}	6,0
2011	4,0 ^{1/}	2,7 ^{2/}	6,1

Fonte: IBGE/Ipardes – Contas Regionais do Brasil

1/ Estimativas preliminares do Ipardes.

2/ Calculado pelo IBGE, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

O objetivo deste box é analisar a estrutura da economia paranaense, sua trajetória recente, com ênfase na comparação com a economia brasileira, e as perspectivas de expansão da economia estadual nos próximos anos.

O Produto Interno Bruto (PIB) paranaense cresceu 4% em 2011, de acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), refletindo o dinamismo da indústria instalada no estado, que desacelerou mais lentamente que a média nacional; o patamar elevado dos preços das *commodities*, que favoreceram o agronegócio; e as condições favoráveis nos mercados de trabalho e de crédito, que influenciaram positivamente as vendas varejistas e os demais setores de serviços. A participação do PIB paranaense no PIB brasileiro atingiu 6,1% em 2011, ante média de 5,8% de 1995 a 2002, conforme a Tabela 1.

Ressalte-se que esse desempenho sucedeu a expansão de 8,3%, registrada em 2010, quando a recuperação da economia do estado, após a crise internacional, foi sustentada pelo dinamismo da demanda interna, expresso nos indicadores do comércio varejista e do mercado de trabalho; pelo significativo crescimento da produção de grãos, em especial, soja e milho; e pela expansão de 14,2% na produção industrial, impulsionada pelos segmentos veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos.

A participação média da atividade agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) paranaense atingiu 9,7% no período de 2002 a 2009, ante 6,2% no país, enquanto as representatividades

Tabela 2 – Estrutura do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade

Anos	%					
	Paraná			Brasil		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
2002	10,6	29,0	60,3	6,6	27,1	66,3
2003	13,1	28,3	58,7	7,4	27,8	64,8
2004	11,6	30,1	58,3	6,9	30,1	63,0
2005	8,5	30,1	61,4	5,7	29,3	65,0
2006	8,3	29,0	62,7	5,5	28,8	65,8
2007	8,6	27,7	63,8	5,6	27,8	66,6
2008	9,4	26,6	63,9	5,9	27,9	66,2
2009	7,7	28,2	64,1	5,6	26,8	67,5
Média	9,7	28,6	61,7	6,2	28,2	65,7

Fonte: IBGE – Contas Nacionais e Regionais do Brasil

da indústria e do setor de serviços totalizaram 28,6% e 61,7%, respectivamente, ante 28,2% e 65,7%, no Brasil (Tabela 2).

Tabela 3 – Principais produtos primários

Descrição	%	
	No valor da produção do subsetor no Paraná	Na produção nacional
Agricultura ^{1/}	100,0	-
Soja	38,7	20,6
Milho	17,5	21,9
Cana-de-açúcar	8,9	8,0
Trigo	7,1	42,7
Mandioca	5,4	17,6
Feijão	4,7	23,0
Fumo	4,3	18,0
Pecuária ^{2/}	100,0	-
Frangos	47,2	25,0
Suínos	12,9	18,8
Bovinos	15,1	4,0
Leite	20,9	11,1
Ovos	3,9	10,2

Fonte: IBGE e FGV

1/ Refere-se à PAM de 2010 para valor da produção e LSPA de dezembro de dezembro de 2011 para representatividade nacional.

2/ Valor da produção do IBGE para leite e ovos (PAM 2010); e valor estimado com base no peso médio das carcaças (IBGE – Pesquisa Trimestral de Abates) e nos preços recebidos pelos produtores (FGV) para os demais; representatividade nacional com base no peso das carcaças e produção de leite e ovos de jan-set/2011.

No âmbito do setor agrícola, vale ressaltar que em 2010, de acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 93% do valor da produção da agricultura originou-se de lavouras temporárias, com destaque para as safras de soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, mandioca, feijão e fumo. Essas culturas foram responsáveis, em conjunto, por 86,7% do valor da produção agrícola do estado no ano e detiveram participações significativas nas safras do país. Relativamente à pecuária, destacaram-se as produções de frangos, suínos e leite (Tabela 3).

A safra de grãos do Paraná totalizou 31,6 milhões de toneladas em 2011, representando 19,7% do total do país, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro do IBGE. O bom desempenho da safra de verão, favorecida pela produção recorde de soja¹, não se repetiu nas culturas de inverno, impactadas negativamente pelas condições meteorológicas desfavoráveis observadas em maio e junho².

A estimativa para a safra de grãos de 2012 totaliza 30,5 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. Ressalte-se que o recuo

1/ A produção do grão totalizou 15,4 milhões de toneladas, impulsionada pelo aumento de 7,2% na produtividade.

2/ As produções de milho e trigo, evidenciando retrações de 20,1% e 17,8% nas respectivas produtividades, registraram, na ordem, recuos anuais de 9,3% e 30,0%.

Tabela 4 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	72,3	31 641	30 461	-3,7
Feijão	4,7	816	719	-11,8
Milho	17,5	12 301	15 876	27,6
Soja	38,7	15 438	10 853	-29,8
Trigo	7,1	2 411	2 568	5,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	8,9	50 620	51 641	4,8
Fumo	4,3	172	151	-119,0
Mandioca	5,4	4 609	4 153	-10,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

anual de 3,7% reflete, em especial, o impacto da estiagem sobre as lavouras de verão, com ênfase na projeção de recuo anual de 29,8% para a produção de verão da soja. Em relação às demais culturas, apesar da ampliação na área destinada à segunda safra, motivada por acentuada elevação nos preços do produto, a safra de feijão deverá recuar 11,8% no ano, penalizada pela quebra significativa na safra de verão.

A safra de milho, apesar da perda registrada na primeira safra, deverá crescer 27,6% no ano, reflexo, em parte, da expansão de 12,7% na área cultivada na safra de inverno, estimulada pela atratividade dos preços.

O valor bruto da produção agrícola (VBP) no estado, estimado a partir do LSPA de março e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores no primeiro trimestre do ano, em relação a igual intervalo de 2011, divulgados pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/Deral), deverá recuar 6,4% no ano. Este resultado decorre, em grande parte, do impacto da retração na colheita de soja, neutralizado, em parte, pela manutenção dos preços em patamar elevado, e pelo desempenho projetado para a safra de milho, aliado à sustentação das elevadas cotações do cereal.

A trajetória recente da indústria do estado revela, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, que o Valor da Transformação Industrial (VTI) paranaense representou 7,3% do VTI do país em 2009, ante 6,8% em 2003, participação inferior apenas às de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Tabela 5 registra a evolução da representatividade das principais atividades na estrutura da indústria paranaense, de 2003 a 2009, e evidencia a predominância da atividade produtos alimentícios e bebidas; os aumentos dos pesos relativos dos segmentos veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, e equipamentos de informática; e a retração da representatividade das atividades celulose e papel, produtos químicos e produtos de madeira.

Tabela 5 – Estrutura da produção industrial – Paraná

Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) 2003 e 2009

Seções e Atividades	2003		2009		Variação participativa 2009/2003 (em p.p.)	Part. PR/Brasil (%)	
	VTI ^{1/}	Part. (%)	VTI ^{1/}	Part. (%)		2003	2009
Indústrias extrativas	124 682	0,5	267 643	0,5	0,1	0,4	0,4
Indústrias de transformação	27 523 602	99,5	48 615 119	99,5	-0,1	7,3	8,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	5 916 441	21,5	10 365 480	21,3	-0,2	8,9	8,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	4 057 459	14,7	9 384 729	19,3	4,6	9,1	13,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	2 985 118	10,8	7 993 628	16,4	5,6	9,8	11,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2 199 082	8,0	2 533 656	5,2	-2,8	12,5	12,1
Fabricação de produtos químicos	2 327 710	8,5	2 327 444	4,8	-3,7	5,1	4,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	1 963 478	7,1	2 142 315	4,4	-2,7	8,6	7,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	950 082	3,5	1 761 983	3,6	0,2	6,5	7,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	784 316	2,8	1 738 010	3,6	0,7	11,5	12,0
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	64 961	0,2	1 545 336	3,2	2,9	2,7	9,3
Fabricação de prod. de metal, exceto máquinas e equip.	840 488	3,1	1 430 118	2,9	-0,1	6,7	5,1
Fabricação de produtos de madeira	1 731 554	6,3	1 293 571	2,7	-3,6	27,0	19,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	452 341	1,6	1 267 968	2,6	1,0	5,7	7,1
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1 032 682	3,8	1 038 306	2,1	-1,6	6,6	4,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	297 516	1,1	859 257	1,8	0,7	5,4	5,9
Metalurgia	300 455	1,1	732 860	1,5	0,4	1,0	2,0
Outras	544 257	2,0	701 459	1,4	-0,5	5,1	2,6
Fabricação de produtos têxteis	276 472	1,0	639 624	1,3	0,3	3,1	5,2
Fabricação de produtos do fumo	143 006	0,5	332 420	0,7	0,2	5,0	6,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	137 849	0,5	252 951	0,5	0,0	1,6	2,3
Impressão e reprodução de gravações ^{2/}	495 715	1,8	245 162	0,5	-1,3	4,0	3,7
Fab. de outros equip. de transp., exceto veículos automotores	22 620	0,1	28 842	0,1	0,0	0,3	0,3
TOTAL DA INDÚSTRIA	27 648 284	100,0	48 882 762	100,0	-	6,8	7,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual - (Ordem decrescente de participação no VTI de 2009).

1/ Valores correntes.

2/ A atividade incluía 'Edição' até 2007.

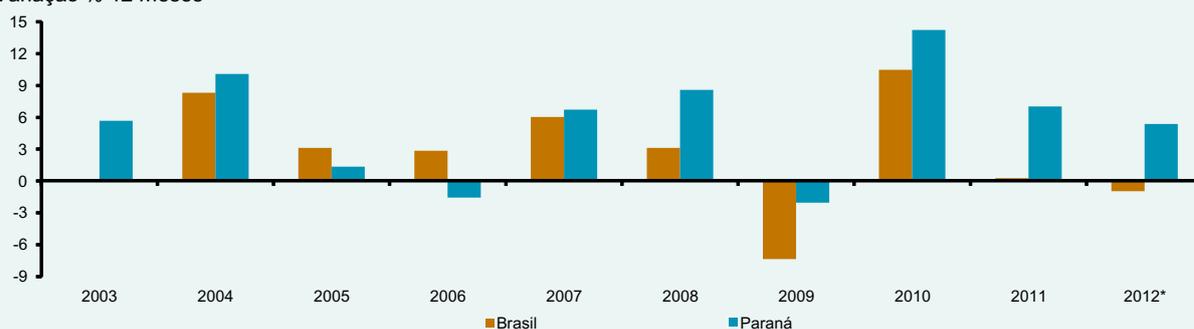
De fato, a participação do segmento veículos automotores, reboques e carrocerias no VTI estadual atingiu 16,4% em 2009, expansão de 5,6 p.p. em relação a 2003, consolidando o Paraná como terceiro polo automotivo do país, com participação de 11,9% no VTI nacional. A expansão do segmento petroquímico resultou de investimentos da Petrobrás na ampliação e diversificação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada no município de Araucária, na região metropolitana de Curitiba³. A importância relativa no VTI estadual da indústria de equipamentos de informática, refletindo o desempenho da indústria brasileira de computadores pessoais, passou de 0,2%, em 2003, para 3,2%, em 2009, e respondeu por 9,3% do VTI brasileiro da atividade no ano.

3/ A atividade respondeu por 19,3% do VTI do Paraná em 2009, representando 13,2% do VTI do segmento no país, ante 14,7% e 9,1% em 2003, na ordem.

A indústria paranaense beneficiou-se, no período recente, do dinamismo do mercado interno, favorecido pela evolução consistente dos mercados de crédito e de trabalho, e do aumento da demanda mundial por alimentos, que impulsionou as exportações e a renda agrícola do estado.

A produção da indústria do estado aumentou 7% em 2011, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Regional (PIM-R) do IBGE, maior crescimento dentre as unidades da Federação pesquisadas, ante expansão de 0,3% no país (Gráfico 1). Considerados intervalos de doze meses, o setor industrial paranaense registrou expansão de 5,4% em fevereiro, em relação a igual período do ano anterior, ante recuo de 1% no país, com destaque para o dinamismo dos segmentos veículos automotores, 20,7%, e refino de petróleo e álcool, 13,9%.

Gráfico 1 – Produção industrial – Brasil e Paraná
Variação % 12 meses



Fonte: IBGE

*12 meses encerrados em fevereiro/2012.

Tabela 6 – Evolução do comércio varejista – 2004-2011

Setores	Variação % média a.a.	
	Paraná	Brasil
Comércio varejista	6,0	7,8
Combustíveis e lubrificantes	-2,0	1,4
Hiper e supermercados	4,4	6,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	4,8
Móveis e eletrodomésticos	13,1	14,8
Art. farmacêuticos, méd., ortopéd., de perf. e cosmétic	13,4	9,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,1	5,7
Equip. e mat. para escritório, informática e comunicaç	48,2	25,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,2	13,4
Comércio ampliado	7,7	8,7
Automóveis e motocicletas	12,8	11,4
Material de construção	5,2	4,5

Fonte: IBGE

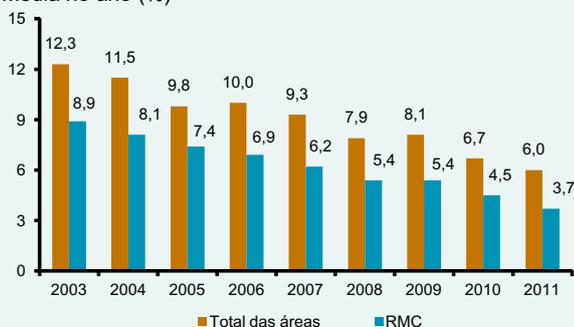
O setor varejista paranaense registrou crescimento médio anual de 6% a.a., de 2004 a 2011, ante 7,8% em âmbito nacional, resultado do menor dinamismo das vendas estaduais em todos os segmentos considerados na pesquisa, à exceção de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; automóveis e motocicletas; e material de construção, esse último com expansão acentuada nos dois últimos anos (Tabela 6).

A balança comercial do estado registrou, no período recente, aumentos mais significativos nas importações do que nas exportações, o que resultou em déficit comercial de US\$1,4 bilhão em 2011, após dez anos de sucessivos superávits

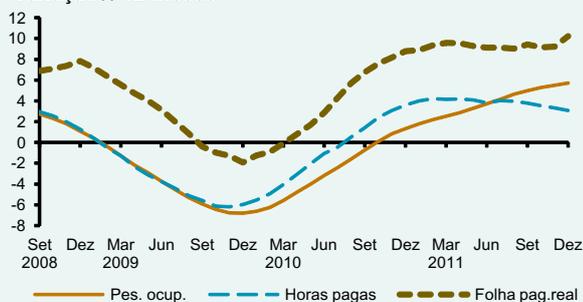
Tabela 7 – Balança comercial – Paraná

Anos	Exportações	Importações	US\$ milhões
			Saldo
2000	4 394	4 686	-292
2001	5 320	4 929	391
2002	5 703	3 333	2 370
2003	7 158	3 486	3 672
2004	9 405	4 026	5 379
2005	10 034	4 527	5 506
2006	10 016	5 978	4 038
2007	12 353	9 018	3 335
2008	15 247	14 570	677
2009	11 223	9 621	1 602
2010	14 176	13 957	219
2011	17 394	18 767	-1 373

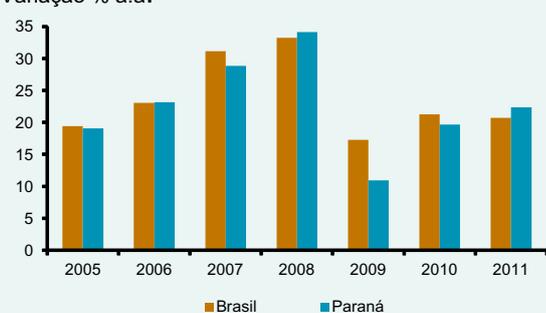
Fonte: MDIC

Gráfico 2 – Taxa de desemprego aberto
Média no ano (%)

Fonte: IBGE

Gráfico 3 – Indústria de transformação – Paraná
Variação% 12 meses

Fonte: IBGE

Gráfico 4 – Operações de crédito – Brasil e Paraná
Variação % a.a.

Fonte: Bacen

(Tabela 7). As exportações paranaenses cresceram, em média, 13,3% a.a., de 2000 a 2011, ante 15% no país, ressaltando-se que as relativas a produtos básicos, concentradas em *commodities* agrícolas, representaram, em média, 39,4% dos embarques do estado no período, com ênfase nos associados a soja, farelo de soja, carne de frango e açúcar bruto. A taxa média de crescimento anual das importações atingiu 13,4% no período, ante 13,6% no país, concentradas em material de transporte, petróleo e derivados, e produtos químicos (adubos e fertilizantes).

A taxa mensal de desemprego aberto na Região Metropolitana de Curitiba, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) elaborada pelo Iparde em convênio com o IBGE, manteve-se, de 2003 a 2011, em patamar inferior à média das seis regiões metropolitanas pesquisadas, atingindo 3,7% ao final do período, conforme o Gráfico 2.

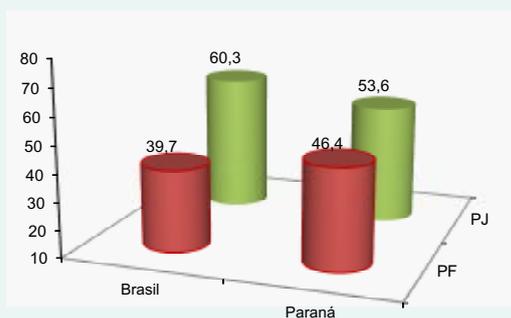
De acordo com estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos-PR (Dieese-PR), a partir de estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), existem 2,497 milhões de trabalhadores com carteira assinada no Paraná. Em 2011, foram criados 123.916 empregos, crescimento anual de 5,2%, dos quais 41,6% no setor de serviços, 26,8% no comércio e 19,2% na indústria de transformação. Na indústria paranaense, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes), do IBGE, o emprego mostrou recuo no período posterior à crise internacional, seguindo-se recuperação significativa nos dois últimos anos. Os índices de pessoal ocupado, horas pagas e folha de pagamento real na indústria de transformação registraram variações anuais respectivas de 5,7%, 3,1% e 10,2% em 2011 (Gráfico 3).

O saldo das operações de crédito no Paraná registrou crescimento médio anual de 22,4% de 2004 a 2011, ante 23,6% no Brasil, ressaltando-se que a participação média das operações no segmento de pessoas físicas atingiu 46,4% no período, ante 39,7% no país (Gráficos 4 e 5)

Relativamente aos indicadores sociais, o PIB *per capita* do Paraná atingiu R\$21.655 em

Gráfico 5 – Estrutura do crédito 2004-2011

%



Fonte: Bacen

2010, patamar 9,6% superior ao observado no país⁴. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o indicador de renda *per capita* domiciliar no estado aumentou 33% de 2001 a 2009, ante expansões de 23,5% no país e de 30,4% na região Sul⁵, ocorrendo elevações de 44,4% na zona rural e de 29,5% na urbana.

Considerando o Índice de Gini, o Paraná apresentou, no intervalo considerado, desigualdade de renda mais elevada que a da região Sul, mas inferior à brasileira. Essa situação se repete em outros indicadores sociais, como mortalidade infantil, remuneração do trabalho, escolaridade e analfabetismo. Os acessos adequados ao abastecimento de água e à energia elétrica situaram-se em patamar superior às médias nacional e regional. Adicionalmente, registrou-se declínio da pobreza: 2,3% da população paranaense se encontrava em situação de pobreza extrema⁶ em 2009, ante 7,1% em 2001.

No âmbito dos investimentos programados, destaca-se a construção e adequação do trecho da BR-487, entre Umuarama e Icaraíma, na região Noroeste do Paraná, importante corredor exportador de produtos agrícolas, ligando os estados da região Centro-Oeste do Brasil ao Porto de Paranaguá; e a construção de dois trechos da BR-153, entre as regiões paranaenses do Centro-Sul e Campos Gerais. Ressalte-se, também, a ampliação da pista, do pátio e do terminal de cargas no Aeroporto Afonso Pena, na região metropolitana de Curitiba. Essas inversões fazem parte do PAC 2 que contempla, ainda, recursos para outras obras em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Relativamente aos investimentos privados, ocorreram anúncios expressivos no período, conforme a Tabela 8.

As perspectivas de curto prazo para a economia paranaense sugerem moderação da atividade econômica, decorrente, em especial, da quebra da safra agrícola. Vale ressaltar que os ganhos reais do salário mínimo, os benefícios fiscais

4/ Estimativa do Bacen/Depec, calculada a partir de dados do Iparde e do IBGE.

5/ Ipea, “Situação social nos estados – Paraná”, 2011. Disponível em www.ipea.gov.br. O indicador contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

6/ Pessoas que auferem renda *per capita* inferior a R\$67,07 ao mês, em setembro de 2009, e para os anos anteriores deflacionados pelo INPC. Ipea, “Situação social nos estados – Paraná”, 2011.

setoriais, as ações de política implementadas em âmbito nacional, os investimentos em andamento e as intenções declaradas de inversão sinalizam perspectivas favoráveis no horizonte de médio prazo.

Tabela 8 – Investimentos recentes anunciados no Paraná

Posição em abril/2012, relativa ao período 2011-2012

			R\$ milhões
Empresa	Finalidade	Localização	Valor
Agromalte	Ampliação da capacidade	Guarapuava	80,0
Ambev	Instalação de nova unidade	Ponta Grossa	300,0
APPA	Dragagem, sistema de segurança e reforma dos cais de Paranaguá e Antonina	Paranaguá e Antonina	226,0
Arauco	Ampliação da capacidade	Jaguariaíva	275,0
BO Packaging*	Construção de fábrica	Ponta Grossa	126,0
BR Frango	Construção de abatedouro avícola e fábrica de rações	Santo Inácio	100,0
Brado Logística	Aquisição de locomotivas e vagões e construção de terminais intermodais	-	1 500,0
Brose do Brasil	Ampliação da capacidade	São José dos Pinhais	35,0
Capital Realty	Construção de condomínio logístico	Curitiba	160,0
Cargill	Instalação de unidade de processamento de milho	Castro	350,0
Caterpillar	Fabricação de retroescavadeiras e carregadeiras de roda de porte pequeno	Campo Largo	170,0
Cimpor	Construção de fábrica para produção de clínquer e cimento	Ponta Grossa	440,0
Compagás	Implantação de rede de distribuição de gás natural	Londrina	8,0
Contitech - Continental	Ampliação da capacidade	Ponta Grossa	15,0
Cooperativa Agrária	Construção de indústria de processamento de milho	Guarapuava	124,0
Cooperativa Batavo	Fábrica de processamento de leite	Carambeí	60,0
Cooperativa Cocamar	Adequação de entrepostos e reestruturação da unidade industrial	Maringá	50,0
Cooperativa Cocari	Construção de abatedouro, fábrica de rações e modernização de instalações	Norte do Paraná	55,0
Cooperativa Copacol	Construção de fábrica de ração para bovinos, suínos, aves e peixes	Cafelândia	80,0
Cooperativa Lar	Produção de aves reprodutoras, ovos férteis e pintainhos	Santa Helena	150,0
Cooperativas Batavo, Castrolanda e Capal	Implantação de moinho de trigo e frigorífico de suínos	Campos Gerais	285,0
Cooperativas Copacol, Coagru e Coperflora	Instalação de unidade de industrialização e comercialização de frangos (Unitá)	Ubiratã	100,0
Cotriguaçu**	Constr. de ponto de apoio logístico (câmaras frias) e aquis. de vagões ferrov.	Cascavel	50,0
Editora Positivo	Ampliação da capacidade	Curitiba	90,9
Eletrólux*	Implantação de linha de produção de ferros de passar roupa	Curitiba	14,4
Elog	Compra de equipamentos	Maringá	50,0
Essencis	Inauguração de fábrica de reciclagem de material eletrônico	Curitiba	8,5
Ferroeste	Aquisição de locomotivas	-	8,0
Fiocruz	Produção de kits para diagnósticos e centro de combate à raiva	(indefinido)	350,0
Frimesa	Construção de fábrica de derivados de leite	Matelândia	10,0
Grupo Ipiranga	Expansão da rede de postos de comb. e modern. da estrutura de distrib. no estado	Paraná	200,0
GTFoods - Frangos Canção	Ampliação da capacidade	Norte do Paraná	50,0
GX-Audio	Instalação de unidade	Pato Branco	10,0
Klabin	Implantação de nova fábrica de celulose	Campos Gerais	5 800,0
Limagrain Guerra	Constr. de unid. fornec. de sementes de milho para Brasil e América do Sul	Londrina	91,0
Margem Cimento	Instalação de unidade fabril	Adrianópolis	340,0
Masisa	Construção de nova planta térmica para novas linhas de revestimento de painéis	Ponta Grossa	9,8
Movix	Implantação de unidade industrial	Pato Branco	2,0
Novozymes	Implantação de laboratório	Araucária	3,5
Nutrimental	Reaparelhamento do centro de pesquisas	Curitiba	15,0
O Boticário	Ampliação da capacidade	Curitiba	51,0
Paccar	Instalação de unidade produtora de caminhões	Ponta Grossa	342,0
Positivo Informática	Desenvolvimento de quatro modelos de <i>tablets</i>	Curitiba	400,0
Potencial Petróleo	Construção de unidade de processamento de soja e de produção de biodiesel	Lapa	88,5
Renault	Ampliação da capacidade	São José dos Pinhais	1 500,0
Ritmo Logística	Aquisição de veículos e máquinas	Curitiba	150,0
SanDisk e TMT*	Produção de <i>pen-drives</i> e pentes de memória RAM	Londrina	144,0
Sanepar	Expansão e modernização da rede de abastecimento de água e esgoto	Paraná	1 700,0
SIG Combibloc	Construção de fábrica para a produção de embalagens e máquinas de envase	Campo Largo	208,0
Spaipa	Ampliação da capacidade	Maringá	150,0
Sumitomo Rubber Industries	Construção de fábrica de pneus	Fazenda Rio Grande	560,0
Tetra Pack	Ampliação da unidade	Ponta Grossa	200,0
Unifrango	Construção de centro de armazenagem e distribuição	Apucarana	26,0
Vilma Alimentos	Construção de silos, moinho e fábrica de massas	Cambé	77,0
Volvo	Constr. de centro de distrib. e novas linhas de prod. de ônibus e de componentes	Curitiba	165,0
Votorantim	Ampliação da capacidade	Rio Branco do Sul	650,0
Winner	Ampliação da capacidade e diversificação da linha de produtos	Ponta Grossa	50,0

Fontes: Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, Iparde e Jornais

* Os valores em dólares foram convertidos à taxa de R\$1,80/US\$1,00.

** Cotriguaçu é uma cooperativa central que tem como sócias a Cooperativa Vale, a Coopavel, a Copacol e a Lar.

1/ O Paraná vai receber 9 novos shopping centers até 2014, nas cidades de Curitiba (4), Londrina (2), Maringá e Ponta Grossa ; 3 serão inaugurados em 2012. O investimento total alcança R\$1,5 bilhão. O interior do estado tem, atualmente, 14 empreendimentos, em andamento ou ainda em fase de projeto.

2/ O Programa 'Paraná Competitivo', do atual governo estadual, divulgou o montante de R\$ 16 bilhões em investimentos no estado. O maior deles, de R\$ 5,8 bilhão é a implantação da nova fábrica de celulose da Klabin no município de Ortigueira, seguido de R\$ 1,5 bilhão na ampliação da fábrica da Renault em São José dos Pinhais. na Região Metropolitana de Curitiba.

Alterações na Estatística de Crédito Regional Decorrentes da Evolução do SCR

O Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central registra dados das operações de créditos contratadas nas instituições financeiras, constituindo instrumento importante para o Banco Central, em sua atividade de supervisão do risco de crédito, e para a melhor avaliação das concessões pelas instituições financeiras. Esse sistema, que, por considerar o domicílio do tomador a partir dos cadastros de pessoas físicas e de pessoas jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), constitui a base das informações do crédito regional, incorporou alterações importantes a partir de janeiro de 2012.

As alterações no SCR objetivam aperfeiçoar os instrumentos de supervisão do risco de crédito do sistema financeiro; auxiliar na formulação de políticas prudenciais e creditícias; melhorar a avaliação de risco pelas instituições financeiras; e contribuir para expansão sustentável do processo de inclusão financeira. Os principais aperfeiçoamentos do novo SCR incluem ampliações da base de operações registradas individualmente – todas as operações superiores a R\$1 mil passam a ser consideradas, ante limite de R\$5 mil, anteriormente a janeiro de 2012 – e de informações sobre o tomador e a operação de crédito efetuada, passando a explicitar dados relativos a faturamento, renda, garantias e cessão de crédito. Dentre os aperfeiçoamentos, a ampliação da base das operações registradas individualmente exerce desdobramentos positivos para as estatísticas de crédito regional, calculadas a partir das informações individualizadas de clientes registrados no SCR.

Nesse cenário, em que as modificações mencionadas resultaram em descontinuidade

Gráfico 1 – Representatividade do crédito regional em relação às operações de crédito do SFN

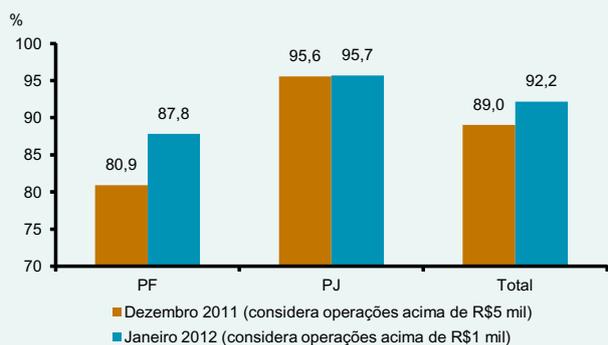
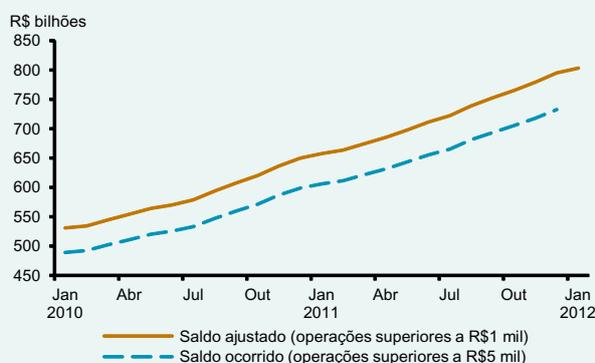


Gráfico 2 – Operações de crédito – Pessoas físicas



na série do crédito regional, este box propõe metodologia de ajuste da série de crédito regional e apresenta os principais avanços do novo SCR.

No âmbito do crédito regional, a redução do valor mínimo das operações consideradas resultou na incorporação, em janeiro de 2012, de R\$104 bilhões, representando elevação de 89,0%, em dezembro de 2011, para 92,2%, na representatividade do crédito regional no total dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A ampliação mais acentuada, de 80,9% para 87,8%, ocorreu no segmento de pessoas físicas, contrastando com a relativa estabilidade observada no segmento de pessoas jurídicas (Gráfico 1).

É evidente, portanto, que a variação mensal de 6,9 p.p. registrada, em janeiro, na representatividade das operações de crédito regional no segmento de pessoas físicas constitui quebra de série significativa para a análise econômica do comportamento do crédito regional e requer ajuste que minimize este impacto.

Os saldos anteriores a janeiro de 2012, relativos ao segmento de pessoas físicas, foram ajustados em duas etapas. Inicialmente, o valor referente a dezembro de 2011 foi estimado a partir da variação mensal do saldo total das operações de crédito para pessoas físicas divulgado na Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Os saldos relativos ao período de novembro de 2011 a janeiro de 2004 consideraram as variações mensais do crédito regional para pessoas físicas apuradas a partir da metodologia anterior, que incorporava operações com limite de identificação superior a R\$5 mil¹. A série ajustada para a nova metodologia (operações com valores superiores a R\$1 mil) e a série anterior (operações com valores superiores a R\$5 mil) encontram-se no (Gráfico 2).

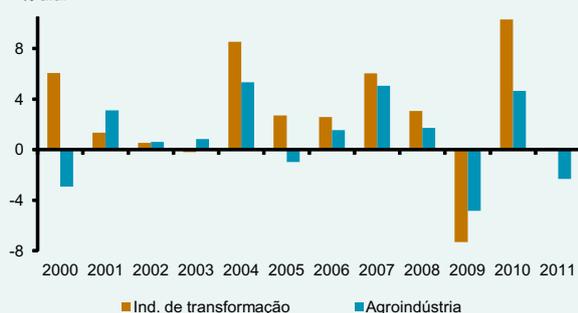
Em síntese, foram introduzidos, a partir de janeiro de 2012, aperfeiçoamentos importantes no SCR, com ênfase na ampliação da base de operações registradas individualmente – todas as

1/ A diferença entre o saldo agregado das operações com valores superiores a R\$5 mil e o saldo estimado para o total das operações com valores superiores a R\$1 mil foi distribuída nas Unidades da Federação conforme os respectivos pesos das operações com valores entre R\$1 mil e R\$5 mil (valor estimado pelo Banco Central) em janeiro de 2012.

operações superiores a R\$1 mil passaram a ser consideradas, ante limite de R\$5 mil, até dezembro de 2011. Esta alteração provocou quebra estrutural na série do crédito regional, suscitando proposta de compatibilização das duas estruturas do SCR. Naturalmente, evidenciando a natureza das respectivas operações, o saldo relativo ao segmento de pessoas físicas registrou variação significativa em janeiro de 2012, enquanto o referente ao segmento de pessoas jurídicas apresentou relativa estabilidade. Nesse contexto, foi estimada série para o saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil.

Produção Agroindustrial Brasileira

Gráfico 1 – Evolução da indústria de transformação e da agroindústria
% a.a.



Fonte: IBGE

Tabela 1 – Composição da agroindústria

Discriminação	Peso (%)
Total da agroindústria	100,0
Total da agricultura	64,9
Produtos industriais derivados da agricultura	55,5
Produtos industriais destinados à agricultura	9,4
Total da pecuária	28,6
Produtos industriais derivados da pecuária	22,6
Produtos industriais destinados à pecuária	6,0
Inseticidas, herbicidas e outros defensivos de uso agropec.	5,0
Desdobramento da madeira	1,5

Fonte: IBGE

A agropecuária brasileira, favorecida pela crescente demanda internacional, em cenário de expansão das economias emergentes, em particular da China, apresentou dinamismo expressivo a partir do início do século. O setor agroindustrial, no entanto, não repetiu essa trajetória, registrando desempenho inferior ao da indústria de transformação¹, conforme observado no Gráfico 1. Este box, que objetiva identificar possíveis razões para a distinção mencionada, analisa, inicialmente, a evolução da produção física da agroindústria a partir de 2000, *vis-à-vis* a da indústria de transformação. Em sequência, tendo em vista a relevância das divisões agricultura e pecuária para a agroindústria, é realizado exame mais detalhado, no período 2006 a 2011, dos determinantes da trajetória desses segmentos.

A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibiliza as estatísticas da agroindústria em quatro divisões, que abrangem os setores agricultura; pecuária; inseticidas, herbicidas e outros defensivos para uso agropecuário; e desdobramento da madeira, cujos pesos encontram-se na Tabela 1.

A expansão da produção agroindustrial, segundo a PIM-PF, atingiu 11,8% de 2000 a 2011, resultado 26,2 p.p. inferior ao da indústria brasileira de transformação (Tabela 2).

A produção de bens relacionados à agricultura, que detém o peso mais expressivo na

1/ A agroindústria representa 16,4% do valor da produção da indústria de transformação de acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2009 do IBGE e compreende os setores que, primordialmente, fornecem suprimentos diretamente para a agropecuária ou realizam a primeira transformação industrial dos bens do setor primário. Os dados da agroindústria são disponibilizados pelo IBGE, a partir dos indicadores da PIM-PF.

Tabela 2 – Evolução da produção industrial
(indústria de transformação e agroindústria e divisões)

Anos	Transfor- mação	Agroindústria					Variação %
		Total	Agric.	Pecuária	Defensivos	Madeira	
2000	6,1	-2,9	-4,9	2,0	n.d.	-3,2	
2001	1,4	3,1	3,6	5,0	n.d.	-5,8	
2002	0,5	0,6	3,6	5,5	n.d.	7,6	
2003	-0,2	0,8	3,7	-3,1	-16,7	11,8	
2004	8,5	5,3	4,6	5,0	22,4	-0,5	
2005	2,7	-1,0	-4,0	3,7	16,2	-5,1	
2006	2,6	1,5	3,4	-0,8	-8,7	6,8	
2007	6,0	5,0	4,9	2,8	22,8	-6,0	
2008	3,1	1,7	0,7	1,6	20,5	-27,7	
2009	-7,3	-4,8	-5,1	-1,0	-15,7	-13,0	
2010	10,3	4,7	4,7	1,7	14,6	25,2	
2011	0,1	-2,3	-1,6	-0,6	-16,9	4,9	
Média anual	2,7	0,9	1,0	1,8	2,8	-1,3	
Acumulada	38,0	11,8	13,3	23,6	28,6	-14,0	

Fonte: IBGE

agroindústria, aumentou 13,3% no período, com ênfase na expansão de 32,5% na atividade produtos industriais utilizados pela agricultura (adubos e fertilizantes, e máquinas e equipamentos) e no recuo de 2,1% no segmento produtos industriais derivados da agricultura.

No âmbito da produção agroindustrial vinculada à pecuária, que registrou expansão acumulada de 23,6% no período, observe-se que a atividade produtos veterinários, rações e suplementos vitamínicos assinalou crescimento de 47,3%, superior à média da indústria de transformação, enquanto a indústria de produtos de origem animal expandiu-se 17,2%. As divisões inseticidas, herbicidas e outros defensivos para uso agropecuário, e desdobramento da madeira apresentaram variações respectivas de 28,6% e -12,4%, no período.

A análise anual evidencia que, exceto no triênio encerrado em 2003 e no ano de 2009, a agroindústria apresentou resultados inferiores aos da indústria de transformação, resultando em crescimentos médios anuais respectivos de 0,9% e 2,7%, de 2000 a 2011. O resultado favorável da agroindústria em 2001 refletiu, em especial, o aumento de 18,4% da safra de grãos e o impacto da depreciação cambial sobre as exportações de produtos agroindustriais, com ênfase nos crescimentos registrados nas relativas a carnes congeladas de frango, 23,8%, e de suíno, 46,8%. As expansões dos segmentos mencionados foram semelhantes em 2002, enquanto a trajetória mais favorável da agroindústria em 2003 decorreu, em especial, do crescimento da safra e do aumento de 24,4% na produção de máquinas e equipamentos utilizados pela agricultura.

O crescimento do segmento agroindustrial atingiu 13,2% de 2004 a 2008, resultado 11,74 p.p. inferior ao experimentado pela indústria de transformação, ressaltando-se que a retração de 1% registrada na produção da agroindústria em 2005 traduziu a queda de 5,7% na safra de grãos e o recuo nas cotações de importantes *commodities* agrícolas, expressos em redução de 4% na atividade produtos industriais derivados da agricultura.

A menor retração registrada na atividade agroindustrial em 2009, em relação à observada na indústria de transformação, evidencia que o impacto da crise econômica mundial, que ganhou contornos mais nítidos no ano anterior, ocorreu com menor intensidade na produção de alimentos, segmento que apresenta maior correlação com o mercado interno. De forma consistente, a recuperação econômica iniciada em 2010 favoreceu a retomada da indústria de transformação, que cresceu 10,3% no ano, ante expansão de 4,7% na agroindústria. A retração na produção agroindustrial em 2011 decorreu de recuos em todas as suas divisões, com exceção de desdobramento da madeira, ressaltando-se que o decréscimo de 1,6% na divisão da agricultura refletiu, em grande parte, a retração de 16,5% na produção de derivados de cana-de-açúcar.

Tendo em vista que as divisões agricultura e pecuária respondem, em conjunto, por 93,5% da produção da agroindústria, analisaram-se os determinantes da evolução desses segmentos no período de 2007 a 2011. A produção industrial de bens derivados e utilizados pela pecuária cresceu 4,5% no período, ante expansões respectivas de 4,0% e 11,9% da agroindústria e da indústria de transformação. A industrialização de bens associados à agricultura expandiu-se 3,2% no período, resultado de aumentos respectivos de 1,2% e 18,5% nas indústrias de produtos derivados da agricultura e de produtos destinados ao setor.

No âmbito da divisão pecuária (Tabela 3), ressalte-se o aumento acumulado de 13,1% no segmento de aves, favorecido pela recuperação dos preços internacionais e pelo maior dinamismo da demanda, após o impacto negativo associado à gripe aviária. Nesse cenário, as exportações de carne de frango cresceram 137,9% no período, resultado de expansões de 38,5% no *quantum* e de 74,2% nos preços. A industrialização de leite recuou 5,9% no período, reflexo, em especial, de retrações de 6,1% em 2007, evidenciando, em parte, a elevada base de comparação relativa ao biênio anterior; e de 1,2% e 3,0%, respectivamente, em 2010 e em 2011, quando ocorreram reduções importantes nas quantidades exportadas, que decresceram 74,7% no triênio encerrado em 2011.

Tabela 3 – Evolução da agroindústria – Pecuária
2007-2011

Discriminação	Variação % a.a.					
	2007	2008	2009	2010	2011	Acum.
Total da agroindústria	5,0	1,7	-4,8	4,7	-2,3	4,0
Pecuária	2,8	1,6	-1,0	1,7	-0,6	4,5
Produtos derivados	2,1	1,5	-1,1	0,9	-1,6	1,6
Aves	7,2	5,4	-0,6	2,9	-2,2	13,1
Bovinos e suínos	3,3	-2,8	-2,8	-0,8	-0,7	-3,9
Leite	-6,1	1,7	2,8	-1,2	-3,0	-5,9
Couros e peles	-2,1	-1,1	-11,3	5,0	3,3	-6,8
Produtos utilizados	5,8	2,0	-0,7	4,9	3,1	15,9
Rações e suplementos	7,2	3,0	-4,5	8,2	1,8	16,2
Produtos veterinários	-0,6	-2,9	18,9	-9,3	9,6	14,2

Fonte: IBGE

Tabela 4 – Evolução da agroindústria – Agricultura
2007-2011

Discriminação	Variação % a.a.					
	2007	2008	2009	2010	2011	Acum.
Total da agroindústria	5,0	1,7	-4,8	4,7	-2,3	4,0
Agricultura	4,9	0,7	-5,1	4,7	-1,6	3,2
Produtos derivados	3,5	0,5	-4,0	3,7	-2,4	1,2
Cana-de-açúcar	6,4	2,3	-6,1	8,3	-16,5	-7,6
Celulose	4,1	8,4	0,2	2,0	0,9	16,4
Fumo	-4,7	-6,6	-2,4	-8,1	13,4	-9,4
Soja	5,5	2,6	-9,1	10,7	3,7	12,9
Laranja	13,0	-17,3	-9,5	10,0	-15,0	-21,1
Trigo	-5,8	-12,0	-4,2	2,6	-0,7	-19,1
Arroz	1,3	11,0	6,5	-4,8	14,5	30,5
Milho	12,9	3,9	-2,4	1,0	0,0	15,6
Produtos utilizados	15,1	2,1	-12,7	12,0	3,2	18,5
Adubos e fertilizantes	4,7	-12,2	-2,2	2,6	7,7	-0,6
Máquinas e equipamentos	49,4	35,5	-28,7	31,5	-4,2	81,8

Fonte: IBGE

O desempenho da divisão agricultura (Tabela 4) refletiu, em parte, o crescimento na produção de bens utilizados pelo setor, com ênfase na expansão de 81,8% na produção de máquinas e equipamentos. Essa ampliação mostrou-se consistente com o ambiente de crescimentos da renda agrícola e da demanda externa, ressaltando-se que a safra de grãos aumentou 36,6% no período, resultado de crescimento generalizado nas principais culturas.

Em linhas gerais, a agroindústria registrou expansão acumulada significativamente inferior à da indústria de transformação, de 2000 a 2011, excetuando-se o período de intensificação da crise econômica internacional, quando a retração importante da demanda externa exerceu desdobramentos mais intensos sobre a indústria de transformação. A esse respeito, vale ressaltar que a produção de alimentos é sustentada, em grande parte, pelo mercado interno, favorecido, na economia brasileira, pelas trajetórias recentes do emprego e da renda real.

O exame detalhado da agroindústria evidencia que as divisões agricultura e pecuária respondem, em conjunto, por 93,5% da produção do segmento. A produção industrial de bens derivados e utilizados pela pecuária cresceu 4,5% no período, destacando-se o aumento acumulado de 13,1% no segmento de aves, enquanto a industrialização de bens associados à agricultura aumentou 3,2%, com ênfase no crescimento de 18,5% na indústria de produtos destinados ao setor.

A Cobertura Previdenciária da PEA: um retrato regional

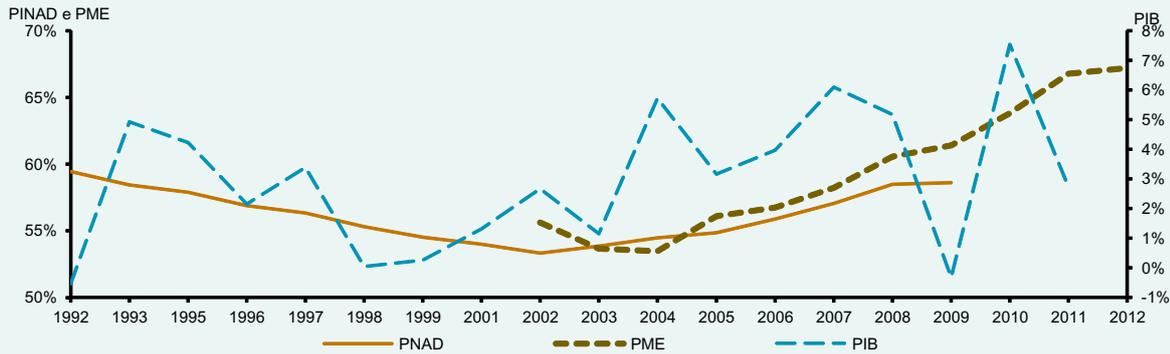
A Cobertura Previdenciária (CP) da População Economicamente Ativa (PEA)¹ no Brasil – definida como a participação da população, ocupada ou não, que contribui para instituto de previdência federal, estadual ou municipal – constitui indicador importante do mercado de trabalho, na medida em que evidencia a evolução qualitativa desse segmento. Nesse sentido, tendo em vista que ocorrem em cenário de aumento na produtividade da mão de obra e/ou na demanda por esse fator de produção, é intuitivo supor que elevações no indicador mencionado registrem correlação positiva com o ritmo de crescimento da atividade econômica.

Nesse cenário, este box avalia a trajetória da CP, em âmbito nacional e regional, no período de 1992 a fevereiro de 2012, utilizando como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)² e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE. Vale ressaltar que as estatísticas da PNAD, de âmbito nacional, estão disponíveis até 2009, enquanto as divulgadas pela PME, que abrangem as seis principais regiões metropolitanas do país, passaram a ser divulgadas em março de 2002 e incorporavam, na data de corte deste Boletim Regional, dados de fevereiro de 2012. Objetivando utilizar estatísticas mais abrangentes e atualizadas, foi examinada a consistência entre os indicadores de cobertura previdenciária calculados a partir das duas pesquisas do IBGE, que registraram evolução semelhante em períodos coincidentes (Gráfico 1), sugerindo a pertinência da utilização de estatísticas

1/ A PEA foi segmentada em trabalhadores com carteira assinada, sem carteira, por conta própria, funcionários públicos (inclusive militares), empregadores, outros e segurados especiais (trabalhadores rurais dedicados à atividade agrícola, nas posições de ocupação sem carteira, conta própria, não remunerado, na produção para consumo próprio e na construção para uso próprio).

2/ Deve-se observar, acerca da PNAD, que: (i) tendo em vista que até 2003 a pesquisa não incluía a área rural da região Norte, para manter a consistência, desconsideraram-se os dados dessa área rural no cálculo dos indicadores apresentados; (ii) a pesquisa não foi realizada em 2000 (ano de realização de censo).

Gráfico 1 – Evolução do percentual de cobertura previdenciária da PEA x Variação real do PIB – Brasil



Obs: Não houve PNAD em 2000, ano de realização do censo. PME 2012 considerados os últimos 12 meses finalizados em fevereiro.

da PME em períodos de indisponibilidade de dados da PNAD.

Em âmbito nacional, a CP registrou trajetória decrescente de 1992 a 2002, quando alcançou o mínimo de 53,3%. A partir de 2003, refletindo, em parte, o cenário benigno experimentado pela economia do país, passou a apresentar tendência crescente, retornando, em 2009, ao patamar de 1993 (Gráfico 1).

Essa tendência de aumento da CP prosseguiu, de acordo com dados da PME, no biênio encerrado em 2011 e nos primeiros meses de 2012. O indicador atingiu 67,2% no período de 12 meses finalizado em fevereiro, patamar 5,8 p.p. superior ao registrado em 2009, conforme a Tabela 1, que revela a evolução da CP, segundo a posição ocupacional, de 1992 e fevereiro de 2012.

A análise regional evidencia que, em 2009, as regiões Sul e Sudeste registravam as CPs mais elevadas, e as regiões Norte e Nordeste, as mais reduzidas (Gráfico 2). Ressalte-se que os indicadores de todas as regiões aumentaram de 2002 a 2009, destacando-se, com base nos dados da PNAD, as elevações respectivas de 7,3 p.p., 7,1 p.p. e 6,9 p.p. registradas no Norte, Centro-Oeste e no Sudeste. Esse processo de crescimento da CP se manteve, de acordo com dados da PME, de 2009 a fevereiro de 2012, com ênfase nas expansões respectivas de 7,7 p.p. e 5,6 p.p. assinaladas nos indicadores das regiões Nordeste e Sudeste.

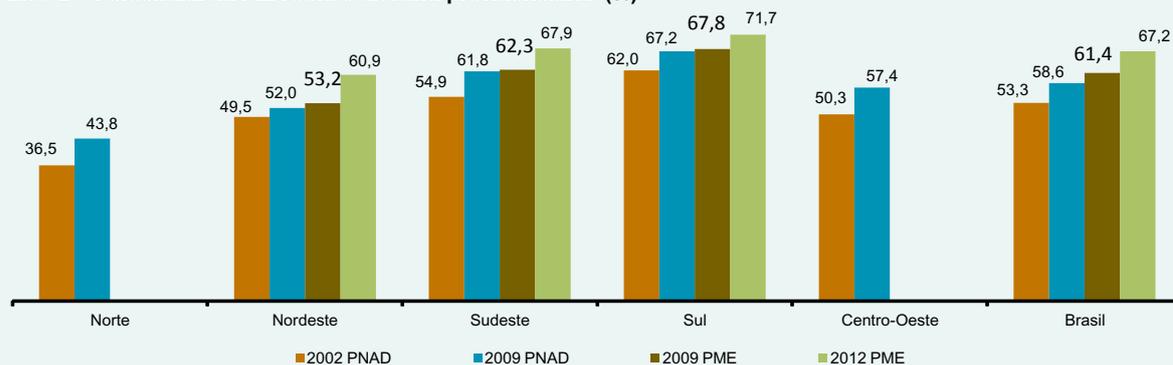
A evolução regional da CP, segmentada segundo a posição ocupacional, encontra-se na Tabela 2.

Tabela 1 – Composição da PEA segundo a cobertura previdenciária

	PNAD		PME		
	1992	2002	2009	2009	2012 ^{1/}
Cobertos					
Empregados com carteira	28,2	28,4	34,3	45,4	50,2
Funcionários públicos (incl. militares)	5,7	5,8	6,6	7,0	7,1
Empregados sem carteira	1,2	1,9	3,0	2,6	2,9
Conta própria	4,0	2,8	3,2	3,6	4,3
Empregador	2,3	2,2	2,3	2,8	2,7
Outros	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0
Seguros especiais	18,0	12,1	8,8	0,0	0,0
Total cobertos	59,4	53,3	58,6	61,4	67,2
Não cobertos					
Desempregados	6,5	9,1	8,4	8,1	5,9
Informais	34,0	37,5	33,0	30,5	26,9
Total não cobertos	40,6	46,7	41,4	38,6	32,8

1/ Considerados os últimos 12 meses finalizados em fevereiro de 2012.

Gráfico 2 – Percentual da PEA com cobertura previdenciária (%)



Obs: PME 2012 considerados os últimos 12 meses finalizados em fevereiro.

Tabela 2 – Composição por região da PEA segundo a cobertura previdenciária (%)

	PNAD										PME					
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Nordeste		Sudeste		Sul	
	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2009	2012 ^{1/}	2009	2012 ^{1/}	2009	2012 ^{1/}
Cobertos																
Empregados com carteira	18,8	24,0	15,8	20,7	35,9	42,6	32,9	39,0	27,1	33,3	40,0	45,6	46,0	50,8	49,5	52,6
Func. públicos (Incl. militares)	8,3	10,1	5,2	6,3	5,8	6,2	5,1	6,0	8,0	8,5	8,4	8,2	6,8	6,9	7,1	7,1
Empregados sem carteira	4,0	4,5	1,7	3,2	1,9	2,7	1,6	2,6	2,2	3,5	1,6	2,2	2,7	3,0	2,7	2,9
Conta própria	1,1	1,2	1,0	1,6	3,8	3,9	3,9	5,3	2,0	2,6	1,6	2,7	3,9	4,5	5,0	5,4
Empregador	1,2	1,3	1,0	1,1	2,7	2,7	2,9	3,9	2,3	2,7	1,6	2,1	2,9	2,8	3,4	3,7
Outros	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	1,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segmentos especiais	3,1	2,4	24,7	18,9	4,7	3,6	15,4	9,4	8,5	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total cobertos	36,5	43,8	49,5	52,0	54,9	61,8	62,0	67,2	50,3	57,4	53,2	60,9	62,3	67,9	67,8	71,7
Não cobertos																
Desempregados	10,0	9,9	8,3	8,9	10,8	8,9	6,3	6,0	8,2	7,9	10,7	7,8	7,9	5,6	5,6	4,4
Informais	53,5	46,3	42,2	39,2	34,2	29,3	31,7	26,8	41,6	34,7	36,1	31,3	29,9	26,4	26,6	23,9
Total não cobertos	63,5	56,2	50,5	48,0	45,1	38,2	38,0	32,8	49,7	42,6	46,8	39,1	37,7	32,1	32,2	28,3

1/ Considerados os últimos 12 meses finalizados em fevereiro de 2012.

A CP da região Sul registrou aumento de 5,2 p.p. de 2002 e 2009, período em que a PEA cresceu 10% e o número de trabalhadores informais recuou 7%, com ênfase nos recuos assinalados no setor agrícola, 39,2%, e na indústria, 6,3%. A análise de dados da PME indica a manutenção da tendência de crescimento da CP da região, que aumentou 3,9 p.p. de 2009 a fevereiro de 2012, em ambiente de redução de 5,4% da informalidade.

A CP da região Norte atingiu 43,8% em 2009, elevando-se 7,3 p.p. em relação a 2002, ressaltando-se que embora o indicador registrasse a maior expansão no período, persistiu em patamar inferior ao das demais regiões. A evolução mencionada refletiu os aumentos respectivos de 12,6% e 66,4% no número de trabalhadores informais e com carteira assinada, que passou a

representar 24% da PEA, ante 18,8% em 2002. Os crescimentos mais acentuados no estoque de empregos formais ocorreram no comércio e no setor de serviços.

A cobertura previdenciária do Sudeste cresceu 7,1 p.p. de 2002 a 2009, período em que ocorreram redução de 2,3% no número de trabalhadores informais, com ênfase nas contribuições respectivas de 1,6 p.p. e 1 p.p. exercidas pelas atividades comércio e indústria, e aumentos de 35,4% no número de trabalhadores com carteira assinada e de 14,2% na PEA. A CP da região aumentou 5,6 p.p. de 2009 a fevereiro de 2012, consideradas estatísticas da PME, resultado, em parte, de retração de 8,9% na informalidade na região.

O indicador da região Centro-Oeste aumentou 7,1 p.p. de 2002 a 2009, resultado associado, em especial, à reduzida expansão, de 1%, no número de trabalhadores informais, em cenário de aumento de 21,1% na PEA. Ressaltem-se, no período, as retrações no número de trabalhadores informais na agricultura e no comércio, e o crescimento de 13,7% no número de trabalhadores sem carteira assinada na construção civil.

A CP do Nordeste aumentou 2,5 p.p. de 2002 a 2009, atingindo 52%, patamar superior apenas ao de indicador da região Norte. Destacaram-se, no período, os aumentos respectivos de 17,6% e 11,9% na informalidade nos setores construção civil e serviços, contribuindo para que o número de trabalhadores informais crescesse 4,9% na região, ante expansão de 13% da PEA. Estatísticas da PME sugerem importante recuperação, de 7,7 p.p., do indicador no período de 2009 a fevereiro de 2012, em ambiente de redução de 9,4% da informalidade.

Em linhas gerais, a CP registrou, no país, trajetória decrescente de 1992 a 2002, quando alcançou o mínimo de 53,3%. A partir de 2003, refletindo, em parte, o ciclo de expansão econômica experimentado pela economia brasileira, o indicador passou a apresentar tendência crescente, retornando, em 2009, ao patamar de 1993. A utilização de dados da PME revela a continuidade da tendência de

aumento da CP, que atingiu 67,2% no período de doze meses finalizado em fevereiro, patamar 5,8 p.p. superior ao registrado em 2009. A análise regional revela aumento generalizado da CP no período 2002/2012, ocorrendo elevações importantes nos indicadores das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, de 2002 a 2009, e nos relativos às regiões Nordeste e Sudeste, de 2009 a fevereiro de 2012.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Recife

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém
Chefe de Equipe: Irene Guedes Paiva

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza
Chefe de Equipe: Julia Walesca Gomes de Carvalho

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro
Chefe de Equipe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	ao ano
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CP	Cobertura Previdenciária
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural (do Estado do Paraná)
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio Minas	Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RJ	Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
Fenabreve-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
IFC	Intenção de Consumo das Famílias
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INC	Índice Nacional de Confiança
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará

Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
ONU	Organização das Nações Unidas
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIM-R	Pesquisa Industrial Mensal – Regional
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Repar	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SCR	Sistema de Informações de Crédito
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial